



Isabel do Rêgo Barros Duarte

Construção da fantasia em análise

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Marcus André Vieira

Rio de Janeiro
Março de 2013



Isabel Collier do Rêgo Barros

Construção da fantasia em análise

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Marcus André Vieira

Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Silvia Maria Abu-Jamra Zornig

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Ana Lucia Lutterbach R. Holck

Instituto de Clínica Psicanalítica - RJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Isabel Collier do Rêgo Barros

Graduou-se em Psicologia na PUC-Rio em 2006. Foi bolsista de Iniciação Científica. Participou de diversos congressos na área de psicanálise. É coordenadora técnica de um Centro de Atenção Psicossocial Infantil no município do Rio de Janeiro e coordenadora teórico-clínica do Espaço Psi Infantil.

Ficha Catalográfica

Barros, Isabel Collier do Rêgo

Construção da fantasia em análise / Isabel Collier do Rêgo Barros ; orientador: Marcus André Vieira. – 2013.

129 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2013.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Construção. 3. Cena primária. 4. Fantasia. 5. Sujeito. 6. Objeto. Desejo do outro. I. Vieira, Marcus André. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

A Marcus André Vieira, pela orientação interessada, muito valiosa não apenas para este trabalho, mas também para minha formação em geral.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A Ana Lúcia Lutterbach Holck, pela leitura atenciosa e pelas dicas preciosas.

A Nelida Ferraz, pela revisão generosa e pelo interesse.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa “O sintoma no início do tratamento psicanalítico”, pelas boas discussões.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

Às equipes do CAPSI Eliza Santa-Roza, do Espaço Psi Infantil e do CAPSI Heitor Villalobos, pelo incentivo e por me gerarem questões tão frutíferas.

Aos meus irmãos, cunhado e sobrinha, por todo apoio e amor.

Aos meus pais, por todo o investimento ao longo da minha vida e pelo exemplo de uma escolha profissional sempre desejante.

A Daniel, pela presença, pelo apoio carinhoso e pela paciência, sempre.

Resumo

Rêgo Barros, Isabel Collier do; Vieira, Marcus André. **Construção da fantasia em análise**. Rio de Janeiro, 2013. 14; p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Este trabalho visa a investigar a que se refere a construção da fantasia em análise, com referências de Freud e Lacan. O conceito de construção, técnica da psicanálise diferente da interpretação, designa um trabalho feito em análise a partir do que é esquecido na história do paciente, do limite da rememoração. Diante do impossível de interpretar, constrói-se, segundo Freud, uma cena, que diz respeito à fantasia primordial do sujeito. Lacan aborda essa construção em termos de fantasia fundamental. Segundo ele, a construção da fantasia é a construção de uma fórmula que rege a relação entre sujeito e objeto, relação essa que encontra sua base na posição que o sujeito toma como objeto do desejo do Outro. A consideração da construção da fantasia no percurso de uma análise é especialmente importante na psicanálise com crianças, em que cada vez mais surgem crianças com dificuldades em se separarem da posição de objeto na fantasia materna.

Palavras-chave

Construção; cena primária; fantasia; sujeito; objeto; desejo do Outro.

Abstract

Rêgo Barros, Isabel Collier do; Vieira, Marcus André (Advisor). **Construction of fantasy in analysis**. Rio de Janeiro, 2013. 14; p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

This work aims to investigate to what the construction of fantasy in analysis refers, with references from Freud and Lacan. The concept of construction, a psychoanalysis' technique different from interpretation, indicates a work done in analysis from what is forgotten in the history of the patient, the limit of remembrance. Faced with the impossible to interpret, one constructs, according to Freud, a scene that relates to the subject's primary fantasy. Lacan approaches this construction in terms of fundamental fantasy. According to him, the construction of fantasy is the construction of a formula that governs the relationship between subject and object, a relationship that finds its basis in the position that takes the subject as an object of desire of the Other. The consideration of the construction of fantasy in the course of an analysis is especially important in psychoanalysis with children, in which increasingly appear children with difficulties to separate from the object's position in the maternal fantasy.

Keywords

Construction; primary scene; fantasy; subject; object; desire of the Other.

Sumário

Introdução	9
1 Construção	13
1.1 O problema do assentimento.....	18
1.2 Verdade e convicção.....	23
1.3 Interpretação e construção.....	31
1.4. Convergência e torção: lugar da cena primária.....	38
Conclusão.....	48
2 O que se constrói? Do mito ao matema	50
2.1 Freud, a cena primária e a fantasia originária.....	51
2.2.O homem dos lobos e a construção da cena primária.....	62
2.3.Mito, matema e poema	73
Conclusão	80
3 Redução da fantasia à relação sujeito <> objeto	83
3.1 “ <i>Bate-se em uma criança</i> ”: a fantasia reduzida	83
3.2 A fantasia funciona como um axioma	95
3.3 O objeto na fantasia	101
Conclusão	108
4 A construção da fantasia na psicanálise com crianças: dar lugar ao objeto.....	112

4.1 A criança como sintoma	114
4.2 A criança como objeto	117
Conclusão.....	125
Referências Bibliográficas.....	128

Introdução

O interesse pelo tema desta dissertação nasceu de minha própria prática clínica, assim como dos estudos teóricos desenvolvidos e das questões suscitadas no âmbito de minha formação permanente em psicanálise.

No que diz respeito à minha experiência clínica, esta se refere, principalmente, a duas instituições, ambas destinadas ao atendimento a crianças e adolescentes. Uma delas é o CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil do Sistema Único de Saúde) Eliza Santa-Roza, cuja proposta é atender os casos mais graves e necessitados de um cuidado mais intensivo, além de organizar a rede pública de saúde mental para garantir este acolhimento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. A outra é o Espaço Psi Infantil, clínica interdisciplinar, criada por mim em conjunto com duas colegas, cujo objetivo é acolher e refletir sobre as diversas e difíceis questões da infância e suas implicações percebidas no tratamento clínico, o que se dá através de um trabalho em equipe composta por profissionais de diferentes formações, em espaços de reuniões e supervisões. Ambas as instituições aqui descritas são supervisionadas por psicanalistas que, portanto, orientam o trabalho clínico que venho desempenhando.

Quanto à minha formação em psicanálise, ela se refere à orientação lacaniana, mais especificamente à Escola Brasileira de Psicanálise (EBP-Rio) e ao Instituto de Clínica Psicanalítica (ICP-Rio).

Apesar de meu interesse clínico não se restringir ao atendimento de crianças e adolescentes, o tema desta investigação surgiu a partir da prática desenvolvida na relação com essa faixa de público. Algumas perguntas e hipóteses sobre a especificidade do trabalho com crianças, especialmente em torno da construção da fantasia, foram-me impostas a partir desta delicada experiência. Qual a especificidade do final de análise no tratamento de crianças? Como se dá a construção da fantasia nesses casos? Como lidar com casos de crianças em que não se pode contar com a garantia prévia da função paterna.

Essas foram algumas das perguntas que me motivaram.

Porém, como será visto ao longo do trabalho e na conclusão, este interesse me levou a uma pesquisa prévia que requereu a elaboração de conceitos gerais da psicanálise, de modo que, como resultado, esta dissertação não terá girado apenas em torno da psicanálise com crianças e, sim, do percurso das análises em geral. Apenas no quarto capítulo será, afinal, explicado como tudo o que foi abordado nos anteriores converge, especificamente, para o que se refere à psicanálise com crianças, ponto de inspiração e motivação deste trabalho.

Pode-se dizer que a principal pergunta que nele me guiou foi a seguinte: “*a que se refere a construção da fantasia em uma análise?*”. Essa pergunta principal desdobrou-se em duas outras, respectivamente: “*o que, em uma análise, torna necessário que se construa uma fantasia?*” e “*o que se pode obter como resultado dessa construção?*”.

A partir dessas questões, abordou-se, em primeiro lugar, o rastro do conceito de “construção” em psicanálise.

O artigo de Freud intitulado *Construções em análise* ([1937] remeteu mais assumidamente ao conceito-chave a ser questionado e, por isso, servirá como uma espécie de pano de fundo para o início da investigação que proponho. Nele, Freud trata das construções feitas em análise a partir do que é esquecido na história do analisante, nas lembranças trazidas por este. Este tema, como o próprio Freud confessa, recebeu muito menos atenção do que o das interpretações, se for considerado o conjunto de seus escritos sobre a técnica psicanalítica. Parece claro que há uma diferença entre essas duas formas de intervenção por parte do analista. Portanto, determinar quais são elas ajudará a localizar o papel específico da construção para o desenvolvimento de uma análise.

O conceito de construção não foi tão explorado por Freud em sua obra. Tampouco Lacan deu maior importância a esse conceito, apesar de ter avançado com a ideia de “construção da fantasia”. Por isso, pretendo que uma primeira contribuição do meu estudo seja a organização do conceito de construção tal como ele aparece nas obras de Freud e Lacan.

Freud não utiliza diretamente a ideia de construção da fantasia. Isto será tarefa da leitura de Freud empreendida por Lacan. O que Freud afirma ser o

produto de uma construção é, na verdade, uma cena que, apesar de construída em análise, tem o mesmo valor de uma lembrança, já que há uma convicção por parte do paciente na cena construída.

A discussão sobre a realidade objetiva dessas cenas construídas retornam, em alguns momentos, ao longo da obra de Freud. Porém, desde que, no trabalho com as históricas, Freud se dá conta de que sua teoria da etiologia traumática das neuroses não poderia se basear em uma realidade objetiva, mas em um trauma que tem como pivô uma fantasia primordial, a fantasia passa a se destacar, em sua obra, como a legítima via do trabalho de análise. Por isso, a partir da leitura feita por Lacan, um segundo passo levará ao trabalho sobre o conceito de fantasia em Freud.

Lacan dá um lugar fundamental à construção da fantasia em análise, muitas vezes aproximando-a do próprio percurso da análise. Esse percurso, a ser visto no capítulo 3, refere-se a uma redução da fantasia que, num primeiro momento, aparecia como uma selva de imagens e significantes. O ponto a que se chega, no final dessa redução da fantasia, pode ser transmitido, segundo Lacan, com uma fórmula. E aqui, mais uma vez, impõe-se a pergunta inicial: *“a que se refere esta fórmula da fantasia construída em análise?”*

O capítulo 3 é o momento em que se buscará responder a essa questão. Nele ressalta a ideia de que a construção da fantasia produz a fixação do sujeito a um lugar específico, referido ao seu objeto de desejo. A fantasia, segundo Lacan, refere-se à relação do sujeito com o objeto, como indica a fórmula com a qual ele designa a fantasia: $\$ \langle \rangle a$. Surge, então, o que está em jogo nessa relação.

Chegando a este ponto da investigação, terá sido discernido o que está em jogo na relação entre sujeito e objeto. Após haver passado por todo o percurso acima descrito, pode-se, afinal, tocar a questão que foi o motor inicial do interesse por esse tema: a construção da fantasia na psicanálise com crianças. A hipótese, a ser exposta no capítulo 4, é que a construção da fantasia permite que a criança, em uma posição inicial de objeto do desejo materno, possa desdobrar um relato fantasístico que corresponda a sua história e inclua, em seu centro, o enigma do desejo que a originou. A fantasia que se constrói a partir destes desdobramentos daria, então, lugar à relação do sujeito com o objeto, de modo que a criança não

tenha que ocupar ela própria a posição de objeto da fantasia materna. Baseando-se nesta possibilidade teórica, conclui-se que a construção da fantasia em si já teria um efeito separador entre a criança e a mãe, o que poderia ser um ponto de escansão no caso específico da análise de uma criança.

Apesar do tema da construção da fantasia na psicanálise com crianças não chegar a ser explorado neste trabalho, em todas as suas consequências, a investigação nele proposta sobre a criança ocupar um lugar de objeto é bastante relevante e atual. No capítulo 4, examina-se como Lacan ([1969]) enfatiza a importância da mediação paterna para evitar a captura da criança como objeto na fantasia materna. Pode-se, então, supor que, em tempos em que a autoridade paterna está em declínio, cada vez mais crianças chegam aos consultórios dos psicanalistas fixadas a uma posição de objeto. É propósito, portanto, nesta dissertação, contribuir para a produção do necessário arcabouço teórico que dá subsídios ao tratamento de crianças, para que elas possam advir como sujeitos.

Assim, o objetivo geral desta dissertação, é descrever como se dá a construção da fantasia em uma análise e qual o produto que dela se obtém. Como objetivos específicos, pretende-se, ao percorrer o conceito de construção, estabelecer a diferença entre interpretação e construção, sustentando que esta se faz necessária quando as interpretações chegam a seu limite. Em paralelo a isso, pretende-se, ainda, delimitar o conceito de fantasia, segundo ele se coloca respectivamente para Freud e para Lacan. Por fim, situando a fantasia na relação entre sujeito e objeto, aborda-se o tema da constituição do sujeito em relação ao desejo do Outro. Conclui-se, então, esta dissertação, afirmando que a construção da fantasia pode funcionar como uma localização do sujeito como objeto do desejo do Outro. Isto servirá para formular a questão mais ampla sobre a psicanálise com crianças a ser, talvez, explorada em estudos posteriores.

Agora, ao trabalho!

1

Construção

Neste primeiro capítulo, pretendemos destacar o conceito de construção em Freud, valorizando o fato de este conceito ter como base e causa o limite da rememoração. Tomaremos o texto de Freud, *Construções em análise, 1937*, dedicado integralmente a esse tema, como fundamento do capítulo. Para empreender uma análise desse texto, privilegiando uma leitura lacaniana, lançaremos mão de alguns autores contemporâneos.

Construções em análise, 1937

O conceito de construção em Freud não obteve, ao longo de seus escritos sobre a técnica psicanalítica, tanta atenção como o conceito de interpretação, como ele próprio admitiu (FREUD, [1937], pg. 262)¹. A técnica analítica da construção aparece exemplificada em alguns casos clínicos de Freud, principalmente nos conhecidos como *Homem dos Ratos* (FREUD, [1909]), *Jovem homossexual* (FREUD, [1920]) e *Homem dos Lobos* (FREUD, [1918]) – ocupando, neste último, um papel central, o que nos leva à tentativa de analisar mais profundamente este caso. Porém, é no texto de 1937, *Construções em Análise*, que Freud se debruça mais especificamente sobre esse tema. Nesse trabalho, Freud trata das construções feitas em análise a partir do que é esquecido na história do analisante, isto é, do limite da rememoração.

Começaremos com uma definição geral do termo construção, encontrada no *Vocabulário da psicanálise* de Laplanche e Pontalis (2001). Segundo os autores, construção refere-se a:

termo proposto por Freud para designar uma elaboração do analista mais

¹ Sobre as citações de Freud ao longo do trabalho: aclaro que utilizei como fonte de pesquisa a coleção das obras completas em espanhol da editora argentina Amorrortu, como consta nas referências bibliográficas. Porém, todas as traduções são da *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, da Editora Imago, que se encontra já hoje em domínio público.

Sobre as referências de ano ao longo do texto: aclaro que preferi utilizar o ano da primeira publicação no original, entre colchetes, de modo a podermos acompanhar com mais precisão o desenvolvimento teórico dos autores. Nas referências bibliográficas consta o ano da edição utilizada para minha pesquisa. Quando ambas as datas coincidirem, mantereí o ano apenas entre parêntesis.

extensiva e mais distante do material que a interpretação, e essencialmente destinada a reconstituir nos seus aspectos simultaneamente reais e fantasísticos uma parte da história infantil do sujeito (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, pg. 97).

A definição acima já aponta para esse primeiro aspecto que desejamos destacar: a necessidade de que a história infantil do sujeito seja reconstituída em seus aspectos reais e fantasísticos, isto é, a impossibilidade de que essa história seja contada de modo completo através das lembranças, a impossibilidade de que todo o conteúdo recalcado seja acessado. Os próprios autores do *Vocabulário* afirmam que o objetivo de *Construções em análise* é destacar a dificuldade em satisfazer o objetivo ideal do tratamento, a saber, obter uma rememoração total do conteúdo recalcado (*id.*, pg. 98).

Para empreender a leitura do texto de Freud utilizarei como orientação as reflexões do psicanalista lacaniano contemporâneo, Jacques-Alain Miller, especialmente o texto intitulado *Marginália de 'Construções em análise'* (1996), pois nele encontramos a ênfase na citada definição da construção como incorporação de um núcleo inassimilável pela lembrança. O texto de Freud abre possibilidades de diferentes leituras. Por isso, é importante deixar claro que essa é a ênfase que Lacan dá ao conceito de construção, ainda que lhe tenha dado pouca importância. Por isso mesmo, utilizarei Miller para realizar a pretendida leitura lacaniana deste tema.

Segundo Miller, *construção* é a palavra com que Freud designa a relação do analista com o recalcado, mais especificamente com a parte do recalcado que uma análise não consegue reconstituir, ou seja, aquilo que se apresenta nas associações do paciente e nas interpretações do analista como um limite, segundo veremos em 1.3. Daí uma relação essencial da construção com o que Freud denomina, veremos, recalque originário, ou seja, aquele não restituível.

Mais uma vez recorreremos ao *Vocabulário da psicanálise* para circunscrevermos alguns aspectos sobre o conceito de recalque originário sem, contudo, nos adentrarmos nele muito profundamente. A conceitualização de um recalque anterior aos recalques ditos secundários surge de uma necessidade lógica: se uma representação não pode ser recalcada, segundo Freud, se não houver uma atração por parte dos conteúdos que já são inconscientes, é preciso criar a hipótese da existência de uma formação do inconsciente que não tenha sido

atraída por outras formações. Esse é o papel do recalque originário, sobre o qual Freud afirma que os conhecimentos são muito limitados (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, pg. 434-435). Os autores frisam o caráter hipotético do termo, o que está em consonância com seu caráter de não restituível. Por mais longe que se vá no trabalho de trazer à luz conteúdos recalcados inconscientes, haverá sempre um ponto limite onde, através de um processo hipotético – ou poderíamos dizer *mítico*, como veremos no segundo capítulo (2.3) – se deu o próprio surgimento do inconsciente.

O texto de Freud divide-se em três partes. A primeira trata da construção como trabalho do analista, em comparação com a arqueologia; a segunda introduz as respostas do paciente a partir da comunicação da construção; a terceira seria uma clínica do retorno do recalcado. Falaremos de cada uma delas em seu momento.

Na primeira parte do texto, entra em cena um opositor à psicanálise, que a critica afirmando que os psicanalistas se arranjam para terem sempre razão. Todo esse início trata do analista com o seu trabalho frente ao objeto psíquico, trabalho solitário, anterior à comunicação ao paciente. Neste sentido, como resposta à crítica, Freud “faz o paciente desaparecer”, segundo Miller (1996, pg. 93). Aqui já podemos ver como a construção não está determinada por sua comunicação ao paciente, apesar da leitura de Freud poder levar a crer na correspondência entre construção e comunicação. Um dos motivos do conceito de construção ter sido posto de lado pela literatura psicanalítica posterior a Freud, especialmente a lacaniana, talvez seja justamente a ênfase sobre o aspecto da apresentação de um conteúdo ao analisante por parte do analista.

A própria definição mais direta que Freud oferece do conceito de construção, que aparece quando o opõe à interpretação, poderia levar a essa leitura: “Trata-se de uma construção quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu” (FREUD, [1937], pg.262). Porém, nessa mesma definição, encontramos a outra via de leitura do conceito de construção, se sublinharmos a expressão “fragmento esquecido de sua história primitiva”.

Sobre isso, Miller aponta que a expressão “trabalho preliminar”, com a qual se conclui a primeira parte do texto, serve como lembrete de que aí Freud ainda trata de um trabalho intelectual e solitário do analista, anterior à

comunicação ao paciente e a suas consequências, isto é, ao material que essa comunicação irá gerar por parte do paciente. Aí podemos situar uma bifurcação entre Freud e Lacan quanto à consideração das construções, a partir da pergunta se o analista deve ou não comunicar ao paciente suas construções. A separação que encontramos no próprio texto de Freud entre construção e comunicação da construção abre espaço para a leitura lacaniana de que a construção é também trabalho do analisante, como veremos no capítulo 2, a propósito da construção da fantasia.

Seguindo ainda a via de Freud, nela vemos uma divisão de trabalhos na análise: há uma tarefa reservada ao analisante e, outra, reservada ao analista. Uma vez que os sintomas e inibições atuais do paciente são consequência do recalque, isto é, substitutos do que foi esquecido através deste, a análise deve fazer recordar essas vivências, assim como os afetos por elas provocados. Esta é a tarefa do analisante: recordar algo vivenciado e recalcado por ele. A matéria-prima do processo de análise são pequenos pedaços, fragmentos de sonhos, lembranças, associações. Freud pode afirmar o caráter fragmentário desse material justamente porque o que lhe interessa é o recalcado, e o que surge dele é sempre sob a forma de fragmentos. Assim, o trabalho reservado ao analista com relação às construções em uma análise seria elaborar um todo a partir da ligação de fragmentos: "É dessa matéria-prima – se assim podemos descrevê-la – que temos de reunir aquilo de que estamos à procura. Estamos à procura de um quadro dos anos esquecidos do paciente que seja igualmente digno de confiança e, em todos os aspectos essenciais, completo." (FREUD, [1937], pg. 260).

Neste ponto, podemos colocar a seguinte pergunta: para Freud, essa completude é realmente atingível? Lemos aqui que o quadro “digno de confiança” e “completo” é o que *se procura*, o que não garante que seja o atingível. Não há garantias neste texto de que Freud realmente creia na possibilidade de obter o quadro completo. Parece, ao longo do texto, e, principalmente, no seu final, como veremos, que Freud está diante da constatação de que sempre há um resto e é justamente isso que torna necessária a construção. Como é impossível uma recordação total (veremos melhor por que essa recordação total é impossível em 1.3), a construção seria, então, fazer um "simulacro" da completude do inconsciente a partir dos pedaços conservados (MILLER, 1996, pg. 96).

Assim, ao analista cabe o trabalho de integrar fragmentos dispersos

trazidos pelo analisante, mas, ao se deparar com o que resiste a ser recordado, dada a incompletude do quadro que se procura, é tarefa do analista, segundo Freud, inferir o recalado, a partir dos indícios que escaparam ao esquecimento, isto é, ao analista cabe *construir* o esquecido (FREUD, [1937], pg. 260). Apresentam-se, portanto, as duas peças distintas da análise: ao analisante cabe a *lembrança* e ao analista, a *construção*. Esses dois termos aparecem aqui como pertencentes a dois registros diferentes, o que será posto em questão na terceira parte do texto freudiano.

O trabalho de construção é comparado à tarefa do arqueólogo, que a partir de restos de ruínas pode restabelecer paredes, colunas, adornos e pinturas murais. Do mesmo modo, o analista constrói a partir de fragmentos de recordações, associações e comportamentos do sujeito (*id.*, pg. 261). Porém, Freud aponta como principal diferença entre os dois trabalhos o fato de a psicanálise tratar de um material vivo, o que traz duas importantes consequências: o material é conservado – "Na verdade, como sabemos, é possível duvidar de que alguma estrutura psíquica possa realmente ser vítima de destruição total" (*id.*, pg. 262) –, ainda que completamente esquecido e indisponível ao sujeito; e, no trabalho de análise, a construção é tomada apenas como um trabalho preliminar, não sendo, como na arqueologia, a meta.

Temos, então, duas afirmações sobre o material disponível para o trabalho do analista: no inconsciente tudo é conservado e, como vimos acima, no inconsciente, o que há são pedaços.

Procuraremos demonstrar que o conceito de construção nos mostra que, empreendendo sua tarefa de analisante, que é a de recordar suas vivências reprimidas, o sujeito necessariamente se deparará com um limite do que é rememorável, um ponto a partir do qual não há mais conteúdo mnêmico nem material para as associações. É porque nem tudo é rememorável, porque há um limite na lembrança do qual não se pode escapar, que a construção se faz necessária em análise. Isso nos afasta do equívoco de tomar a construção como uma verdade material – veremos mais adiante de que verdade se trata na construção – para, então, podermos nos perguntar sobre sua função na análise, o objetivo deste trabalho. Veremos agora, a partir do texto de Freud em questão, mas com a ajuda de outros autores, os argumentos que buscam embasar nossa valorização da construção menos como uma comunicação do analista em busca da

realidade e mais como uma resposta ao limite da rememoração próprio da análise.

1.1 O problema do assentimento

Paul-Laurent Assoun, em seu livro *Freud e Wittgenstein* (ASSOUN, [1988]), promove um diálogo entre esses dois autores, organizado em três tempos: parte das críticas de Wittgenstein à psicanálise, retiradas de suas *Conversações sobre Freud*; segue com uma análise da lógica freudiana sobre o tema criticado, recolhida ao longo de sua obra; e conclui lançando o debate entre os autores, o que permite apresentar um contraste importante do pensamento contemporâneo. Assim o faz com as críticas wittgensteinianas ao assentimento psicanalítico, à interpretação dos sonhos e aos postulados metapsicológicos. Para o nosso tema, nos interessa particularmente o percurso em torno da crítica e da lógica do assentimento².

A crítica de Wittgenstein ao assentimento em psicanálise se baseia na ideia de que esta promoveria certo adormecimento do sentido crítico dos sujeitos. Trata-se de um protesto contra o argumento de autoridade próprio da análise, onde o paciente está submetido à sua regra fundamental, a associação livre. De fato, como nos indica Assoun, Freud valoriza a obediência à regra da livre associação em detrimento dos julgamentos e entendimentos intelectuais do paciente. Assim, há uma dissuasão do sujeito do assentimento, pois o que se procura na análise é fazer com que o sujeito do inconsciente, por antítese, designe aquilo em que teria menos probabilidades de assentir, já que o assentido está à mercê das resistências e da denegação (ASSOUN, [1988], pg. 58). Há, portanto, um deslocamento do sujeito do assentimento para o sujeito do inconsciente, subordinado à associação livre.

Em *Construções em Análise*, Freud parte de uma resposta a um crítico da psicanálise, e lhe atribui argumentos muito semelhantes aos de Wittgenstein em

² Ao que Assoun se refere aqui como *assentimento* corresponde ao termo alemão *Zustimmung*, que significa também autorização ou consentimento. No contexto da crítica de Wittgenstein, como veremos a seguir, entendemos que o assentimento corresponde a uma propriedade racional de atitude crítica (ASSOUN, [1988], pg. 33).

suas *Conversações sobre Freud*. A crítica consiste em que a apresentação das interpretações psicanalíticas ao paciente se basearia no desacreditado princípio de “Cara eu ganho, coroa você perde”. Ou seja, mesmo se o paciente não está de acordo com a interpretação, esta pode ser considerada correta, pois sua contradição não é mais que um sinal de sua resistência (FREUD, [1937], pg. 259). A acusação é de que, dessa forma, o destinatário da interpretação é desprezado, posto fora do jogo, pois perde seus direitos de contestação (ASSOUN, [1988], pg. 62).

E a resposta de Freud, em vez de resgatar esses direitos menosprezados, vai na direção de demonstrar como se dá a apreciação por parte do analista da confirmação ou negação do paciente em relação a uma interpretação, mantendo assim o sujeito do assentimento calado pelo sujeito do inconsciente, que o analista se esforça em deixar aparecer.

Miller demonstra-o comentando a segunda parte do texto de 1937, em que Freud apresenta uma discussão sobre as diferentes respostas que o paciente pode dar frente a uma construção do analista. Se, por um lado, o crítico da psicanálise que aparece no início do texto se concentra no assentimento do paciente, no verdadeiro ou no falso, Freud, por outro lado, aponta que há inúmeras reações possíveis a uma construção, e o "sim" e o "não" são as menos determinantes. Freud pareceria aqui entrar na discussão lógica com o suposto opositor da psicanálise, mas o que se demonstra no final é justamente que sua abordagem escapa de um debate universitário ao introduzir o sujeito do inconsciente em contraposição ao sujeito do assentimento.

Não é um torneio escolástico onde se trata de saber quem tem razão, trata-se de estar no rastro de uma verdade que se revela ao escapar, uma verdade da qual não se pode fazer tese, porque uma tese, nós a dizemos, a defendemos, a sustentamos enquanto que o inconsciente diz uma única vez, ao lado, e depois ele se eclipsa. (MILLER, 1996, pg. 105)

Em primeiro lugar, Freud aborda o problema do erro, perguntando-se sobre a garantia da verdade da construção e sobre as consequências de uma construção inexata. O que ele responde é que uma construção incorreta não provoca nenhum dano. Esta não encontrará legitimidade e não gerará trabalho associativo. É claro que estar sempre errado seria uma perda de tempo e traria uma má impressão ao paciente, nos diz Freud, “entretanto um equívoco isolado desse tipo não pode

causar prejuízo” (FREUD, [1937], pg. 263), será como se a comunicação nunca tivesse sido feita. Além disso, Freud cita Shakespeare dizendo que “frequentemente ficamos com a impressão de que, tomando de empréstimo as palavras de Polônio, nossa isca de falsidade fisgou uma carpa de verdade.” (*id.*, pg. 263), isto é, com a isca de uma construção falsa é possível colher um material válido. Isto faz com que a importância recaia mais sobre o material trazido posteriormente pelo paciente, que dará continuidade à análise, do que sobre o erro ou acerto de uma construção por parte do analista.

Em seguida, abre-se uma detalhada discussão sobre o "sim" e o "não" como respostas muito pouco confiáveis por parte do analisante. O crítico da psicanálise tem razão em afirmar que os analistas não dão pleno valor ao “não”, mas o mesmo acontece com o “sim” do paciente. O “sim” é multívoco. Ele pode corroborar uma construção, mas também pôr-se a serviço da resistência, na medida em que ajuda a esconder a verdade não descoberta. Este “sim” só tem valor se for confirmado posteriormente de maneira indireta. O “não” é igualmente multívoco, pois pode representar uma resistência, mas também, afirmar que a construção ainda não está em sua forma integral, isto é, que não se disse tudo ainda.

Por fim, Freud conclui que a resposta realmente importante vem sempre indiretamente. Este termo *indireto* é bastante valorizado por Miller, pois abre a porta para o conceito de verdade em Lacan, isto é, a verdade como um "semi-dizer" (LACAN, [1969-1970], pg. 33), como veremos em 1.2. Isto não quer dizer, segundo Miller, que o analista tenha sempre razão, mas que o analisante, em sua relação com o inconsciente, está sempre errado, já que não se pode falar o justo sobre o inconsciente senão de modo indireto (MILLER, 1996, pg. 95). Exemplos dessas formas indiretas de confirmação são: a denegação, uma associação análoga à construção, o ato falho ou a piora dos sintomas.³

A argumentação de Freud sobre o assentimento divide-se nessas três abordagens da verdade da construção (*id.*, pg.103): quando discute o erro, pergunta-se sobre a “verdade da construção em si mesma”, o que cai por terra ao trazer a evidência da inocuidade do erro; no exame do “sim” e do “não” trata-se

³ Miller afirma que para Freud a resposta mais significativa está na reação terapêutica negativa: quanto mais perto da verdade está uma construção, mais o paciente é ameaçado de piorar. Longe da construção como um exercício intelectual, isso se passa no corpo, estar bem ou mal ou angustiado (MILLER, *op. cit.*, pg. 101).

da “verdade da construção segundo o paciente”, mas Freud demonstra cuidadosamente como ambas as respostas podem ser enganosas; por fim, abordando os modos de confirmação indireta, introduz a “verdade da construção segundo o inconsciente”(id., pg. 103), que tem como marca de autenticidade a surpresa do paciente diante da resposta que vem do inconsciente, como um ato falho, por exemplo.

Assim, quanto ao assentimento, o que conta é a resposta do inconsciente, que fala sempre a verdade, mesmo quando mente, do que nos lembra Freud com a citação de Shakespeare trazida acima. O caminho do assentimento é percorrido pelo sujeito do inconsciente, pois é ele quem irá responder à construção com suas novas lembranças, trazendo à tona novos materiais que servirão de matéria-prima a novas construções e, assim por diante, até o fim (FREUD, *op. cit.*, pg. 262). Exemplo disto é o que comenta Freud na parte V do relato clínico do Homem dos Lobos, que será analisado mais adiante. Na discussão sobre a validade da cena primária construída nesse caso, Freud se remete ao aparecimento de uma formação do inconsciente – o sonho – para demonstrar o assentimento do paciente, pois é a partir daí, de seu inconsciente, que o sujeito adquire seu convencimento:

Na verdade, sonhar é outra maneira de lembrar, embora sujeita às condições que governam à noite e às leis da formação de sonhos. É essa recorrência nos sonhos que considero como a explicação do fato de que os próprios pacientes adquirem gradativamente uma **convicção**⁴ profunda da realidade dessas cenas primárias, uma convicção que não é, em nenhum aspecto, inferior à que se fundamenta na recordação. (FREUD, [1918], pg. 50).

O que se busca com a construção, o que se consegue a partir das respostas indiretas do paciente é a convicção. E essa convicção nada tem a ver com a sugestão, o que Freud deixa claro – "Posso garantir, sem me gabar, que um tal abuso de ‘sugestão’ jamais ocorreu em minha clínica", pois, para que isso ocorresse, o analista “teria de se culpar por não permitir que seus pacientes tenham oportunidade de falar” (FREUD, [1937], pg. 263) – nem com a fé. O que pode ser então a convicção na existência do inconsciente, quando o "sim" e o "não" do paciente parecem não ter nenhum valor? A convicção é demonstrada justamente pela resposta "ao lado", indireta. Ela não virá de um sujeito do

⁴ Grifo nosso.

assentimento, como esperaria Wittgenstein, consciente e com plenos direitos de concordância ou discordância. Segundo Miller:

O que prova a convicção é fundamentalmente a resposta ao lado. O que é verdadeiramente convincente é quando você diz não e que, em algum lugar em sua resposta, isso diz sim. Não é a confissão de fé no inconsciente. Você diz não, isso diz sim. A problemática do assentimento repousa sobre a inteireza do sujeito na confissão daquilo que ele crê ou daquilo que ele pensa, enquanto que aqui a problemática da convicção está fundada, ao contrário, num sujeito dividido (MILLER, 1996, pg. 98).

Assim, a convicção em análise não só é a convicção no inconsciente, mas é uma convicção ela própria inconsciente, que aparece a partir das surpresas que o inconsciente produz, sempre indiretamente.

* * *

A partir da leitura de Assoun, abordamos uma crítica de Wittgenstein que se refere ao assentimento em psicanálise: esta trabalharia com a suspensão da racionalidade crítica dos sujeitos, já que, mesmo se o sujeito não está de acordo com uma interpretação, isso pode ser atribuído à sua resistência. Se consideramos que o personagem a quem Freud se refere na introdução de seu texto *Construções em Análise* – o crítico da psicanálise – possui os mesmos argumentos de Wittgenstein, podemos apresentar os argumentos freudianos nesse texto também como uma resposta este último.

A resposta de Freud vai na direção de demonstrar como a confirmação ou negação do paciente é considerada pelo analista. Em primeiro lugar, pergunta-se sobre a garantia da verdade da construção e sobre as consequências de uma construção inexata, terminando por afirmar que uma construção incorreta não provoca nenhum dano. Em seguida, abre-se uma discussão sobre o "sim" e o "não" como respostas do analisante, ambas consideradas pouco confiáveis, já que são multívocas.

Por fim, Freud conclui que a resposta que importa vem sempre indiretamente, isto é, através das formações do inconsciente. Assim, em vez de um sujeito do assentimento, crítico e racional, a resposta vem do sujeito do inconsciente, pois é ele quem irá responder à construção com novas lembranças e novos materiais que, por sua vez, servirão de matéria-prima a novas construções.

O que as respostas indiretas do paciente garantem é a convicção deste na verdade construção. E esta verdade não diz respeito à realidade objetiva. Veremos a seguir de que verdade se trata na construção, e o que está em jogo na convicção do analisante.

1.2 Verdade e convicção

A discussão sobre o problema do assentimento traz à tona uma questão incontornável para o tema da construção em análise: a verdade. Se *Construções em análise* baseia sua argumentação na relativização do “sim” e do “não” do paciente diante de uma construção do analista, é porque a referência dessas respostas não pode ser uma verdade universal e objetiva. De fato, Freud leva a sério a suposta crítica à psicanálise feita no primeiro parágrafo desse texto, tanto que toda sua argumentação será ao redor da pergunta sobre a verdade em psicanálise. Miller chega a propor outro título para o texto de 1937 (Miller, *op.cit.*, pg. 93): “A verdade em psicanálise”. Mas de que verdade se trata, então?

Para responder a essa pergunta, utilizarei duas referências da verdade em psicanálise, apesar de haver inúmeras, pois escolhi as que concernem mais diretamente nosso percurso de leitura. A primeira, lacaniana, é a verdade definida como semi-dizer, à qual Miller faz referência direta no texto ao qual nos referimos. A segunda, freudiana, é a “verdade histórica”, citada por Freud em *Construções em Análise*.

Semi-dizer

Vimos acima um primeiro aspecto da verdade, a partir das orientações de Miller: ela aparece no texto freudiano como estando sempre “ao lado”, o que tomaremos como aquilo a que se refere Lacan quando fala de um “semi-dizer” e, por isso, abre-nos as portas para a leitura lacaniana.

Se há algo que toda a nossa abordagem delimita, que seguramente foi renovado pela experiência analítica, é justamente que nenhuma evocação à

verdade pode ser feita se não for para indicar que ela só é acessível por um semi-dizer, que ela não pode ser inteiramente dita porque, para além de sua metade, não há nada a dizer. Tudo que se pode dizer é isto. (LACAN, [1969-1970], pg. 49).

A presença da verdade na fala, mesmo na fala “mentirosa”, como vimos em 1.1, é a afirmação de que ela é inseparável dos efeitos de linguagem e, com isso, já se inclui aí o inconsciente (LACAN, *id.*, pg. 59)⁵. Como nos indica a citação anterior de Miller (Cf. pg. 23), quando falamos, mesmo quando mentimos, *isso* diz a verdade. Daí o efeito de surpresa da irrupção do inconsciente.

É no seminário 17, *O avesso da psicanálise*, que Lacan aborda a verdade como um semi-dizer. Neste seminário, Lacan constrói seus conhecidos quatro discursos, a saber, o discurso do mestre, o universitário, o da histérica e o do analista. Em cada um desses discursos o lugar da verdade é ocupado por um dos quatro elementos – S_1 , S_2 , a e $\$$ ⁶.

Segundo Iannini, autor de *Estilo e Verdade em Jacques Lacan* (2012), no seminário *O avesso da psicanálise* a verdade sofre uma redução de sua dimensão (IANNINI, 2011, pg. 435). O que Iannini afirma ser uma redução de sua dimensão é que, ainda que sempre presente na fala, a verdade passa a ser modalizada pelos efeitos da formalização e das leis de permutação dos quatro discursos, isto é, pelos diferentes termos que vem a ocupar os lugares estruturais de cada discurso. Assim, a verdade é um lugar nos discursos, mas um lugar virtualmente vazio, por onde podem passar os diversos elementos do discurso (*id.*, pg. 436).

No discurso do analista, que nos interessa aqui, o que se encontra no lugar da verdade é o saber, representado como S_2 (Cf. nota 6). “O que é a verdade como saber?”, se pergunta Lacan ([1969-1970], pg. 33), e logo responde que é um enigma, pois só pode ser dita pela metade. No enigma, se trata de uma enunciação sem enunciado, e fica a cargo de quem o recebe fazer dele um enunciado. Outra referência dada por Lacan à verdade como semi-dizer é a citação segundo a qual,

⁵ A frase de Lacan é: “dizer que a verdade é inseparável dos efeitos de linguagem tomados como tais é incluir aí o inconsciente”.

⁶ Os quatro discursos são construídos a partir de quatro termos: S^1 , S^2 , a e $\$$, e a cada discurso corresponde uma permutação na ordem desses elementos, mudando cada um deles de lugar. Além disso, cada lugar deste esquema tem uma função, o que nos ajuda a interpretar o papel de cada termo em cada discurso. Assim, por exemplo: do discurso da histérica = $\$ \rightarrow S^1$ fazemos uma volta nos termos e temos o discurso do analista = $\frac{a}{S^2} \rightarrow \frac{\$}{S^1}$, tendo como

chave a seguinte leitura de cada lugar: agente → trabalho. Assim, no discurso do analista, S^2 , o saber, ocupa o lugar da verdade. verdade produção

ao contrário do enigma, seria um enunciado com sua enunciação em reserva, atribuído a outro. Assim, enigma e citação são duas referências da verdade como semi-dizer e, por isso, Lacan enfatiza com elas o que corresponde à interpretação: o que se espera de um analista, de acordo com seu discurso, é que faça funcionar seu saber em termos de verdade, através de seu próprio semi-dizer.

Para frisar o limite do que se pode dizer da verdade, Lacan se aproxima da castração. Não há nada mais o que dizer para além dessa metade justamente porque além dela está a castração. “O amor à verdade é o amor a essa fragilidade cujo véu nós levantamos, é o amor ao que a verdade esconde, e que se chama castração” (LACAN, *op. cit.*, pg. 49). Quando se ama a verdade, o que se ama é o véu que recobre a castração e que, mesmo a escondendo, é marca de sua presença. É aí que Lacan define a verdade como impotência, isto é, sem o poder de reparar essa fragilidade original.

Lacan afirma que a verdade não é tão facilmente acessível, aparece escondida, apesar de que não ausente. E sua forma de aparição é através de uma afirmação ou frase que se sustenta, como todas as afirmações, no significante. Uma vez que o significante concerne ao sentido, e não ao objeto (*id.*, pg. 53), nos afastamos de referenciar a verdade à fidelidade de sua aproximação do objeto. Ao falar em verdade, se trata da dialética do “*pas-de-sens*” (*ibid.*), que contém a ambiguidade de passagem e ausência de sentido ao mesmo tempo, já que *pas* em francês significa tanto “passo” como “não” ou “sem”. Lacan aponta que o que importa no sentido não é o sentido pleno, mas justamente o que lhe escapa. Trata-se de um saber disjuncto do sentido, tal como o encontramos no inconsciente. Como indica Iannini, se consideramos que é esse saber disjuncto do sentido que funciona no lugar da verdade no discurso do analista, o resultado só pode ser o semi-dizer (IANNINI, 2011, pg. 436).

Com o exemplo do chiste, vemos que seu efeito se dá justamente pelo que aparece nele de pouco sentido, a palavra sem pé nem cabeça (LACAN, *op.cit.*, pg. 54). O equívoco que provoca riso, no fenômeno do chiste, é, ao mesmo tempo, a interrupção e a passagem de sentido. O chiste mostra quão pouco sentido prévio é necessário para a produção de efeitos de verdade na interação social, como é possível fazer essa passagem por meio de tão pouco sentido (IANNINI, *op.cit.*, pg. 437).

Lacan afirma, então, que nós estamos “não sem” uma relação com a

verdade – fazendo referência a essa expressão “não sem”, que já é conhecida pela referência à angústia – “não sem” objeto. “Não sem” relação com a verdade aponta justamente para o fato de que a verdade está sempre ao lado, em descompasso com o sujeito, não em seu interior. Assim como no *unheimlich*, encontramos aqui o estranho e o familiar conjugados: nossa verdade, apesar de própria, também nos é uma estranha. Isso é resumido na seguinte ideia, baseada no paradoxo de Zenão: se estivéssemos ao alcance da verdade, passaríamos dela (LACAN, *op.cit.*, pg. 55).

Encontramos justamente na quarta lição do seminário 17 em que discute a verdade, comentários e críticas de Lacan com respeito à teoria de Wittgenstein sobre a verdade. Reencontramos aqui este que se encaixaria na crítica à qual Freud se refere no texto de 1937. Lacan descreve a forma wittgensteiniana de abordar a verdade como uma “ferocidade psicótica” justamente por não querer saber nada do lugar da verdade – a castração, se voltamos à definição da verdade como véu que recobre a castração. Além disso, nos aponta Iannini, sendo o mecanismo fundamental da psicose a exclusão primordial desse significante que Lacan chamou de Nome-do-pai e que tem valor ficcional, “é exatamente essa estrutura **ficcional**⁷ da verdade que é objeto da descrença psicótica” (IANNINI, *op.cit.*, pg. 438). Assim, é a exclusão desse duplo aspecto da verdade, como passagem de sentido e sem sentido, que impede Wittgenstein de apreender o processo inerente à verdade. Daí sua insistência em apontar a falha psicanalítica quanto ao assentimento, já que a verdade na psicanálise só aparece como “fuga de sentido” (*id.*, pg. 438).

Lacan, assim como Freud, “responde” a Wittgenstein de viés, encontrando na frase da fantasia “*bate-se em uma criança*”, retirada do texto de Freud de 1919, justamente uma proposição sobre a qual não se pode afirmar ser verdadeira nem falsa, pois só se sustenta em um sujeito dividido. Isso nos interessa especialmente porque, como veremos no terceiro capítulo, a construção da verdade do sujeito se sustenta na construção de sua fantasia. O “Tu me bates”, segundo Lacan, é essa metade do sujeito, a fórmula da verdade do que constitui seu vínculo com o gozo. Essa é uma definição da fantasia, segundo Lacan, como abordaremos adiante. A verdade como semi-dizer justifica a existência da fantasia.

⁷ Grifo nosso.

É isso o que explica a afirmação de Lacan de que a verdade é irmã do gozo (LACAN, *op. cit.*, p. 64). Justamente por se situar como um resíduo do efeito de linguagem, aquilo que fica fora do sentido, a verdade é irmã do gozo impossibilitado pela própria linguagem. É ela quem permitirá, pela via da fantasia, a recuperação, sempre parcial, do gozo.

Verdade histórica

Um segundo aspecto a ser abordado sobre a verdade nos traz de volta a Freud, resgatando a expressão utilizada em *Construções em análise* para designar o fragmento de verdade presente nas construções e que causaria a convicção: “fragmento de verdade histórica” (FREUD, [1937], pg. 269). Podemos supor aqui, pelo uso da palavra “fragmento”, que essa ideia da verdade como semi-dizer está presente de alguma maneira, pois só pode ser acessada por pedaços, fragmentos.

No texto *Moisés e o monoteísmo* ([1939]), Freud apresenta mais explicitamente a distinção entre “verdade histórica” e “verdade material”. A questão aí se coloca a partir da pergunta de Freud sobre o porquê do monoteísmo ter adquirido sobre o henoteísmo uma significação tão avassaladora e determinante para a humanidade. A resposta dos crentes, como ele aponta, é que a ideia de um deus único seria um fragmento da verdade eterna que, saindo à luz, não poderia deixar de arrastar a todos consigo. Freud contesta essa explicação afirmando ser uma “premissa otimista e idealista”, pois nada demonstra uma inclinação particular dos homens por reconhecer a verdade, ao contrário, creem naquilo que é solicitado pelas “ilusões carregadas de desejo”. Porém, afirma que também a solução dos crentes contém a verdade, “mas a verdade *histórica*, e não a verdade *material*” (FREUD, [1939], pg. 124).

Assim, a verdade histórica se traduziria da seguinte maneira: quando Moisés trouxe a ideia de um deus único, isso reanimou a vivência de épocas primordiais da família humana, onde uma única pessoa aparecia imensa para oferecer proteção. Esta vivência havia desaparecido da memória consciente dos homens, mas tinha sido tão importante que deixou marcas duradouras, como uma tradição.

Em vários momentos, ao longo de sua obra, Freud criou analogias entre história individual e história de um povo, e também o faz nesse texto. Da mesma

maneira que nas análises individuais, vê-se que as impressões primitivas têm “efeitos de caráter compulsivo”, sem que se tenha delas lembrança consciente, Freud supõe o mesmo das vivências primitivas da humanidade inteira. Do mesmo modo, compara a verdade histórica da religião monoteísta com o delírio, que possui um fragmento de verdade que aparece desfigurada, mas, pela convicção do delirante, a verdade se estende para o delírio (FREUD, [1939], pg. 125).

O que a explicação dos crentes no monoteísmo, os efeitos compulsivos no adulto e o delírio têm em comum é a mesma estrutura de *convicção* em um aspecto de verdade desfigurado.

Assim, temos também esse aspecto da verdade em psicanálise: verdade histórica como um fragmento de verdade desfigurado que forma o núcleo vivencial das formações do inconsciente, dos delírios e alucinações, da mentira (como vimos acima na citação que Freud faz de Shakespeare) e também das construções, como veremos a seguir.

Convicção

No texto *Construções em análise*, o tema da convicção está presente especialmente em sua terceira parte. Se o percurso de uma análise, como vimos, visa a fazer recordar as vivências recalçadas, assim como os afetos por elas provocados, suporíamos que a construção levaria a esta recordação por parte do analisante. Porém, Freud constata que “com bastante frequência” isso não é possível. Em lugar da lembrança do recalçado, se alcança “uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada” (FREUD, [1937], pg. 267). Isto significa que, mesmo que o paciente não responda com uma recordação, mas sim com a convicção, a construção terá como efeito, da mesma maneira, novas associações e novas lembranças, que levarão adiante o trabalho de análise. Mesmo que não traduza uma verdade material, a construção traz à superfície aspectos presentes na verdade histórica do analisante, daí o efeito de convicção, ainda que mantendo seu aspecto desfigurado.

Essa presença na construção convicta de aspectos da verdade histórica do analisante é atestado por Freud quando ele aborda o tema das “lembranças ultraclaras” (*id.*, pg. 267). Trata-se de um fenômeno descrito como surpreendente

e, a princípio, incompreensível: a partir da comunicação de uma construção, pacientes relatam recordações vivas, qualificadas por eles de “ultraclaras”, mas que não correspondiam ao conteúdo da construção, e sim a detalhes laterais a esse conteúdo. Após essas lembranças, nada se seguia, como uma interrupção das associações.

Freud chega a aproximar esse fenômeno da alucinação, dadas a sua nitidez e a crença que gera. E prossegue de maneira muito similar à qual se refere ao delírio em “Moisés e o monoteísmo”, citado acima: supõe que na alucinação retorne algo vivenciado na infância e esquecido, algo que a criança teria visto ou ouvido na época em que mal se apropriava da linguagem e que agora forçava sua entrada na consciência, mas desfigurado e deslocado pelas forças resistentes a essa entrada. Conclui, a partir disso, que a loucura também contém um fragmento de verdade histórica (*id.*, pg. 269). A partir da construção, então, os traços mnêmicos significativos seriam reativados, na contramão das resistências que os desfiguram.

Teríamos pelo menos duas vias de leitura para essa teorização de Freud em torno das lembranças ultraclaras. Por um lado, é pela afirmação da presença do aspecto de verdade histórica que Freud reforça a verdade da construção. Sua explicação através do mecanismo do recalque poderia levar a pensar que se trata da busca da verdade por trás do recalcado. Porém, se seguimos a teorização de Lacan sobre a verdade como semi-dizer, vemos que, para além disso que só pode ser dito pela metade ou, de lado, não há nada: a verdade é o próprio limite, por trás do qual se encontra a castração, como vimos na citação anterior de Lacan.

Além disso, se seguimos a indicação de Assoun, podemos chegar à ideia de que a verdade é o próprio recalque. A construção, segundo essa leitura, permitiria “o reaparecimento, mais ainda do que o real do recalcado, o recalcado originário *como* real” (ASSOUN, [1988], pg. 71). Não é à toa que a irrupção dessas lembranças interrompem a cadeia associativa: “o real da história retorna à cena atual para ocupá-la, sob os olhos assombrados tanto do analisando quanto do analista. (...) Esse ‘buraco’⁸ na linguagem não revelará que, em Freud, esta nunca funcionou fora da órbita de um real?” (*id.*, pg. 72).

O que Assoun parece nos mostrar aí é que a construção incide no ponto de

⁸ Em francês, *trou*. Preferimos a tradução “furo”, e é a que usaremos de aqui em diante.

limite da rememoração não para ocupá-lo de maneira a ignorar sua existência. Pelo contrário, por tudo que vimos, o efeito da construção termina sendo reafirmar esse limite, tornando o recalque originário visível.

Como veremos, é esse “furo”, o limite da linguagem, que Freud vai marcar com a construção da cena primária como novo lugar para a verdade. A convicção significa, então, uma nova verdade para o sujeito, uma verdade que não se apoia na materialidade. Por isso mesmo, tem como efeito um novo sujeito, com uma nova verdade construída em análise.

Voltaremos a isso em 1.4. Por agora é preciso que abordemos a diferença entre interpretação e construção, para vermos como esse limite da linguagem vai se apresentando e se aproximando ao longo do processo analítico, e como isso entra em jogo na relação entre essas duas diferentes técnicas.

* * *

Para responder à pergunta sobre a verdade em psicanálise, utilizamos duas referências. A primeira é a verdade como um “semi-dizer”, assim definida por Lacan no *Seminário 17*. Lacan afirma que a verdade aparece no discurso do analista sempre escondida, não é tão facilmente acessível, ainda que não esteja ausente. E sua aparição, como toda fala, se sustenta no significante, sendo que o que importa não é o sentido pleno da fala, mas o que lhe escapa. Aparece como um saber disjunto do sentido, em acordo com a lógica do inconsciente. O resultado é um “semi-dizer”.

A segunda referência para abordar a verdade foi a “verdade histórica”, presente em *Construções em análise*, e que faz referência ao texto *Moisés e o monoteísmo*, onde Freud distingue “verdade histórica” e “verdade material”. A verdade histórica possuiria um fragmento de verdade que aparece desfigurada, mas, pela convicção do dos crentes, a verdade se estenderia para a afirmação da religião. O mesmo acontece com os delírios. A verdade histórica é, assim, um fragmento de verdade desfigurado que forma o núcleo vivencial tanto das formações do inconsciente, dos delírios e alucinações, como também das construções. O que eles têm em comum é a mesma estrutura de *convicção* em um aspecto de verdade desfigurado.

A convicção é valorizada por Freud justamente por gerar efeitos

correspondentes à lembrança, mesmo quando esta não é alcançável, isto é, produz associações e novas lembranças, que levarão adiante o trabalho de análise. Exemplo disso são as “lembranças ultraclaras”, comparadas às alucinações, em que algo vivenciado e esquecido na infância força sua entrada na consciência, mas de maneira desfigurada.

Em vez de considerar que a verdade histórica é a busca da verdade por trás do recalcado, podemos seguir a ideia da verdade como semi-dizer, em que a verdade é o próprio limite, por trás do qual se encontra a castração. Em vez de descobrir a verdade escondida, a convicção determina uma nova verdade para o sujeito. Nosso objetivo neste trabalho será circunscrever o efeito de verdade para o sujeito, o qual abordaremos no segundo capítulo, através da fantasia.

1.3 Interpretação e construção

Em *Construções em análise*, Freud faz uma diferença entre interpretação e construção, como entre duas técnicas distintas da psicanálise. Mais adiante, abordaremos diretamente essa distinção a que Freud se refere em 1937.

Antes disso, para acompanhar, na obra freudiana, as origens e implicações dessa diferença, tentaremos compreender a teorização da interpretação, segundo Freud, mas realizando-o através de uma leitura manifestamente lacaniana⁹.

A invenção da interpretação psicanalítica coincide com a própria invenção da psicanálise. Ao se afastar primeiro da sugestão, abandonando a posição de mestre do discurso médico e, depois, da hipnose, Freud passa ao método da associação livre. Tendo aprendido com as experiências da hipnose que há um saber que o paciente detém, mas sem sabê-lo conscientemente, Freud passa a seguir a técnica de dar a palavra ao paciente desperto. É, então, que ele considera ter entrado na psicanálise. No entanto, Freud percebe rapidamente que apenas as

⁹ Este ítem, 1.3, está baseado em uma leitura dos textos reunidos pela Associação Mundial de Psicanálise ao redor do tema da interpretação, cuja compilação levou o nome de *Os poderes da palavra* (AMP, 1996). A primeira parte do livro, de autoria coletiva de psicanalistas membros da *Escuela de la Orientación Lacaniana* de Buenos Aires, faz um percurso sobre a interpretação em Freud, baseado no modo como Lacan valoriza alguns elementos da teoria freudiana para chegar a sua própria leitura clínica.

associações do paciente não bastam, pois encontram resistências. É necessária, então, uma intervenção por parte do analista, à qual nomeia interpretação, partindo não imediatamente do estudo dos sintomas, mas inicialmente dos sonhos.

A interpretação freudiana reconhece que o sonho é uma escrita cifrada que disfarça e mantém sua significação, mas se afasta tanto da decifração divina como da simbologia porque não dirige sua interpretação ao sonho como um bloco, que teria um significado único – por exemplo o destino – e sim aos seus fragmentos, atribuindo o significado de cada elemento àquilo que evoca no intérprete. Desse modo, para um mesmo intérprete pode haver significados diferentes, assim como para uma pluralidade de intérpretes, significados plurais. A solução que Freud dá a essa diversidade é justamente dar ao sonhador a tarefa de interpretação.

Assim, cada elemento do sonho é multívoco, substitui múltiplos pensamentos oníricos. Tal é o princípio da sobredeterminação em psicanálise. Se o sonho usa a condensação de inúmeros pensamentos oníricos em um mesmo elemento para alterar sua forma, cada um desses elementos está sobredeterminado, e a interpretação não pode deixar de considerar esse aspecto. Não há significado último de um elemento do sonho, logo não há univocidade na interpretação.

Por essa razão, a interpretação suspende a busca pela significação, passando ao caminho de combinar um elemento do sonho com outros antes de dar-lhes um valor de significação.

Aqui começa o minucioso tratamento da interpretação como 'uma verdadeira química das sílabas', que decompõem-se e recompõem-se mil vezes antes de chegar ao sentido. As figurações, as palavras, as frases não são mais válidas pela sua significação direta, mas pelos elementos dos quais se decompõem integrando-se na rede silábica do inconsciente. (AMP, 1996, pg. 27)

Porém, há algo que pôde ser descoberto por Freud ao colocar esse método em funcionamento que serve de bússola em meio à multiplicidade e infinitude de interpretações: o sonho realiza fantasisticamente um desejo recalcado através de uma manifestação cifrada.

Uma vez estabelecido o método da interpretação com os sonhos, ele se estende para o tratamento da neurose, o chiste e a psicopatologia da vida cotidiana. Cada ato psíquico pode ser interpretado, sejam eles atos falhos, esquecimentos, equívocos ou escolhas de objeto amoroso. E, ao lado da

multivocidade das interpretações dos atos psíquicos, vão se delineando certas coordenadas inconscientes unívocas da sexualidade: o caráter infantil, a não inscrição da oposição masculino-feminino no inconsciente, o conceito de pulsão parcial (AMP, 1996, pg. 29).

A relação entre o multívoco e o unívoco na interpretação leva Freud a se convencer de que decifrações diversas e, por isso, sempre incompletas formariam uma “**série convergente**” atraídas por um núcleo fundamental (AMP, 1996, pg. 45). Podemos encontrar em diversos momentos da obra freudiana a afirmação de que, na interpretação de um material inconsciente, as associações convergem para um ponto nodal. Na “Interpretação dos sonhos” (FREUD, [1900]) essa afirmação é exemplificada inúmeras vezes. O seguinte exemplo parece-nos bem claro. Na análise que Freud faz de seu sonho da “monografia de botânica”, ele afirma:

Essa primeira investigação leva-nos a concluir que os elementos “botânica” e “monografia” penetraram no conteúdo do sonho porque possuíam inúmeros contatos com a maioria dos pensamentos do sonho, ou seja, porque constituíam “pontos nodais” para os quais **convergia**¹⁰ um grande número de pensamentos do sonho, porque tinham vários sentidos ligados à interpretação do sonho” (FREUD, [1900], pg. 291).

Essa ideia de que o material interpretado converge em direção a um núcleo aponta para a tendência a um limite. Da mesma maneira em que vimos acima que a verdade à qual se chega na análise não é o conteúdo que estaria por trás do recalque, mas o próprio recalque originário como furo, ou limite à rememoração, esse furo ou núcleo fundamental é também o limite da interpretação.

Freud trata desse limite da interpretação, das associações, das lembranças, enfim, do que pode ser dito em análise, em muitos momentos ao longo de sua obra, mas talvez o mais paradigmático seja o “umbigo do sonho”, que aparece na interpretação que faz do sonho da injeção de Irma. Cito integralmente o parágrafo onde aparece essa expressão, para termos a ideia do ponto nuclear para onde converge a “intrincada rede de nosso mundo do pensamento”:

Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é frequente haver um trecho que tem de ser deixado na obscuridade; é que, durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho. Esse é o umbigo do

¹⁰ Grifo nosso.

sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido. Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo do pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente fechada que brota o desejo do sonho, tal como um cogumelo de seu micélio. (FREUD, [1900b], pg. 519).

Como podemos ler, o ponto em que brota o desejo do sonho não é a resposta final escondida. A impossibilidade de dar um “fim definido” aos pensamentos oníricos se dá justamente porque esse ponto é o lugar onde “essa trama é particularmente fechada”. Daí a referência ao “micélio” do cogumelo, cuja definição, no Houaiss, é um “corpo vegetativo da maioria das espécies de fungos, composto de hifas agrupadas ou **emaranhadas**”. O ponto de convergência não é resultado de um caminho linear, e sim da atração de pensamentos “ramificados em todas as direções”.

Observemos a dupla incidência do limite da interpretação. Por um lado, refere-se à infinidade de pensamentos oníricos que se ramificam em todas as direções. Por outro, deve-se ao foco de convergência do trabalho interpretativo que, chegado ao seu núcleo, se vê impossibilitado de seguir interpretando pela via da combinação de elementos encadeados.

Retomando *Construções em Análise*, podemos dizer que esse texto aborda uma outra forma de tratamento dos limites do interpretável a partir deste ponto de limite radical da interpretação. Nesse texto, a distinção entre interpretação e construção, considerada outra técnica do analista, situa-se em que a interpretação se refere ao que se pode empreender com um elemento singular do material – uma ocorrência, um ato falho etc. – enquanto a construção se refere à apresentação ao analisante de um fragmento de sua história primitiva esquecida (FREUD, [1937], pg. 262).

Miller (1996) nos diz que em Freud a interpretação parece ser um fragmento, um “tijolo” de construção, mantendo uma certa homogeneidade entre elas, enquanto que para Lacan construção e interpretação se opõem como saber e verdade¹¹. Porém, ainda se seguimos a continuidade dos conceitos presente em

¹¹ “a construção é uma elaboração de saber, enquanto que a interpretação tem alguma coisa do oráculo. Lacan se refere muito pouco à construção como tal, ele se interessa pouco por ela porque nele isso se chama estrutura. Não há simetria entre construção e interpretação. Ou bem a construção é uma elaboração que está a cargo do paciente, ou bem é do próprio dispositivo analítico que se trata. A construção da qual Lacan fala é aquela do fantasma que se realiza pelo efeito da operação analítica” (MILLER, *op. cit.*, pg. 98).

Freud, onde “a interpretação é uma pequena pílula de saber, enquanto que a construção é o todo do saber” (MILLER, 1996, pg. 98), podemos dizer que cada uma delas terá uma incidência diferente, como encontramos no texto da AMP.

Interpretação e construção visariam, pois, dois pontos distintos. A primeira perseguiria as ramificações presentes na fala do paciente, através das formações do inconsciente. Já a construção apontaria para o “umbigo”, ponto nuclear para onde convergem e, ao mesmo tempo, de onde brotam todas essas ramificações. Desse modo, a construção funcionaria como um núcleo organizador das interpretações. Por apontar para este núcleo, a construção tem o efeito de um ponto de parada à deriva interpretativa (AMP, 1996, pg. 68). Isto é, a construção marca o ponto da cadeia interpretativa para além do qual não há nada mais a ser interpretado.

Se entendemos esse núcleo como o ponto para onde convergem mas também de onde brotam as ramificações da fala do paciente, podemos então observar os dois vetores da relação entre interpretação e construção. Por um lado está a construção como resposta ao limite da interpretação: ali onde as interpretações encaram o limite intransponível do núcleo fundamental referido acima e falham em produzir lembranças e associações, a construção vem suprir esse “furo”. Por outro lado, podemos considerar também a construção como trabalho preliminar, aspecto especialmente valorizado por Freud, no texto de 1937. Por esse ponto de vista, a construção teria a função de estabelecer previamente a qualquer trabalho interpretativo as coordenadas que determinaram o desencadeamento do sintoma e a demanda de análise, coordenadas estas que estarão em jogo ao longo do processo analítico. A construção seria disparadora do trabalho de interpretação, pois cada construção implicaria em mais material trazido pelo sujeito e as interpretações, daí decorrentes, seguiriam os trilhos desenhados pela construção, em direção ao núcleo a que ela aponta.

O caso do Homem dos Ratos pode nos servir como ilustração dessa dupla função da construção, como desencadeadora e limitadora das interpretações, pois a inércia causada pela resistência fez necessários outros recursos além da interpretação. Desde o relato dos primeiros atendimentos, Freud assinala que o que orienta suas interpretações é uma construção feita por ele: por trás das associações do paciente, está um ódio inconsciente ao pai, perturbador dos desejos sexuais do sujeito. “É em direção a esse centro de gravidade [a construção] que

convergem as cadeias associativas desenvolvidas pelas interpretações.” (AMP, 1996, pg. 68). As interpretações eram orientadas por essa construção que, em um determinado momento, foi mais claramente exposta ao paciente:

arrisquei-me a apresentar uma construção segundo a qual ele, quando criança de menos de seis anos, fora culpado por alguma má conduta relacionada com a masturbação, tendo sido duramente castigado por seu pai, por isso. Essa punição, consoante minha hipótese, pusera, era verdade, um fim em sua masturbação; contudo, por outro lado, deixara atrás de si um rancor inextinguível pelo seu pai (...). Para minha grande surpresa, o paciente então me comunicou que sua mãe repetidamente lhe descrevera um acontecimento dessa natureza, que datava de sua tenra infância (...). Ele próprio, contudo, não tinha recordação de que coisa era. (FREUD, [1909], pg. 161).

É evidente que essa construção está baseada no mito edipiano que, por sua vez, funciona como uma construção teórica na base das interpretações que Freud faz da neurose. Porém, o efeito da construção não é o de trazer uma lembrança que a comprove na realidade. A construção tem como efeito fazer ceder a recusa do paciente em relação às interpretações freudianas que apontavam para a raiva adquirida contra seu pai em sua infância, o que é demonstrado na “cena das injúrias”. Aqui se mostra o limite da concepção do inconsciente como lembrança. As interpretações que levariam a decifrações infinitas e a mais e mais lembranças encontram seu limite na construção¹².

Mais uma vez nos encontramos levados a considerar a construção em sua relação com o limite. Segundo o que vimos acima sobre a relação entre interpretação e construção, esse limite é encontrado como resultado de um processo convergente da análise. Freud terminou por nomear o ponto final dessa convergência de cena primária. Veremos no segundo capítulo qual o estatuto dessa cena. Para concluir este primeiro capítulo, tentaremos discernir o lugar – convergente – dessa cena primária, deste núcleo ao qual chegamos quando perseguimos as lembranças ou as associações até seu limite.

12

“Homólogo ao umbigo dos sonhos, este saber puro não vivenciado nem recordado pelo sujeito advém como índice do não-conhecido, do *Unerkannt*, de algo intransponível e opaco. Mas mesmo velado pelo mito que Freud elabora, ele permite ao sujeito cercar um ponto de real e extrair daí a convicção. Convicção que só chega a consolidar-se mediante a transferência e sua interpretação no modo de uma substituição de personagens da trama edipiana na novela do sujeito.” (AMP, 1996, pg. 69). A construção da cena primária funciona para Freud como esse véu sobre o intransponível e opaco, mas mesmo assim não deixa de marcar o lugar do *Unerkannt* acima referido.

* * *

Para distinguir construção e interpretação como duas técnicas da psicanálise, abordamos as origens do conceito de interpretação. Uma vez que as associações do paciente encontram resistências, torna-se necessária a interpretação por parte do analista. A conceitualização da interpretação surge da análise dos sonhos, onde é o sonhador quem tem a tarefa de interpretar.

A interpretação dos sonhos segue o princípio da sobredeterminação, onde cada elemento do sonho é multívoco. Não há univocidade na interpretação, já que não há significado último de um elemento do sonho. Por essa razão, a interpretação não segue o caminho da significação, mas o da combinação de elementos do sonho. Ainda assim, há uma bússola em meio a essa multiplicidade: a ideia de que o sonho é a realização de um desejo inconsciente, o que oferece alguma univocidade à interpretação. Assim, as decifrações diversas e incompletas – multívocas – formariam uma “**série convergente**” atraídas por um núcleo fundamental – unívoco.

A convergência do material interpretado a um núcleo implica um limite. Freud nomeia esse limite como o “umbigo do sonho”, em que o ponto de convergência não é resultado de um caminho linear, e sim da atração de pensamentos “ramificados em todas as direções”.

Por um lado, o limite da interpretação se refere à multiplicidade de pensamentos oníricos que se ramificam em todas as direções, e por isso encontra a possibilidade de decifrá-los todos. Por outro, se refere ao foco de convergência que, levando a um núcleo, impossibilita que se siga interpretando pela via da combinação de elementos encadeados.

Enquanto a interpretação perseguiria as ramificações presentes na fala do paciente, através das formações do inconsciente, a construção apontaria para o “umbigo”, ponto nuclear para onde convergem e, ao mesmo tempo, de onde brotam todas essas ramificações. Por isso, a construção marca o ponto da cadeia interpretativa para além do qual não há nada mais a ser interpretado.

1.4

Convergência e torção: lugar da cena primária

Convergência entre lembrança e construção

A parte final do texto freudiano de 1937 inicia-se, como vimos em 1.2, com a surpreendente afirmação de que a convicção da verdade da construção tem o mesmo efeito de uma lembrança reencontrada. Encontramos aqui uma correspondência entre lembrança e construção que impede definitivamente de tomar a análise como o caminho para chegar a corresponder a todo e cada recalque a uma lembrança. Aí está localizado o resto, a impossibilidade da completude. E é justamente essa impossibilidade que convoca a construção. Quanto mais nos aproximamos do núcleo de verdade, do recalque originário, mais a diferença entre lembrança e construção tende a se apagar.

Vimos, em 1.3, que o lugar da construção é resultado de um processo de convergência das interpretações. A convergência consiste em interpretações das diversas formações do inconsciente, traduzíveis em lembranças. Agora tentaremos precisar melhor como se apresenta esse ponto de convergência, a partir da indicação de Freud de que, num certo momento da análise, convicção da construção e da lembrança são substituíveis.

No texto de 1937, a afirmação de Freud que une lembrança e construção é seguida do que Miller considera um apelo: “O problema de saber quais as circunstâncias em que isso ocorre e de saber como é possível que aquilo que parece ser um substituto incompleto produza todavia um resultado completo – tudo isso constitui assunto para uma investigação posterior” (FREUD, [1937], pg. 267). Freud se pergunta como pode vir no lugar da lembrança, como cancelamento do recalque, a convicção da realidade da construção como seu substituto. Miller afirma que o apelo a uma “investigação posterior” é respondido por Lacan, a partir de seu conceito de verdade estruturada como ficção (MILLER, *op.cit.*, pg. 97). Na perspectiva lacaniana, a verdade define-se por ser estruturada como ficção justamente porque aparece através da fala do sujeito, isto é, ela é um ato de palavra. Em vez de ir em busca da realidade passada, a palavra em análise funda a verdade a partir da realidade atual:

A ambiguidade da revelação histórica do passado não decorre tanto da

vacilação de seu conteúdo entre o imaginário e o real, pois ele se situa em ambos. Tampouco se trata de que ela seja mentirosa. É que ela nos apresenta o nascimento da verdade na fala e, através disso, esbarramos na realidade do que não é nem verdadeiro nem falso. (...) Pois a verdade dessa revelação é a fala presente, que a atesta na realidade atual e que funda essa verdade em nome dessa realidade. (LACAN, [1966], pg. 257).

A própria função do *nachtraglichkeit* freudiano, do *après-coup* como Lacan o traduziu, ou da retroação, determina esse paralelo, já que a verdade do que aconteceu num ponto do passado depende da construção que será feita dele em seu futuro. Podemos arriscar dizer, então, que não há lembrança sem construção. Isso também retifica a separação feita por Freud na primeira parte do texto sobre a tarefa do analisante de recordar e a do analista de construir, já que recordar e construir parecem ser substituíveis: "...todo *recordare* comporta em *construire* interno" (MILLER, 1996, pg. 100). A expressão "verdade histórica" que vimos acima demonstra esse entrelaçamento, ao misturar lembrança – verdade – e construção – histórica: "O que é verdade histórica? Não é a exatidão do que aconteceu, é o remanejamento do que aconteceu pela perspectiva do que será. Isso impede de reduzir o inconsciente a uma simples memória onde tudo já está aí, e dá seu valor à palavra; ao ato da palavra" (*id.*, pg. 99).

Nesta citação temos, de um lado, o inconsciente como memória – depositário de lembranças – e, de outro, o inconsciente como ato de palavra – dando lastro à construção. O primeiro seria cheio de conteúdos, segundo Miller, enquanto o segundo seria "vazio" (*id.*, pg. 100). A partir do inconsciente vazio a palavra toma a função de ir isolando em análise certos modos constantes de resposta do sujeito, o que constituiria a construção da fantasia, como veremos no terceiro capítulo. Mas esses modos de respostas não são conteúdos vindos do inconsciente. Sob essa perspectiva, a convicção estaria centrada justamente na palavra, e não na realidade da vivência.

Como vimos, as lembranças "ultraclaras" levam Freud a afirmar que tanto as alucinações como os delírios podem ter na sua base o retorno do recalçado, isto é, um fragmento de verdade histórica. Esse argumento afasta o conceito de verdade da exatidão, ao aproximá-lo do delírio. Isto abre para o conceito lacaniano de verdade como sendo estrutura de ficção: "Lacan será muito doce quando ele dirá que a verdade tem estrutura de ficção porque no fundo, de uma certa maneira, Freud diz que verdade tem estrutura de delírio, que há pelo menos

afinidades estreitas entre a verdade e o delírio, que a verdade se manifesta sob forma de delírio" (*id.*, pg. 96).

Se para Lacan essa ficção é a verdade do analisante, é a este que cabe o trabalho da construção. Este é o ponto de partida de Lacan em "Função e campo da palavra e da linguagem", segundo Miller. O próprio curso da análise seria uma construção por parte do analisante, a construção de uma narrativa a partir dos pedaços que são a matéria-prima inconsciente. Essa é a construção da fantasia, como veremos no capítulo 3. Assim, ao analisante caberiam as duas tarefas discriminadas por Freud na primeira parte de seu texto: tanto recordar como construir. Ao analista restaria, responde Miller baseado em Lacan, o ato: "o ato analítico consiste em autorizar simbolicamente a tarefa analisante. É responder à pergunta de Freud colocando o analista no lugar daquele que garante a validade do exercício analítico" (*id.*, pg. 102). O analista aparece então como aquele que autoriza a operação de substituição da lembrança pela convicção da construção¹³. Assim, podemos dar força ao argumento lacaniano de que a construção é trabalho do analisante, lançando mão do próprio texto freudiano, quando este faz corresponder lembrança e construção.

Temos, então, uma descrição do processo analítico em termos de convergência: as interpretações, orientadas pelas construções não comunicadas do analista, feitas em supervisão por exemplo, convergem em direção a um núcleo que é o próprio limite das interpretações. Esse ponto de convergência, que se chamou acima de núcleo, de furo, onde a memória encontra seu limite é o ponto onde construção e lembrança têm o mesmo efeito, segundo Freud. É o lugar que a palavra encontra para fundar a verdade do sujeito.

Esse é o lugar da cena primária freudiana. Abordaremos mais detidamente o conceito de cena em Freud no segundo capítulo, que trata da pergunta sobre o que se constrói. Porém, para caminhar para a conclusão deste primeiro capítulo, em que abordamos o conceito de construção, vale a pena já nomear, com Freud, de cena primária, o ponto limite onde a construção se faz necessária.

Essa cena – *Urszene*, traduzida como cena primária, originária, primordial, primitiva – leva esse nome justamente por estar supostamente localizada na

¹³ Porém, não é certo afirmar que Lacan não admite nenhuma construção por parte do analista. A supervisão, nos diz Miller, é antes de tudo a "supervisão das construções do analista" (MILLER, 1996, pg. 98). O recomendável ao analista é que ele possa fazer suas construções, isto é, estruturar o caso e, depois, modificá-las a partir dos elementos que surgem do analisante.

história do sujeito em um momento prévio à sua possibilidade de apropriar-se da linguagem, ainda que essa localização seja posterior, isto é, feita *après-coup*. Daí ser inalcançável pela lembrança, limitando-se, então, a ser uma construção que faz as vezes de lembrança e, desse modo, circunscreve esse ponto de convergência ou esse furo.

Acompanhando Lacan, podemos dizer que este é o lugar do ato analítico, que autoriza a construção do analisante. Sem dúvida, é preciso um papel do analista no trabalho de construção, mas este não é o de oferecer ao analisante o material, ou os significantes de sua construção. Aliás, o papel do analista no trabalho de construção poderia ser tema de outra dissertação inteira. Por isso, para fins deste estudo, nos centraremos no trabalho que corresponde ao do analisante e é disso que tratará o próximo capítulo.

Antes porém, para concluir o trabalho de conceitualização da construção neste primeiro capítulo, daremos um passo a mais na definição desse ponto de convergência, trazendo aqui a ideia de que esse ponto se delimita por um movimento de *torção*. Daí a possibilidade de intercambiar lembrança e construção com o mesmo efeito. Há uma torção entre elas.

Torção entre análise e síntese

Em sua conferência *Análise e síntese em Freud*, François Regnault (2001) perpassa esses dois conceitos, utilizando-se de referências da filosofia e da matemática para tornar mais compreensível a função dessas duas operações para a psicanálise freudiana. Este trabalho é de interesse para nossa pesquisa porque vai relacionar essas operações ao conceito de *construção*, fazendo referência direta ao texto de Freud *Construções em Análise*, além de retomar pontos importantes de dois casos clínicos célebres freudianos: o *Jovem Homossexual* e o *Homem dos Lobos*.

Já de início, o autor faz referência ao modelo da química utilizado por Freud para isolar uma definição para cada uma das operações (REGNAULT, 2001, pg. 37). Quanto à análise, Regnault frisa que se trata de **decompor** o material que se oferece à análise, como tendência sexual, sonhos e sintomas, em seus **elementos**. É isso o que reconhecemos neste fragmento da citação de Freud utilizada por Regnault:

Essa bem fundamentada comparação da atividade médica psicanalítica com um procedimento químico poderia sugerir à nossa terapia uma nova direção. *Analizamos* o paciente - isto é, dividimos os processos mentais em seus componentes elementares e demonstramos esses elementos instintuais nele, isoladamente (...) (FREUD, [1919], pg. 156).

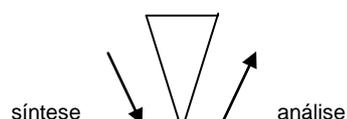
Já a síntese, segundo Regnault, é uma operação automática, que prescinde do analista. Com isso ele justifica que o termo psicossíntese seja tão raro em Freud, apesar de existir. É como se a ciência estivesse do lado da análise e a vida do lado da síntese, nos diz Regnault (2001, pg. 39).

(...) na vida mental, temos de lidar com tendências que estão sob uma compulsão para a unificação e a combinação. Sempre que conseguimos analisar um sintoma em seus elementos, liberar um impulso instintual de um vínculo, esse impulso não permanece em isolamento, mas entra imediatamente numa nova ligação (...). A psicossíntese é, desse modo, atingida durante o tratamento analítico sem a nossa intervenção, automática e inevitavelmente (FREUD, [1919], pg. 157)

Revela-se assim a assimetria entre essas duas operações, onde parece ganhar mais força para Freud a operação de análise, tanto que a disciplina que ele inventa leva esse nome, a partir da ideia de que só se explica o que se analisa, que pode ser decomposto em elementos.

Fazendo referência ao que considera ser o texto mais célebre da Antiguidade sobre a análise e a síntese, Regnault nos leva à definição dessas duas operações segundo o matemático Pappus de Alexandria, do século IV D.C. Não nos seria de tanta utilidade nos debruçarmos demasiado sobre as demonstrações geométricas que Regnault cita, mas vale a pena recolhermos alguns pontos importantes da definição de Pappus, citada por Regnault (2001, pg. 40-41).

Segundo Pappus, a análise parte do resultado como se este já estivesse admitido e indaga de onde ele proveio, questionando a causa antecedente a cada ponto, retrocedendo sucessivamente até chegar aos primeiros princípios; por isso é nomeada por ele de “solução invertida”. Já a síntese segue a direção oposta: parte-se dos elementos alcançados no fim da análise e tomam-se o que antes eram as causas antecedentes como conseqüências subsequentes que, encadeadas, chegam à “*construção* que se buscava” (Regnault, 2001, pg. 41). O esquema abaixo, desenhado por mim, pode ajudar a visualizar essas duas operações.



Já vemos aqui nessa definição matemática a presença da ideia de construção referida a uma síntese. Veremos que implicações isso pode ter para o conceito de construção que estamos definindo.

No texto de Regnault, encontramos a oposição que se faz entre a ordem da investigação, que seria a análise, e a ordem da exposição, que seria a síntese. Nos relatos de seus casos clínicos, Freud opõe frequentemente a exposição analítica do caso à sua exposição sintética (*id.*, pg. 43-44), sendo a primeira a ordem histórica, de remontar aos princípios através da anamnese impossível de abreviar, e a segunda a ordem pragmática, que se dirige às consequências. Vemos ressoar aqui as definições de Pappus, pois a análise se refere aos princípios e talvez às causas, enquanto a síntese se refere às consequências.

Ao mesmo tempo: [temos a oposição entre] história do sujeito, uma vez que ele é sujeito de sua história, o resultado de algum traumatismo e dos dramas dos quais ele é teatro, e que só pode ser retomado na longa anamnese, impossível de abreviar no tratamento; e desenvolvimento do sujeito, aparentemente idêntico a essa história que, não obstante, nunca foi vivida, não pode ser explicada, e que só pode dar lugar ao que Freud chamou *construções* (...) (REGNAULT, 2001, pg. 45).

Temos então do lado da análise a investigação, o ponto de vista histórico e a anamnese, enquanto do lado da síntese temos a exposição, o ponto de vista pragmático e a construção.

A referência que Regnault faz ao caso da *Jovem Homossexual* aponta para uma conclusão importante que terá efeito no que este autor afirmará adiante sobre as *construções*. A primeira delas é uma citação de Freud em que este afirma que, pela via da análise:

Fazendo recuo do desenvolvimento a partir de seu produto final a cadeia de acontecimento parece contínua, e sentimos que obtivemos uma compreensão interna (*insight*) completamente satisfatória ou mesmo exaustiva. Mas, se avançarmos de maneira inversa, isto é, se partirmos das premissas inferidas da análise e tentarmos segui-las até o resultado final, então não mais teremos a impressão de uma sequência inevitável de eventos que não poderiam ter sido determinados de outra forma. (...) A síntese, portanto, não é tão satisfatória quanto a análise; noutras palavras, de um conhecimento das premissas não poderíamos ter previsto a natureza do resultado. (FREUD, [1920], pg. 160).

Podemos observar com especial atenção a utilização da palavra “impossível” para referir-se à síntese. De fato, o uso desse termo aponta para um limite da associação e talvez também da interpretação. Se Regnault conclui o comentário sobre a Jovem Homossexual afirmando que sua “análise encontra, no começo, o adquirido, tropeça em uma síntese impossível, descobrindo, em seguida, o inato”, isso aponta para a importância desse “tropeço” para se chegar ao novo, nuclear de uma análise, fora da associação encadeada dos sentidos, e que se apresenta como um impossível de rememorar e de historicizar. Uma vez que a análise da Jovem Homossexual foi precocemente interrompida, talvez essa descoberta do “inato” seja apenas uma conclusão apressada de Freud, enquanto no caso do Homem dos Lobos ficará mais claro o que é isso a que se chega após o tropeço no impossível da síntese: a cena primária.

Para comentar o caso do Homem dos Lobos, que abordaremos em 2.2, Regnault introduz a categoria essencial de *Nachträglichkeit*, o *après-coup*. É através da retroação que se dará a operação analítica de busca sucessiva da causa antecedente do último ponto para saber de onde o resultado da síntese [o sonho dos lobos] provém. Mas o caso do Homem dos Lobos demonstra que nesse processo de análise “há *uma interrupção, um corte*. É nesse ponto que Freud retomará a exposição supondo a cena primária, sua data, sua hora” (REGNAULT, 2001, pg. 49). É também nesse ponto que Freud afirma que teme perder a confiança do leitor, o que demonstra que diante dessa interrupção, o que se pede é um salto.

Regnault ressalta que apenas a partir desse corte, efeito do tropeço no impossível da síntese, é que pode aparecer a **construção** da cena primária, tendo seu lugar nos “primeiros princípios” (*id.*, pg. 50) e que permite apoiar a “solução invertida” que é a análise. Assim, é justamente devido ao impossível da síntese que a construção pode surgir como base da análise, mesmo da análise interpretativa, pois se apresenta como a solução suposta e invertida.

E essa construção, vista como um salto diante da interrupção do processo analítico é justamente o que “faz coincidir a resolução do problema, obtida na ordem analítica, com a exposição da solução, apresentada na ordem sintética” (*id.*, pg. 49). Vemos aqui outra vez a ideia de um ponto de coincidência, ou convergência, entre interpretação e construção, lembrança e convicção, análise e síntese.

A última escansão do texto de Regnault se intitula justamente “Construções”. Neste ponto, o autor retoma o matemático Pappus para diferenciar dois tipos de análise: a teórica, que visa ao verdadeiro, e a problemática, que visa ao possível, e não o necessário. A essa distinção Regnault acrescenta a da *teoria analítica* e das *construções em análise*. Podemos então arriscar dizer que a verdade em jogo na teoria não é a mesma do que nas construções.

Como vimos acima, na discussão sobre a verdade e o assentimento, o principal critério da verdade de uma construção são as respostas indiretas do paciente, que apontariam a seu semi-dizer. Por isso mesmo, no caso das construções em análise, a validade das respostas indiretas mostra que elas tocam algo do impossível: “a construção, portanto, faz tropeçar na causa ausente, no significante que falta, de acordo com a doutrina da cadeia significante” (*id.*, pg. 53). Não estamos mais no campo do possível que a via da problemática de Pappus aponta, a não ser quando pensamos no possível em sua diferença do necessário. Diante da impossibilidade de analisar, de encontrar a causa antecedente, a construção aparece como uma solução de causalidade possível, isto é, não necessária. Regnault propõe outro nome para isso, mais adequado seguindo uma visão estrutural: *conjectural*, isto é, “causalidade material atribuída por ele ao significante” (*id.*, pg. 53). A causalidade não é necessária, mas nem por isso pode ser qualquer uma. Trata-se de uma relação determinada pelo significante. Esse é o material da construção.

Enfim, vemos se delinear o lugar da construção como a superposição de duas impossibilidades: a de prever as consequências de uma determinada síntese, como vimos no exemplo da Jovem Homossexual, e a de seguir analisando indefinidamente, na direção da causa, já que sempre se encontra uma interrupção. Esse ponto onde não se pode avançar nem do lado da análise nem do lado da síntese é o lugar da construção:

o ponto no qual, em psicanálise, a análise se reúne à síntese assinala a operação de *torção*¹⁴ pela qual o anverso de uma fita de Moebius torna a se enodar a seu reverso, dirigindo-se rumo a uma topologia em que o traço mais singular de um caso pode se tornar a fórmula mais universal de um fragmento de doutrina (REGNAULT, op. cit, pg. 55).

Lemos aqui que esse ponto é onde se dá uma torção, torção esta que

14

Grifo meu.

impede que as formiguinhas imaginadas caminhando na fita de Moebius se detenham. Assim também funciona a construção, para trazer mais material às associações, como Freud deixa claro em 1937, e também para servir de base às novas interpretações.

Por fim, Regnault parte para a conclusão da conferência se perguntando se o tema das construções em análise ainda estão na ordem do dia. Faz então uma comparação crítica entre a construção e a interpretação, diferenciação à qual nos dedicamos acima, mas que avança com Regnault a partir das apreciações de Lacan a respeito do tema. A partir da ideia de que a construção propicia demasiado sentido e omite a dimensão da mentira, Regnault compreende que Lacan prefira a interpretação à construção, por aquela “escapar ao discurso mentiroso, ou melhor, abri-lo à sua própria dimensão pelo efeito de surpresa, de retorno, que ela [a interpretação] produz” (*ibid.*). Porém, ainda que reconheçamos os perigos da síntese como injeção de sentido ou sugestão, o texto escrito por Freud na parte final de sua obra dedicado exclusivamente à construção aponta que uma psicanálise não se faz sem ela.

Comparando a técnica da síntese no sentido da predição das consequências a partir de um antecedente – por exemplo a cena primária – com o esquema da retroação (*nachtraglichkeit*), onde o retorno da mensagem passada aparece atualizado e rompe a articulação prévia da cadeia significante, Regnault demonstra sua preferência à retroação. Porém, como vimos ao estudar a interpretação, esse processo analítico de retroação chega a um ponto onde lhe é impossível avançar. Por isso se faz necessária uma síntese, mas reduzida “a um simples momento de concluir, sempre provisório” (REGNAULT, *op. cit.*, pg.56). Sem dúvida uma psicanálise, como o próprio nome indica, é feita de análises, mas sem o momento de concluir, mesmo provisório, não terá havido trabalho. Regnault conclui citando o historiador Fustel de Coulanges segundo o qual “para um dia de síntese, são precisos anos de análise” (*id.*, pg. 56). E, justamente, é para esse dia de síntese que são feitos tantos anos de psicanálise.

* * *

A partir da afirmação de Freud de que a convicção da verdade da construção tem o mesmo efeito de uma lembrança reencontrada, vimos que,

quanto mais perto do núcleo de verdade, mais a diferença entre lembrança e construção tende a se apagar.

Pudemos ver a coincidência entre lembrança e construção através da retroação [*nachtraglichkeit*], em que a verdade do que aconteceu no passado depende da construção que será feita no futuro. Desse ponto de vista, não há lembrança sem construção, o que retifica a separação feita por Freud entre a tarefa do analisante e a do analista, já que recordar e construir parecem ser substituíveis.

Retomando o que seria o processo analítico em termos de convergência, vimos que o ponto de convergência, núcleo onde a memória encontra seu limite, é o ponto onde construção e lembrança têm o mesmo efeito. Este é o lugar em que a palavra funda a verdade do sujeito. Aproveitamos para já nomeá-lo de cena primária, uma construção que funciona como uma lembrança, circunscrevendo o ponto de convergência.

Em seguida, a partir das referências de Regnault, definimos a operação de análise como a decomposição do material analítico em seus elementos, enquanto a síntese seria a recomposição automática dos elementos analisados. A análise, segundo a matemática, parte do resultado e, indagando de onde ele proveio, retrocede questionando cada causa antecedente até chegar ao princípio. Já a síntese, ao contrário, parte dos elementos decompostos (analisados) e considera as causas antecedentes como consequências subsequentes.

Uma vez que em psicanálise há uma impossibilidade de se chegar no princípio que se objetiva com a análise, a construção aparece como uma solução de causalidade conjectural, isto é, a causalidade não é necessária, mas está determinada pelo significante.

O ponto onde não se pode avançar nem do lado da análise nem do lado da síntese é o lugar da construção, em que se faz necessário um movimento de torção para evitar que a análise, diante do furo nuclear, “caia no vazio”. Isto é, após ir em direção à causa antecedente do princípio e deparar-se com a impossibilidade de encontrá-la, constrói-se uma cena, com a qual é possível voltar com uma nova verdade, ainda que não fosse a verdade buscada inicialmente. Essa é a torção que impede que as formiguinhas que andam pela banda de Moebius se encontrem com um precipício.

Conclusão

Inicialmente, abordamos o problema do assentimento das construções, isto é, a posição que o analisante toma frente a elas. Vimos que Assoun apresenta um debate entre Wittgenstein e Freud, em que o primeiro apresenta uma crítica à psicanálise de que esta promoveria certo adormecimento do sentido crítico dos sujeitos, enquanto a resposta da psicanálise é um deslocamento do sujeito do assentimento para o sujeito do inconsciente, subordinado à associação livre.

A seguir, afastando-nos da definição de construção como uma “descoberta” do analista em relação à realidade do passado do analisante, vimos então que verdade está em jogo na psicanálise, já que ela não se baseia mais no assentimento do paciente. Descrevemos essa verdade como um “semi-dizer”, que não visa ao sentido. Além disso, vimos também a verdade histórica como um núcleo desfigurado presente na história da humanidade, nos delírios e também nas construções. É esse núcleo de verdade histórica que produz a convicção na construção, produzindo uma nova verdade para o sujeito.

Buscamos afirmar com Freud que a construção é justamente a construção de uma verdade, e a verdade última que se apresenta na análise tem, em Freud, o nome de cena primária.

Abordando a diferença entre interpretação e construção, pudemos entender melhor por que essa construção da verdade se faz necessária, por causa do limite da interpretação e da rememoração. Esse limite, vimos, é resultado de um processo convergente de cada impossibilidade de interpretação em direção a um núcleo. Este é o ponto de convergência, em que lembrança e construção se tornam substituíveis. Nesse ponto, impossibilitado de seguir adiante, é necessário um movimento de torção, através do qual um produto – que, até aqui, podemos chamar de cena primária – é construído para evitar que a análise seja interrompida nesse ponto de vazio.

No próximo capítulo, avançaremos no sentido de precisar o que é obtido com a construção. Começaremos abordando o conceito de cena e, logo, de fantasia em Freud, para em seguida acompanhar o avanço de Lacan em relação a isso.

2

O que se constrói? Do mito ao matema

No primeiro capítulo, passamos pelo trabalho ao redor das construções em psicanálise, afirmando a importância deste conceito muitas vezes negligenciado, tanto na obra freudiana, como na lacaniana. Para isto, revimos o conceito de construção, com base na orientação de Lacan, segundo a qual é necessário situar a construção em análise no limite das interpretações e da cadeia associativa. Uma vez determinada essa localização, podemos passar para uma outra questão importante: o que aparece no lugar da construção em análise?

Como vimos anteriormente, é possível esvaziar a ideia de que a técnica psicanalítica da construção reside na comunicação de um fato da realidade do passado do paciente, fato de que ele não pode se lembrar. Discutimos a questão da verdade como ela se apresenta em jogo na construção. Também foi possível separar a construção em si, da comunicação da construção, o que pode estar presente ou não. Examinadas essas ideias, passaremos, então, à investigação ao redor do **objeto** da construção.

Para isso, com base na teoria freudiana, serão revisitados, neste capítulo, os conceitos de cena primária, fantasia e fantasias originárias. A seguir será o momento de abordar, com mais proximidade, o caso clínico conhecido como o *Homem dos lobos*, ao qual nos referimos algumas vezes no primeiro capítulo, já que este caso se constituiu como um historial clínico registrado por Freud no qual a construção da cena primária adquire um valor central.

Por fim, distinguiremos duas leituras possíveis sobre o resultado da construção: ou bem se constrói um mito, ou seja, uma significação mítica para aquilo que não tem significação; ou bem se constrói um matema, ou seja, uma fórmula matemática que funcionaria como fundamento da estrutura neurótica. Tendo aí chegado, teremos preparado o terreno para o terceiro capítulo, no qual a via do matema passa a conduzir a leitura lacaniana da construção da fantasia.

2.1

Freud, cena primária e fantasia originária

Cena

A ideia de uma cena na origem da constituição das neuroses está presente para Freud desde antes mesmo da existência da psicanálise propriamente dita. Em suas cartas a Fliess, este é um tema recorrente.

No “Manuscrito K” sobre as neuroses de defesa (FREUD, [1892-99], pg. 260), Freud descreve essas neuroses como sendo aquelas originadas por uma vivência sexual prematura recalçada no momento de sua lembrança, após a puberdade. Temos assim quatro tempos da formação da neurose: 1) experiência sexual prematura, traumática, que deve ser recalçada; 2) recalque, a partir de uma lembrança posterior, despertada após a puberdade com a conseqüente formação do sintoma primário; 3) fase de defesa bem-sucedida e saudável salvo pela presença do sintoma primário; 4) retorno das representações recalçadas que, em sua luta com o eu, formarão novos sintomas e a doença propriamente dita (FREUD, *id.*, pg. 262).

Em linhas gerais, este permanecerá sendo o esquema da formação dos sintomas ao longo de toda a obra de Freud, que gira ao redor do recalque e do retorno do recalçado. Neste ponto de sua obra, Freud trata a causa do recalque em termos de excesso. O despertar posterior da vivência sexual prematura desprende uma tal quantidade sexual, que deveria se tornar libido. Entretanto não é possível aos traços mnêmicos da vivência absorver tais quantidades, o que acabaria por gerar um *excesso de sexualidade* (FREUD, *id.*, pg.270). Daí a necessidade de recalcar parte dessa energia sexual. As duas principais condições da neurose são, por um lado, o excedente sexual entre a vivência sexual e sua lembrança posterior e, por outro, a defesa contra este excesso, que levará ao retorno do recalçado no quarto tempo. Se uma condição aparecesse sem a outra, a neurose não se formaria.

Na carta seguinte ao manuscrito, escrita no mesmo ano, Freud passa a se referir a essas vivências sexuais como “cenas sexuais” (FREUD, [1892-99], pg. 270). E as contextualiza, afirmando que sua importância se deve ao fato de ocasionar a defesa (FREUD, *id.*, pg. 271), sendo o momento da vida em que se localiza a cena determinante para o tipo de defesa que se seguirá, seja ela histérica, obsessiva ou paranoica. Independente do tipo de defesa, que determinará

diferentes tipos de patologias, o que fica claro é que sempre se trata de uma defesa contra um excedente, e um excedente libidinal, de energia sexual não absorvida.

(...) as estruturas psíquicas que, na histeria, são afetadas pelo recalçamento não são, na realidade, lembranças - de vez que ninguém se entrega à atividade mnêmica sem um motivo -, mas sim *impulsos* decorrentes das cenas primevas [primárias]. Percebo, agora, que todas as três neuroses (histeria, neurose obsessiva e paranoia) mostram os mesmos elementos (ao mesmo tempo que mostram a mesma etiologia) - ou seja, fragmentos mnêmicos, *impulsos* (derivados da lembrança) e *ficções protetoras*... (FREUD, [1892-99], pg. 288).

A ideia de que a defesa se dá contra os impulsos – excedentes – derivados da lembrança, e não contra as lembranças em si, aponta para a indiscernibilidade entre cena vivida e cena construída.

Para além disso, aponta para a generalização das construções pois, se os traços mnêmicos foram incapazes de absorver tal quantidade de energia sexual desprendida é porque não havia à época possibilidade de traduzi-la em palavras, não sendo possível, pois, acessá-las em um segundo momento tal como haviam sido vividas. E isso é comum a todas as neuroses, segundo Freud. Tais lembranças de cenas sexuais remontam, em todos os casos, a fragmentos ouvidos em uma época em que a criança ainda não tinha os recursos para traduzi-los em palavras, por isso elas só vêm cobrar seu valor tempos depois.

Nesta primeira teoria freudiana do trauma, este se decompõe em pelo menos dois acontecimentos principais. Em uma primeira cena, a “cena da sedução”, a criança seria seduzida pelo adulto, mas isso não lhe geraria sinais somáticos do trauma, nem afluxo de excitações externas nem transbordamento das defesas. É apenas na segunda cena, após a puberdade, que haveria uma evocação retroativa do primeiro acontecimento, e só aí se desencadearia a excitação sexual, no momento em que não há ameaça externa da qual se defender. Por isso mesmo se trata de uma defesa patológica, isto é, do recalque neurótico. Podemos ver aí como se passa de um acontecimento externo – sedução – para um interno – evocação retroativa, mesmo antes da ideia de que já a primeira cena seria fantasiada: aí aparece o traumatismo provindo tanto do exterior como do interior.

O perigo dessa solução seria considerar o externo como um evento material e objetivo e o interno como o endógeno ou biológico. Ao contrário disso, Freud considera que a relação entre a sexualidade e o recalque, passando pelo trauma, não está num conteúdo, seja ele factual ou biológico, mas na dialética em

jogo na sexualidade humana, entre o excesso e a falta de excitação, entre o cedo ou tarde demais do evento, como vimos acima.

Há inúmeros exemplos de explicações de Freud acerca da formação dos sintomas de seus pacientes. Vejamos, aqui, a explicação sobre os sintomas de Dora (FREUD, [1905], pg.70-71), em cujo relato podemos acompanhar o percurso da formação do sintoma da falta de ar e da asma nervosa até chegar à cena primária suposta. Como veremos com mais atenção, ao nos debruçarmos sobre o caso do Homem dos Lobos, a cena primária paradigmática diz respeito ao testemunho, por parte da criança, da relação sexual entre os pais, em um momento prematuro, quando ela ainda não podia dar significado à cena, o que, por isso, gera, como vimos acima, sintomas neuróticos.

Sendo assim, a hipótese de Freud para explicar a dispneia e a asma nervosa de Dora também é que ela tenha escutado uma visita noturna do pai à sua esposa em que este ofegava por causa do coito. “As crianças, nesses casos, pressentem o sexual nesse ruído insólito [*unheimlich*].” (FREUD, [1905], pg. 70).

Tudo que Dora pôde indicar sobre o começo de sua falta de ar foi que seu pai havia viajado pela primeira vez após sua melhora. A partir daí, Freud supõe que, diante da ausência do pai e da falta que a paciente sentia deste, o ataque de asma vem repetir a impressão da respiração do pai, juntamente com sua própria excitação no momento do testemunho. A isso se somam outros pensamentos que teriam acompanhado o ataque: que o pai estava proibido de subir montanhas por causa de sua própria hipopneia, que ele se esforçou muito na visita ao quarto da mãe, que ela própria também teria se esforçado demais pela masturbação. É desta sucessão de pensamentos que surge o sintoma da asma.

Porém, Freud deixa bem claro: “Parte desse material ainda me foi possível deduzir da análise, mas a outra eu mesmo tive de complementar” (FREUD, [1905], pg. 71). Esta afirmação aponta para o que nos interessa aqui: como se dá a construção da cena primária. Podemos tomá-la para relativizar o peso que as referências anteriores das cartas a Fliess podem parecer dar à realidade do acontecimento da cena primária. O próprio uso da palavra “cena” [*Szene*] para se referir a essas cenas sexuais, de sedução, ou primárias, na origem das neuroses já nos remete ao teatro e à atuação, isto é, à construção teatral, pois a cena teatral é

justamente uma construção a partir de um texto¹⁵. Também é a partir do texto inscrito na infância do sujeito que a construção da cena será feita, no momento em que esse texto será escrito em análise, retroativamente.

Lembremos que, em 1897, pouco tempo após o Manuscrito K, Freud escreve a *Fliess* contando-lhe que não acredita mais em sua teoria traumática das neuroses. Dá algumas razões para isso, mas nos interessam especialmente a segunda e a terceira:

(...) Depois, veio a surpresa diante do fato de que, em todos os casos, o pai, não excluindo o meu, tinha de ser apontado como perverso (...). Depois, em terceiro lugar, a descoberta comprovada de que, no inconsciente não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a imaginação que está catexizada com afeto. (Assim, permanecia aberta a possibilidade de que a fantasia sexual tivesse invariavelmente os pais como tema.) (...)

Em tal medida fui influenciado por isso, que estava disposto a abandonar duas coisas: a resolução completa de uma neurose e o conhecimento seguro de sua etiologia na infância. (FREUD, [1892-99], pg. 302)

Vemos aqui tanto a impossibilidade prática de que todas as cenas relatadas pelos neuróticos tenham acontecido na realidade material, como a impossibilidade da técnica psicanalítica de distingui-las das fantasias. Neste momento, Freud se depara com a impossibilidade de levar as análises até o acontecimento patogênico primeiro. É aí que veremos delinear o papel das fantasias na teoria das neuroses: essa carta de Freud marca *a valorização das fantasias neuróticas* em detrimento de uma busca pelo conhecimento exato da causa material das neuroses. Não é que o esquema da formação das neuroses acima tenha mudado radicalmente, pois, como dissemos anteriormente, ele se manteve em linhas gerais ao longo da obra de Freud. O que muda é o estatuto da cena, que passa a ser valorizada em seu aspecto de fantasia.

Fantasia

Para dar essa virada quanto a sua teoria da etiologia das neuroses, foi importante para Freud lançar mão do conceito de *realidade psíquica*.

A noção de “realidade psíquica” traz a novidade de conjugar os dois

¹⁵ A palavra “*Szene*” em alemão possui o mesmo sentido de “cena” em português, um movimento que acontece à vista de espectadores, como no teatro e no cinema.

termos “real” e “psíquico” em uma mesma expressão. Isto é, para acessar o subjetivo, Freud o objetiva; sem abrir mão da referência à realidade material, afirma que também os fenômenos psíquicos possuem uma espécie de realidade.

É claro que a realidade psíquica não corresponde à realidade objetiva e material, mas tampouco corresponde a tudo o que é subjetivo, como um campo psicológico, que consideraria apenas o “psíquico”. Com a noção de realidade psíquica, vemos que para Freud a fantasia é uma realidade tão concreta quanto a realidade prática, mas com diferenças qualitativas. É nas últimas linhas da *Interpretação dos sonhos* que Freud introduz esta noção de realidade psíquica: “Se olharmos para os desejos inconscientes, reduzidos a sua expressão mais fundamental e verdadeira, teremos de concluir, sem dúvida, que a realidade *psíquica* é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade *material*.” (FREUD, [1900b], pg., 607).

Vemos isso quando a cena da sedução, trauma causador por excelência das neuroses, perde seu lugar de acontecimento real para ser considerada uma fantasia. Como fantasia, isto é, passando à realidade psíquica, a cena da sedução acaba por tornar visível um núcleo inconsciente, a saber, as manifestações espontâneas da sexualidade infantil.

Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas e traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na *fantasia*, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática. Essa reflexão foi logo seguida pela descoberta de que essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos de infância, embelezá-la e elevá-la a um plano mais alto. E agora, de detrás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vinha à luz (FREUD, [1914], pg. 17).

Laplanche e Pontalis ([1985], pg. 38) assinalam que o caminho da teoria da sedução à fantasia tal como chegou a se estruturar na obra de Freud não foi direto. Em um primeiro momento, a falta do acontecimento real e a revelação da ficção por trás da sedução levou Freud a buscar em outro lugar um real que fundamentasse essa ficção. É quando ele recorre à ideia de **predisposição hereditária**. Como apontam os autores, o segundo capítulo dos *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, [1905b]) não trata de fantasia nem do Édipo, mas de estágios evolutivos, fixação como inibição no desenvolvimento e regressão genética. Se na mesma época Freud fala de complexo de Édipo,

descoberto a partir de sua autoanálise, este fica, no entanto, à margem de suas sínteses teóricas. Com o abandono da teoria da sedução, a sexualidade infantil, a fantasia e o Édipo são os três temas predominantes na correspondência com Fliess, mas o problema está na articulação destes três termos.

Assim, já há aqui a fantasia no sentido de produção fictícia, mas ainda sem a base conceitual que acompanhe a aposta em um fundamento real da fantasia. Inversamente, a teoria da sedução anterior guardava a intuição de seu fundamento, ao tratar a sedução como um dado quase universal, transcendendo seus atores.

É claro que o pensamento freudiano, em 1897, não se resumia à série causal biológica: “constituição sexual (predisposição hereditária) → fantasia → sintoma”. Além da presença desse esforço etiológico, Laplanche e Pontalis reconhecem duas outras correntes nesse período central da obra de Freud. A segunda afirmaria que a fantasia não é apenas um material a analisar, mas também resultado da análise, conteúdo latente a ser descoberto por trás do sintoma. O sintoma se torna, assim, *encenação de fantasias*, e a fantasia se torna o objeto específico da psicanálise (LAPLANCHE e PONTALIS, [1985], pg. 43-44).

A terceira corrente afirma a tendência regressiva para a origem, para o fundamento do sintoma e da organização neurótica. Nesse sentido, a busca pelos elementos originários ainda orienta a prática de Freud. Esse é o impulso que leva Freud à teorização sobre uma cena dos tempos originários, *Urszenen*, cenas primárias, ou originárias¹⁶. Sobre uma de suas pacientes, Freud afirma: “Profundamente enterrada sob todas as fantasias, descobrimos uma cena que remonta aos tempos originários (antes dos 22 meses), a qual satisfaz a todas as nossas exigências e na qual desembocam todos os enigmas ainda por resolver”. (FREUD, citado por LAPLANCHE e PONTALIS, [1985], pg. 45).

Mais tarde, este termo “cena primária” se referirá especialmente à observação do coito parental. No caso do *Homem dos lobos* veremos a construção desta cena primária em sua maior riqueza de detalhes. Aí perceberemos as correspondências entre a cena primária e a teoria da sedução, supostamente abandonada. Também na cena primária do *Homem dos lobos* encontram-se dois eventos (a cena e o sonho), separados temporalmente, permanecendo o primeiro excluído no interior do sujeito para, em seguida, ser elaborado num segundo

¹⁶ Utilizarei a tradução “cena primária”, que é a consagrada na tradução das obras de Freud nas quais me baseei. (Cf. nota 1)

tempo (LAPLANCHE e PONTALIS, [1985], pg. 47).

Fantasia primordiais¹⁷

A cena primária como fundamento de realidade da fantasia aparece, a princípio, um tanto quanto frágil, já que é impossível determinar se trata-se de um acontecimento real ou de uma ficção. Consciente dessa fragilidade, Freud, então, introduz a noção de *Urphantasien*, isto é, de *fantasia primordiais*, como um aquém tanto do acontecimento como da ficção. Com a noção de fantasia primordiais, encontramos ao mesmo tempo o desejo de Freud de encontrar o evento e a exigência de basear a fantasia em outra coisa que não o evento.

O que muda é o estatuto da cena primária, que passa a ser valorizada em seu aspecto de fantasia primordial.

Entre o acervo de fantasias inconscientes de todos os neuróticos, e provavelmente de todos os seres humanos, existe uma que raramente se acha ausente e que pode ser revelada pela análise: é a fantasia de observar as relações sexuais dos pais. Chamo tais fantasias - da observação do ato sexual dos pais, da sedução, da castração e outras - de 'fantasia primevas' [fantasia primordiais]; examinarei, em outro lugar, com detalhes, sua origem e sua relação com a experiência individual. (FREUD, [1915], pg. 268-269).

De fato, na 23ª conferência introdutória à psicanálise, sobre os caminhos de formação dos sintomas, Freud discorre com mais profundidade sobre as fantasias primordiais, como prometera. Destaca esses três acontecimentos que sempre retornam na história juvenil dos neuróticos e que parecem ali não faltar nunca: o testemunho da relação sexual dos pais, a sedução por uma pessoa adulta e a ameaça de castração. Sobre eles, afirma que seria um erro supor que nunca lhes corresponderia uma realidade material. Porém, é sumamente improvável que as crianças vivenciem isto com tanta frequência como aparece nas análises dos neuróticos. Isso o leva a concluir:

¹⁷ A expressão “fantasia primordiais” refere-se a *Urphantasien* em alemão, cujo prefixo “*Ur*”, presente também em *Urszenen* – cenas primárias – significa primário, originário, primordial. As diversas traduções e referências que se faz à obra de Freud traduzem essa expressão das mais variadas maneiras. Escolho aqui o adjetivo “primordial”, utilizado na tradução argentina das obras de Freud, pois escapa à ideia de “origem” e de “primeiro de uma série”, dando a ideia de importância. Porém, nas citações, manterei a tradução da versão que utilizo (Cf. nota 1).

A única impressão que nos fica é esses eventos da infância serem de certo modo exigidos como uma **necessidade**¹⁸, incluírem-se entre os elementos essenciais de uma neurose. Se ocorreram na realidade, não há o que acrescentar; mas, se não encontram apoio na realidade, são agregados a partir de determinados indícios e suplementados pela fantasia. O resultado é o mesmo, e, até o presente, não conseguimos assinalar, por qualquer diferença nas consequências, se foi a fantasia ou a realidade aquela que teve a participação maior nesses eventos da infância (FREUD, [1917], pg. 337-338).

Freud afirma, por fim, que a fonte – poderíamos dizer o *fundamento* – de tais fantasias está nas pulsões (*Ibid.*) Isso nos remete à ideia que vimos acima de que o excedente pulsional diz respeito ao impulso relacionado à cena primária construída – isto é, ao que elas indicam, a saber, as manifestações sexuais infantis espontâneas – e não à lembrança em si. As fantasias primordiais seriam, então, respostas às urgências pulsionais presentes para todos, traduções possíveis para os impulsos gerados por impressões soltas vistas e ouvidas num momento em que a criança ainda não tinha recursos para significá-las.

Essas fantasias típicas e provavelmente comuns a todos os humanos apontam para um esquema organizador anterior à história das vivências do sujeito (LAPLANCHE e PONTALIS, [1985], pg. 53). E, por apresentarem sempre os mesmos conteúdos, Freud recorre à explicação filogenética, afirmando serem as fantasias dos sujeitos atuais reflexos da realidade de outrora, dos tempos originários da humanidade. Podemos reconhecer aqui ressonâncias com o que vimos acima a respeito do núcleo de verdade histórica.

Acredito que essas fantasias *primitivas* [primordiais], como prefiro denominá-las, e, sem dúvida, também algumas outras, constituem um acervo filogenético. Nelas, o indivíduo se contacta, além de sua própria experiência, com a experiência primeva naqueles pontos nos quais sua própria experiência foi demasiado rudimentar. Parece-me bem possível que todas as coisas que nos são relatadas hoje em dia, na análise, como fantasia - sedução de crianças, surgimento da excitação sexual por observar o coito dos pais, ameaça de castração (ou, então, a própria castração) - foram, em determinada época, ocorrências reais dos tempos primitivos da família humana, e que as crianças, em suas fantasias, simplesmente preenchem os claros da verdade individual com a verdade pré-histórica (FREUD, [1917], pg. 338).

A busca da origem das fantasias primordiais na filogênese é uma solução baseada em uma resposta mítica, maneira de representar o que sempre aparece, ao longo das gerações, como importantes enigmas para as crianças, apresentando-os

¹⁸ Grifo nosso.

como teorias. Os próprios temas das fantasias primordiais remetem às origens do sujeito. Na cena primária do coito parental é a origem do indivíduo propriamente dito que se encena, conjugando o fato biológico da concepção e do nascimento, que se coloca como enigma intransponível para as crianças, com o fato simbólico da filiação, a tríade mãe-filho-pai (LAPLANCHE e PONTALIS, [1985], pg. 61-62). A fantasia de sedução tematiza a origem da sexualidade, e na fantasia de castração aparece a origem da diferença entre os sexos. O texto de Freud intitulado *Sobre as teorias sexuais das crianças* (FREUD, [1908]) trata justamente das diferentes narrativas das fantasias primordiais. Voltaremos a este tema da leitura das fantasias primordiais como mitos adiante, em 2.3.

Apesar de a fantasia primordial determinar as condições da experiência do sujeito, ainda assim ela é fantasia, marcada pelos elementos singulares de cada sujeito, não podendo por isso ser totalmente “assimilável a um puro esquema transcendental, mesmo que venha a fornecer à experiência suas condições de possibilidade” (LAPLANCHE e PONTALIS, [1985], pg. 56).

As fantasias primordiais, sob suas três formas essenciais (cena primária do coito parental, castração e sedução), têm a importância de permitirem o desencadeamento da elaboração fantasística posterior. A fantasia como narrativa singular do sujeito está integrada à estrutura da fantasia primordial, como demonstra o caso clínico de Freud em que a expressão “fantasias primordiais” aparece pela primeira vez¹⁹.

Veremos, a seguir, a relação entre estes dois níveis da fantasia: a fantasia primordial e as fantasias que são as narrativas singulares do sujeito.

Dobradiça

Laplanche e Pontalis observam que Freud designa com o mesmo termo *Phantasie* dois processos distintos. Por um lado está a fantasia inconsciente e, no outro extremo, estão os devaneios ou sonhos diurnos, conteúdo manifesto. Como todo conteúdo manifesto, os segundos remeteriam a uma interpretação em termos

¹⁹ Trata-se de uma paranoica que constrói um delírio de ser fotografada a partir da escuta de um “clic” da máquina fotográfica. Freud encontra por trás desse delírio a cena primária do coito parental, onde o ruído é o ruído dos pais que desperta a criança. Esse é o argumento presente em Laplanche e Pontalis ([1985], pg. 58-59) para justificar a relação da origem da fantasia à fantasia primordial.

de fantasia inconsciente. O uso da mesma palavra para ambas as fantasias aponta para um esforço de Freud em demonstrar um parentesco entre elas, já que ao longo de sua clínica pôde observar que, em formações fantasísticas presentes nas mais diversas estruturas psicopatológicas, era possível encontrar um mesmo conteúdo, ou uma mesma ordenação, por trás das mudanças e permutações de personagens. Assim, as fantasias passíveis de relato são reconhecidas em sua “eficácia inconsciente” (LAPLANCHE e PONTALIS, [1985], pg. 65). Pode-se dizer, a partir disso, que são as próprias fantasias- um dia conscientes- que foram reprimidas e se converteram em patogênicas, como, por exemplo, encontramos na íntima relação entre os ataques histéricos e os devaneios recalcados da juventude.

Percebe-se, então, que a linha que separa uma fantasia (inconsciente) da outra (consciente) não está mais tão clara. Há uma espécie de passagem entre inconsciente e consciente que se dá na posição privilegiada da fantasia, a partir da qual se apreende a relação entre recalque e retorno do recalcado. A fantasia funcionaria como uma espécie de “mestiço”, de dobradiça através da qual o inconsciente e o consciente podem comunicar-se (*Id.*, pg. 66).

Exemplo disso é o trabalho do sonho em que a fantasia está presente em seus dois aspectos extremos. A formação dos sonhos, causada pelos desejos inconscientes, parte do material das cenas ou fantasias inconscientes e utiliza-se também de restos diurnos ou pensamentos da transferência, mais próximos do que se designa como fantasias conscientes. Além disso, a fantasia aparece também na chamada “elaboração secundária” do sonho, trabalho do pensamento desperto que consiste na recriação do sonho bruto, dando aos seus mecanismos inconscientes de deslocamento, condensação e simbolismo a ordem e a coerência necessárias ao relato, fazendo dele um roteiro que se aproveita do roteiro já montado da fantasia. Freud afirma que essa espécie de “fachada” do sonho montada pela elaboração secundária guarda relação com o núcleo do sonho:

as fantasias de desejo reveladas pela análise nos sonhos noturnos com frequência se revelam repetições ou versões modificadas de cenas da infância; por isso, em alguns casos, a fachada do sonho revela diretamente o núcleo real do sonho, distorcido pela mescla com outro material (FREUD, [1901], pg. 649).

Vemos aqui que, para uma formação do inconsciente, como o sonho, é necessária a presença da fantasia, espécie de uma dobradiça que permita a comunicação entre os dois lugares – inconsciente e consciente.

O que os autores Laplanche e Pontalis propõem é não abrir mão da homologia entre o que seriam esses dois aspectos da fantasia, mas também não ignorar que ela existe em diferentes níveis, ainda que essa diferença não coincida com a linha que separa o consciente do inconsciente. O que marca então a distinção no interior das fantasias é que, de um lado, estariam as fantasias primordiais e, do outro, as demais fantasias, inconscientes (recaçadas), ou não. Essa distinção não abala a unidade do conjunto das fantasias, em seu caráter misto. Por isso mesmo, afirmam os autores, Freud toma como modelo da fantasia o devaneio, “essa espécie de romance folhetinesco, simultaneamente estereotipado e infinitamente variável, que o sujeito forja e narra no estado vigil” (LAPLANCHE e PONTALIS, [1985], pg. 70-71). Neste roteiro romanceado, na sua infinita variabilidade, escutada durante a análise, é que se leem as fantasias primordiais. Essa é a leitura valorizada também por Lacan que, longe de considerar a fantasia separada da realidade prática do paciente, lia em sua fala cotidiana a presença da fantasia, que determina o modo de ser e de gozo do sujeito.

É importante valorizar também outro orientador das diferenças entre esses dois aspectos da fantasia. Se do lado do devaneio diurno reconhecemos no centro do roteiro o sujeito, na primeira pessoa, é porque este já foi estabilizado pelo processo secundário, e o “eu” já está formado. No outro polo, o da fantasia primordial, há uma ausência de subjetivação. Por exemplo, a fantasia de sedução, que poderia ser formulada como “um pai seduz uma filha”, se apresenta como um “roteiro de múltiplas entradas” (*Id.*, pg.72), onde o sujeito pode se localizar não imediatamente como “filha”, mas também como “pai” ou até mesmo “seduz”. Esse aspecto “desubjetivado” da fantasia é valorizado por Lacan no comentário que faz da fantasia “Bate-se em uma criança”, analisada por Freud ([1919]). No item 2.4 voltaremos a isso para abordar a função da construção da fantasia em análise tal como Lacan a formula, uma localização do sujeito e do objeto um em relação ao outro.

* * *

Vimos que desde sua teoria da sedução já havia para Freud a ideia de uma cena na origem da neurose. A relação da cena com a constituição do sintoma

neurótico posterior se dava devido ao *excesso sexual* presente na cena, impossível de traduzir no momento da vivência, que retornava no segundo tempo, após a puberdade, causando o sintoma. Essa estrutura baseada em um excesso se mantém quando esta cena passa a ser lida em termos de fantasia construída, a partir de 1897, com a ressalva de que é o conceito de realidade psíquica que então adquire uma importância central, pois ele conjuga os termos “real” e “psíquico”.

Como Freud não desiste da busca de um fundamento de realidade da fantasia, ele encontra no conceito de fantasias primordiais uma solução, pois estas, apesar de produções fantasísticas, estariam na origem das experiências dos sujeitos, determinando-as. A origem das fantasias primordiais está nas urgências pulsionais, no excesso sexual presente nas manifestações sexuais infantis espontâneas, o que faz Freud recorrer a uma explicação filogenética. A ideia de que as fantasias trariam explicações para os enigmas infantis, para aquilo que não se pôde traduzir em palavras, aproxima-as do mito. Essa é uma via de leitura para a construção da fantasia, que se baseia nas ideias freudianas. Porém, como veremos a partir de 2.3, ela não é a única, mesmo na obra de Freud. Podemos dizer, talvez, que essa é a leitura que ressalta inicialmente, quando acompanhamos a análise freudiana do caso do *Homem dos lobos*, como veremos a seguir.

Por fim, vimos também a relação que Laplanche e Pontalis fazem entre as fantasias primordiais e aquelas presentes nos relatos dos pacientes, recalcadas ou não. O fato de que Freud utiliza a mesma palavra para se referir a ambas aponta que talvez as fantasias primordiais, nucleares, sejam apreendidas de um trabalho com as fantasias “cotidianas”, um trabalho que, como vimos, faria um movimento *convergente* das segundas em direção às primeiras.

A seguir, estudaremos o célebre caso do *Homem dos lobos*, em uma tentativa de demonstrar algumas das conclusões a respeito da construção às quais chegamos até aqui, assim como de apontar para a abordagem da cena construída, preparando a discussão que se seguirá, a respeito das duas leituras possíveis do que se constrói.

2.2

O *Homem dos lobos* e a construção da cena primária

O caso por excelência onde Freud trabalha o tema da construção da cena

primária é conhecido como *O Homem dos lobos* (FREUD, [1918]). Escrito em 1914, vinte e três anos antes de “Construções em análise”, mas apenas publicado em 1918, este caso obteve muita atenção, tendo Freud se referido a ele em muitas oportunidades, antes e depois de sua publicação. Essa importância se deve em grande parte ao apoio que o caso oferece à teoria da sexualidade infantil que, nessa época, vinha sendo questionada, especialmente por Adler e Jung. Daí a importância extrema dada por Freud à “descoberta” da cena primária nesse caso, uma cena sexual infantil encontrada na origem da neurose.

Como sabemos, o texto trata da história clínica de um jovem russo muito rico que inicia análise alguns anos depois de uma crise psicológica aos dezoito anos, a partir de uma infecção de gonorreia, o que o levou a uma situação de completa dependência. Porém, como o título “História de uma neurose infantil” indica, Freud se concentrará na neurose infantil do paciente, iniciada pouco antes dos quatro anos com uma zoofobia que o levou a uma neurose obsessiva de conteúdo religioso persistente até os dez anos de idade. A descrição foca-se, então, nesta neurose da infância, que não foi objeto de análise enquanto persistia, mas apenas quinze anos depois, a partir do relato e das lembranças do paciente adulto.

Apresentação do caso

Apesar de ser um caso célebre e muito citado na literatura psicanalítica, considero importante retomar algumas coordenadas de sua apresentação e de sua história, pois nos referiremos a elas ao acompanhar as conclusões de Freud acerca do que nos interessa.

Filho de pais que se casaram jovens, o menino tinha uma irmã dois anos mais velha e era cuidado por uma babá por quem tinha muita afeição. Antes descrito como dócil e tranquilo, isso é rompido quando seus pais retornam de uma viagem de verão e o encontram mudado, irritável e violento. Num primeiro momento, atribui-se essa mudança à presença de uma nova governanta, inglesa, mas, após ela ter sido despedida, aqueles comportamentos perduram. A lembrança desse período rebelde está enlaçada ao período de medo de animais, grandes e pequenos, em especial uma ilustração de um lobo erguido e prestes a avançar que figurava em um livro e que sua irmã usava para se divertir com seu terror. O medo de animais também é contemporâneo das ações cruéis do menino para com eles. A

esses signos de angústia se seguem sintomas descritos por Freud como de neurose obsessiva: rituais religiosos ligados a pensamentos que ele acreditava terem sido enviados pelo diabo, pensar na Santíssima Trindade, quando via alguma porcaria na rua, cerimoniais ligados à respiração, quando via gente que lhe causava pena etc. Ao redor do oitavo ano de vida, desaparecem os fenômenos atribuídos pelo paciente à sua conduta rebelde, cedendo à influência de professores e educadores. Os anos mais maduros do paciente são marcados por uma relação difícil com o pai, com quem tinha tido uma relação terna, mas que fora substituída, ao término da infância, por um sentimento de angústia frente ao pai.

É a partir da conjectura de que a governanta inglesa estaria na origem da alteração do menino que Freud apresenta sua primeira construção: uma ameaça dela, dirigida à criança, teria contribuído para a gênese de seu comportamento anormal (FREUD, [1918], pg. 19).

Ao apresentar esta primeira construção, Freud adianta algumas indicações a respeito desta técnica que voltariam a aparecer em *Construções em Análise*, texto de que nos ocupamos no primeiro capítulo. Ele explica que não há perigo em comunicar essas construções ao analisante, mesmo se são equivocadas. Além disso, elas só devem ser apresentadas, quando há perspectiva de se aproximar da verdade por meio delas. Por fim, Freud aponta, neste caso, o efeito esperado de uma construção: produzir novos materiais para análise (*Ibid.*). É o que ocorre como resultado desta primeira construção, apresentada em *O Homem dos lobos*. Seu efeito imediato é a emergência de sonhos.

Esta primeira construção faz parte de uma série de construções apresentadas por Freud. Cada uma se faz necessária para dar lugar ao excesso sexual que se supõe ser a razão da interrupção das interpretações e das lembranças. Seguindo o esquema da formação dos sintomas visto em 2.1, podemos supor que a construção de que teria havido uma ameaça da governanta dirigida à criança teria como base o excesso sexual causado por alguma excitação sexual da criança diante da governanta.

A partir dessa construção e dos materiais inconscientes advindos dela, surge de repente a lembrança de uma cena de sedução por parte da irmã, na qual esta agarra o membro do menino e brinca com ele, enquanto conta supostas experiências sexuais da babá. Essa cena serve de explicação para os sintomas de rebeldia do menino, como uma resposta agressiva e ativa ao papel de passividade

atuado frente à irmã na cena lembrada (*Id.*, pg. 20).

A isso se segue uma interrupção por parte de Freud do material clínico do paciente para dar atenção ao papel da irmã na história do paciente. Esta, por um lado, representava uma incômoda competidora da atenção dos pais; por outro, esse e outros episódios de aproximação sexual entre os irmãos teria criado uma paixão incestuosa inconsciente, que teria tido grande importância na escolha de objeto amoroso do paciente. Por isso mesmo, Freud se surpreende ao escutar do paciente que este não teve nenhum indício de dor ao saber da morte por suicídio de sua irmã. Ele supõe, então, que este sofrimento teria sido deslocado para a cena em que ele esteve na sepultura de um poeta que admirava, na mesma região onde sua irmã havia morrido e ali chorou desmesuradamente. Vemos aqui uma segunda construção feita por Freud. Nesse caso, podemos supor que o excesso sexual que torna necessária uma construção no limite das lembranças é decorrente justamente dessa paixão incestuosa inconsciente pela irmã.

Freud segue o relato do desenvolvimento sexual do menino em sua primeira infância, afirmando que, pela impossibilidade de a irmã vir a servir como escolha de objeto sexual, seu interesse se volta para a babá e sua sedução se dá ao não lhe ocultar suas experiências masturbatórias. Porém, como a resposta da babá a essas seduções vem em forma de ameaça – “as crianças que faziam isso ficavam com uma ‘ferida’ no lugar” (*Id.*, pg. 24) – seu interesse volta-se, agora, ao pai, retomando o que fora sua primeira escolha de objeto, pela via da identificação. Assim, o desenvolvimento pulsional do menino passa para uma meta passiva com a sedução da irmã, encontra uma meta ativa na rebeldia contra a babá e, por fim, reencontra a passividade na escolha do pai, pois frente a ele sua rebeldia adquiria caráter masoquista-passivo, em busca de uma reprimenda por parte daquele.

Frente à ameaça da babá, os interesses do menino se voltam para os sinais da castração, mas Freud observa bem que, nesse momento, não causavam ainda nenhum tipo de angústia. A infância do Homem dos lobos se divide, assim, em duas partes muito marcadas: uma primeira, de conduta rebelde e perversa, desde a sedução da irmã, aos três anos e três meses, até os quatro anos; e outra, seguinte, mais prolongada, em que predominam os sinais da neurose e a angústia. A passagem de um momento ao outro é a chave para a construção do caso clínico, e se deu por um acontecimento específico, um sonho do qual despertou com

angústia.

O sonho dos lobos e o lugar da cena primária

Eis a descrição do sonho em primeira pessoa, reproduzido por Freud:

Sonhei que era noite e que eu estava deitado na cama. (...) De repente, a janela abriu-se sozinha e fiquei aterrorizado ao ver que alguns lobos brancos estavam sentados na grande noqueira em frente da janela. Havia seis ou sete deles. Os lobos eram muito brancos e pareciam-se mais com raposas ou cães pastores, pois tinham caudas grandes, como as raposas, e orelhas empinadas, como cães quando prestam atenção a algo. Com grande terror, evidentemente de ser comido pelos lobos, gritei e acordei. (...) Levou muito tempo até que me convencesse de que fora apenas um sonho; tivera uma imagem tão clara e vívida da janela a abrir-se e dos lobos sentados na árvore. (...)

A única ação no sonho foi a abertura da janela, pois os lobos estavam sentados muito quietos e sem fazer nenhum movimento sobre os ramos da árvore, à direita e à esquerda do tronco, e olhavam para mim. Era como se tivessem fixado toda a atenção sobre mim (FREUD, [1918], pg. 29).

Este sonho ganha uma importância central na análise do Homem dos lobos, daí o nome pelo qual o caso ficou conhecido. Freud afirma que suas interpretações duraram vários anos e só no final do tratamento, quando havia previsto uma limitação do tempo da análise, chegou à compreensão última. A ideia de Freud era que, por trás desse sonho, se escondia a causa da neurose infantil. Por isso mesmo, no quarto capítulo da *História de uma neurose infantil*, podemos acompanhar passo a passo as interpretações deste sonho, através da explanação minuciosa de Freud que, devido a nosso particular interesse, tentaremos reproduzir em linhas gerais.

Ele começa marcando os aspectos do sonho que mais impressionavam o sonhador: o total repouso e imobilidade dos lobos, a tensa atenção com que eles o olhavam e o sentimento de realidade efetiva. Sobre este último aspecto, afirma que tal sentimento é sinal da presença de um episódio da realidade objetiva que fora ignorado ou esquecido. A imobilidade e a atenção dos lobos apontariam o conteúdo desta cena ignorada. A partir desses aspectos centrais e de outras importantes elucidações, ao longo do trabalho de interpretação do sonho na análise, Freud expõe os seguintes “fragmentos para reconstrução” (*Id.*, pg. 34) que servirão de orientação ao trabalho que se sucederá:

“Uma ocorrência real - datando de um período muito prematuro - olhar -

imobilidade - problemas sexuais - castração - o pai - algo terrível” (Ibid.)

Parte então para interpretações de aspectos singulares do sonho, considerando cada uma de suas desfigurações. Assim, a janela que se abre de repente seriam olhos que despertam; o olhar atento dos lobos muda sujeito e objeto e passa a ser o próprio olhar atento do sonhador; a imobilidade transforma-se em seu contrário, um violentíssimo movimento etc. Outra mudança importante, que excede uma simples desfiguração, é a transformação da satisfação em angústia, hipótese que surge com a lembrança do paciente de que se tratava de uma árvore de natal. Freud deduz então que a mudança da satisfação de uma árvore cheia de presentes para a angústia frente à árvore cheia de lobos equivale à satisfação buscada no pai, objeto de amor do sujeito naquele momento, para a angústia de ser “devorado” por ele, como um lobo.

Neste ponto das interpretações encontramos um salto. Freud se pergunta que imagem poderia convocar esse desejo sexual durante a noite e, ao mesmo tempo, provocar um terror tão intenso frente à realização desse desejo. A isso ele responde afirmando que só a angústia de castração poderia ser o motor dessa mudança de afeto. Porém, entre esse motor e o sonho há um abismo, falta uma peça que leve da angústia de castração ao sonho, mas essa peça não era acessível através das interpretações dos elementos singulares. As sucessivas interpretações de cada elemento do sonho foram *convergindo* para circunscrever este abismo. Freud supunha que elas apontavam para algo que teria criado a convicção na existência da castração, algo tão precoce na história do sujeito que era inacessível à lembrança. É este abismo, buraco que marca o limite das interpretações, como vimos em 1.3., que anuncia o lugar da construção da cena primária:

Atingi agora o ponto em que devo abandonar o apoio que tive até aqui a partir do curso da análise. Receio que seja também o ponto no qual a credulidade do leitor irá me abandonar.

O que entrou em atividade naquela noite, vindo do caos dos traços de memória inconscientes do sonhador, foi o quadro de uma cópula entre os pais, cópula em circunstâncias que não eram inteiramente habituais e que favoreciam particularmente a observação (FREUD, [1918], pg. 36).

Essa cena é primeiramente jogada ao leitor, sob o risco do total descrédito, pois nada anteriormente a havia anunciado diretamente. Na sequência do texto, Freud passa a esmiuçar as condições em que esta cena haveria aparecido, justificando-as pelas descobertas que fez ao longo da análise. Precisa a idade do

paciente, a época do ano e a hora da cena, a posição sexual e a quantidade de repetições do coito. Nessa cena, pela posição do coito, por trás, ser privilegiada para a observação dos genitais tanto da mãe como do pai, a diferença entre eles traz à tona o tema da castração e a hipótese de Freud é que seu significado só pôde ser compreendido retroativamente, na época do sonho, aos 4 anos.

O próprio Freud aponta três improbabilidades desta cena: a idade precoce da percepção (1 ½ anos); a idade também precoce da elaboração *a posteriori* (4 anos); e a própria construção, isto é, “qualquer procedimento [que] poderia trazer para a consciência, coerente e convincentemente, os detalhes de uma cena dessa natureza, experimentada e compreendida em tais circunstâncias” (FREUD, [1918], pg. 37). Quanto a isso, Freud nos pede uma “convicção provisória” e segue com as interpretações a partir dos elementos oferecidos por esta cena.

Propõe estudar as relações da “cena primária” com o sonho, os sintomas e a biografia do paciente, a partir do material provindo da cena construída. É nesse ponto do relato do caso que a cena é chamada de “primária” pela primeira vez. Nesse sentido, podemos entender que o adjetivo “primária” remete justamente ao material – secundário – a ser esperado das associações e interpretações a partir dela. A cena é primária em relação ao material, secundário. Essa leitura coloca a cena primária em um lugar lógico na fala do paciente: a cena primária é logicamente anterior ao material secundário que surge na análise. Portanto, ela é retirada de um lugar objetivo na biografia do paciente para ser colocada em seu lugar de construção em análise.

É só com o trabalho interpretativo, a partir da cena construída, que Freud considera ter chegado ao esclarecimento deste sonho de angústia:

As etapas na transformação do material; cena primária - história do lobo - conto dos ‘Sete Cabritinhos’, refletem o progresso dos pensamentos do sonhador durante a construção do sonho: ‘desejo de obter do pai satisfação sexual - a compreensão de que a castração era uma condição necessária para isso - medo do pai’. Somente neste ponto, acho eu, podemos considerar o sonho de ansiedade desse menino de quatro anos como estando exaustivamente explicado (FREUD, [1918], pg. 41).

A isso se segue uma nota de rodapé de três páginas que retoma ponto por ponto o relato do sonho acompanhado de seu sentido inconsciente.

A importância da construção dessa cena, a partir da análise do sonho infantil, dá um lugar à castração que sustentará todo o desenvolvimento neurótico

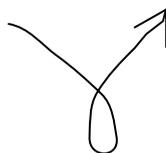
ulterior. Se a observação da cena (1 ½ ano) teria trazido essencialmente os elementos da existência da castração, sua compreensão posterior (4 anos), no período de investigação do menino sobre esse tema, traz seu convencimento, a partir da evidência de que a castração, tal como observada na mãe, seria condição para ser satisfeito pelo pai. A meta sexual passiva de ser satisfeito pelo pai cai sob repressão e é substituída pela angústia frente ao lobo-pai.

A análise deste sonho paradigmático, feita exaustivamente por Freud e que tentamos reproduzir aqui em linhas gerais, nos oferece uma melhor compreensão do que expusemos anteriormente a respeito da convergência e da torção. Entendemos que o sonho traz inúmeros elementos, o que gera uma proliferação de interpretações. Porém, a leitura de Freud de que o motor do sonho só pode ter sido a angústia de castração, feita a partir das construções teóricas da psicanálise, leva as interpretações a convergirem para este núcleo, isto é, para a castração.

Ao chegar a esse núcleo, porém, encontra-se um buraco, um limite da interpretação. É aí que se dá a construção da cena primária. Num movimento de torção, aquilo que era o núcleo vazio da interpretação é preenchido por uma cena construída a partir dos vários pontos de impossível de cada interpretação, da pista dada por cada limite interpretativo, cada interrupção das lembranças. A partir dessa cena construída, se localizam, retroativamente, esses pontos delineados pelas interpretações, que marcam as transformações do material da análise. Como vimos na citação anterior, a análise só se conclui a partir daí. E a compreensão de que a castração era condição para essas transformações só se pôde dar com a construção da cena primária.

Aí se desenha o movimento de torção: as diversas interpretações depositam os pontos de limite que vão delineando um núcleo reduzido – que sustenta para esse sujeito a castração – para depois retornarem sobre o material analisado, de posse de uma cena construída que traduz o sonho e o explica.

Com esse esclarecimento que o caso do *Homem dos lobos* nos oferece com relação aos conceitos estudados em 1.4, podemos atualizar o esquema construído acima (Cf. pg. 43) para esse que está desenhado abaixo, no qual a torção é incluída.



Construção da cena-fantasia

Na parte V do historial clínico, após a elaboração e justificativa da construção da cena primária, Freud nos convoca à discussão sobre sua realidade material ou fantasística, tendo como pano de fundo a querela com Adler e Jung sobre a importância da sexualidade infantil na etiologia das neuroses.

Examina, então, a concepção de que as cenas da primeira infância seriam formações da fantasia provenientes da maturidade com o objetivo de escapar das tarefas do presente refugiando-se no passado, em uma tendência regressiva. Esse argumento seria atribuído aos críticos, pois retiraria o fator infantil, referindo-o a fantasias do adulto.

A primeira resposta de Freud é que, mesmo que essa concepção fosse correta, isso não mudaria o princípio da prática analítica. A análise seguiria o caminho dessas fantasias regressivas, procurando levar à consciência essas produções inconscientes que são do interesse do paciente no momento, percorrendo a mesma trajetória de uma análise que teria uma “fé ingênua” (FREUD, [1918], pg. 48) na verdade dessas fantasias. Não seria então possível abreviar esse caminho, sob o risco de não ter à disposição da análise o interesse que o paciente tem por elas. Assim, Freud nos indica que não é possível se economizar na construção das cenas infantis pois, sendo elas fantasias ou fatos, colocam em jogo na análise um interesse – que o próprio Freud traduz como libido – necessário ao processo analítico. A ideia de que as cenas infantis construídas trazem consigo a libido necessária ao investimento do paciente no processo analítico está de acordo com o que vimos anteriormente, em 2.1., sobre as cenas carregadas de impulso, traduzindo o excesso sexual em cena construída.

Outro argumento dos críticos em favor da ideia de fantasias regressivas é o fato de elas aparecerem na análise como construções, e não lembranças. Porém, Freud confronta isso com a convicção do paciente nessas construções, através da aparição de formações do inconsciente, como os sonhos, que terminam por convencê-los. Este é o mesmo argumento que reaparece em “Construções em análise” segundo o qual a decisão final da importância das construções se dá pela convicção do paciente, como vimos em 1.2.

Em meio a esses argumentos e contra-argumentos, Freud parece estar mais

preocupado em demonstrar a importância das cenas infantis do que sua realidade. A eclosão da neurose na infância é aquilo que não pode negar a importância dessa fase do desenvolvimento. A cena primária pode ser fantasiada inconscientemente, mas a alteração de caráter, a angústia e a compulsão religiosa do Homem dos lobos justificam que os conflitos inconscientes existiam já na infância.

Parece que, nesse momento do texto, Freud se dá por satisfeito em suas argumentações a respeito da importância da infância na etiologia das neuroses e pode se permitir criar outra hipótese para a cena primária, relativizando definitivamente sua realidade objetiva. Supõe, então, que a cena construída a partir da análise do sonho dos lobos possa ter tido como disparadora a observação do coito entre animais atribuído posteriormente aos pais. O menino doente de malária e dormindo no quarto dos pais, a sesta de verão e todos os outros aspectos minuciosamente organizados em função da construção da cena anterior estariam presentes junto à observação do coito dos animais, mas presentes como fragmentos colados posteriormente, construindo, assim, a cena primária. Desse modo, mesmo a cena primária tendo sido fantasiada, isso não retira a importância da infância, pois todo o material usado para sua construção é formado de fragmentos de experiências infantis.

Neste ponto, Freud conclui essa parte da discussão, afirmando que, dada a insistente ocorrência de tais cenas, nas diferentes análises,

Certamente não há mais necessidade de duvidar que estamos lidando apenas com uma fantasia, que nasceu talvez da observação de relações sexuais de animais. (...) admitirei algo mais: pretendo, nesta oportunidade, encerrar a discussão da realidade da cena primária com um *non liquet* (FREUD, [1918], pg. 57).

Isto é, não fica claro o alcance da realidade dessas cenas primárias construídas. O fato é que elas têm uma função muito importante: trazem à análise esse interesse, a libido do paciente que está em jogo nos conflitos atuais, isto é, que fazem parte das coordenadas da neurose atual. E parece que só é possível mover algo dos sintomas neuróticos seguindo o caminho que essas fantasias construídas apontam. Assim, a construção da cena primária que, aos poucos, estamos traduzindo por construção da fantasia, é um caminho da análise que não se pode abreviar.

* * *

Como vimos, este é o caso de Freud mais paradigmático a respeito do uso da técnica da construção em análise. Isso porque a demonstração do trabalho de construção da cena primária, central no caso, servia aos objetivos da afirmação da psicanálise na época em que foi publicado.

Por isso mesmo, no relato deste caso vemos que Freud antecipou algumas das características a respeito das construções que só apareceriam formalizadas muitos anos depois, no texto de 1937. Por exemplo, nele já aparece a discussão sobre a inocuidade do erro no conteúdo das construções que, ainda que equivocadas, não apresentam perigo ao serem comunicadas, pois não é a realidade de sua ocorrência que está em jogo. Vemos também por que o efeito de uma construção é a produção de novos materiais, como ocorreu no caso do *Homem dos lobos* com a emergência de sonhos, isto é, formações do inconsciente produzidas em análise.

Em diversos momentos do caso, Freud se refere a diferentes construções. Porém, vimos que a construção da cena primária como tal guarda um lugar especial, central, diferente das construções que se fazem em análise. Podemos dizer que as inúmeras construções em análise convergem para uma construção central, núcleo da fantasia, ou fantasia fundamental, tema que trabalharemos melhor no capítulo 3, com Lacan.

O sonho dos lobos adquire importância nuclear no caso, pois a hipótese de Freud era que aquele guardaria em si a causa da neurose infantil, que era o que lhe interessava demonstrar. Na análise do sonho, Freud parte das interpretações de aspectos singulares do sonho, considerando suas desfigurações uma a uma, que convergem em direção à angústia de castração, motor primordial da produção do sonho.

É neste ponto que Freud anuncia que chega a um abismo frente ao qual é preciso um salto. Este é o anúncio da construção da cena primária, no limite da convergência das interpretações. A observação do coito parental construída marca a ponte entre a experiência da castração, momento *primário* impossível para a criança traduzir em palavras e o sonho, formação do inconsciente que encena *retroativamente* a experiência traumática.

Após uma série de argumentações que defendem a importância da infância

na etiologia das neuroses, numa discussão imaginária com Jung e Adler, Freud chega à conclusão de que provavelmente a cena não passa de uma fantasia, mas isso não retira sua importância, pois todo o material usado para sua construção é formado de fragmentos de experiências infantis.

Pelo modo como o caso é apresentado e pela riqueza de detalhes presentes na cena primária construída, temos uma impressão imediata de que esta construção surge com o objetivo de preencher o abismo com o qual Freud se depara no limite da convergência das interpretações. Diante do enigma da castração, impossível de ser traduzido em palavras, a cena é construída para dar significado àquilo impossível de significar.

Esta é, em geral, a função de um mito, como veremos adiante. Uma leitura possível da construção da cena primária é afirmá-la como a construção de uma resposta mítica que venha a preencher com um significado – fantasiado – o que é impossível de significar. Veremos, no próximo item, que esta não é a única. Abordaremos, então, duas vias de compreensão dessa construção, que não se excluem, apesar de diferentes.

2.3

Mito, matema e poema

O mito na experiência analítica

Em uma conferência intitulada *O mito individual do neurótico* ([1952]), Lacan afirma que, no centro da experiência analítica, existe um mito, o mito edipiano. Isso se dá porque a psicanálise é uma experiência decididamente não objetivável, isto é, comporta sempre uma verdade que não pode ser dita. Uma vez que a verdade é constituída pela fala, seria preciso “dizer a própria fala” para alcançar esta verdade, e isso é justamente “o que não pode ser dito enquanto fala” (LACAN, [1952], pg. 12-13). No entanto, apesar desse limite, é preciso tentar exprimir o essencial dessa experiência. Neste ponto, entra a função do mito na experiência analítica.

O mito é o que dá uma formulação discursiva a algo que não pode ser transmitido na definição da verdade, porque a definição da verdade só pode se apoiar sobre si mesma, e é na medida em que a fala progride que ela a constitui. A fala não pode apreender a si própria, nem apreender o movimento de acesso à verdade como uma verdade objetiva. Pode apenas exprimi-la – e isso de forma mítica. Nesse sentido é que se pode dizer que aquilo em que a teoria analítica concretiza a relação intersubjetiva, e que é o complexo de Édipo, tem valor de mito (LACAN, [1952], pg. 13).

Entendemos, então, que o mito se faz necessário diante de uma impossibilidade de transmissão da verdade através da fala. O mito edipiano, central para a psicanálise, tem a função de exprimir a maneira pela qual o sujeito se liga ao registro simbólico, como entra na cadeia simbólica preexistente a ele, através de um conflito fundamental intermediado pela rivalidade com o pai.

Como vimos no caso do *Homem dos lobos*, diante da impossibilidade de transmitir em palavras a experiência da castração, o “mito” da cena primária vem exprimi-la nos moldes do complexo de Édipo, criando uma relação triangular (mãe-pai-criança) onde o próprio sujeito está incluído.

Segundo Lacan, o mito tem uma função na vivência do neurótico:

Se nos fiarmos na definição do mito como certa representação objetivada de um *epos* ou de uma gesta que exprime de maneira imaginária as relações fundamentais características de certo modo de ser humano numa determinada época, se o entendermos como a manifestação social latente ou patente, virtual ou realizada, plena ou esvaziada de sentido, desse modo de ser, então é certo que poderemos encontrar sua função na vivência mesma de uma neurótico (LACAN, [1952], pg. 15).

Para exemplificar essa função do mito na experiência neurótica, Lacan lança mão do caso freudiano do *Homem dos ratos*, conhecido por seus relatos intrincados, romanceados e cheios de cenários e personagens. Não nos convém aqui entrar muito profundamente neste caso, mas vale a pena afirmar, com Lacan, que a fantasia construída neuroticamente pelo sujeito tem uma relação íntima com a constelação original familiar que precedeu o nascimento do sujeito. Há uma “estrita correspondência entre esses elementos iniciais da constelação subjetiva e o desenvolvimento último da obsessão fantasística” (LACAN, [1952], pg. 21).

Numa tentativa de recobrir o que para o sujeito se mostra impossível de significar, já que faz parte de sua pré-história, a fantasia se apresenta como um

mito: “esse roteiro fantasístico²⁰ apresenta-se como um pequeno drama, uma gesta, que é precisamente a manifestação do que chamo o mito individual do neurótico” (*Id.*, pg. 25).

Vemos em Lacan uma correspondência entre fantasia e mito. Porém, ele deixa claro que isso não se apresenta como uma solução, pois há uma impossibilidade de que os dois planos – história familiar e fantasia – se recubram, de modo que o segundo compensasse o primeiro. E é aí, segundo Lacan, que se desenrola todo o drama neurótico (*Id.*, pg. 27).

Podemos dizer, com o exemplo do *Homem dos ratos*, que o mito está presente na vivência do neurótico e, por isso, na experiência analítica. Porém, ao contrário do que a cena construída do *Homem dos lobos*²¹ poderia demonstrar, o mito individual não se apresenta como uma solução, pois não recobre o vazio de significação presente na constelação familiar.

O desenvolvimento do ensino de Lacan seguiu um caminho em direção a fórmulas cada vez mais reduzidas, de modo que, poucos anos depois desta conferência, em seu 5º *Seminário*, apresentou a fantasia com uma fórmula, como veremos no capítulo 3, que é uma ideia diferente do mito. Veremos também que o que Lacan denominou “fantasia fundamental”, que podemos aproximar das fantasias primordiais, não é lida em termos de mito. Na verdade, tanto o mito como a fórmula, ou o matema, como veremos, têm a mesma função, de dar um lugar para o que se encontra no limite do interpretável. Porém, cada uma dessas vias o faz de diferentes maneiras.

Veremos a seguir algumas diferenças entre essas duas vias, duas respostas diante do impossível de transmitir a partir da fala, isto é, duas leituras possíveis daquilo que concerne à construção, mais especificamente ao que é construído em análise. Para isso, acompanharemos um texto de Alain Badiou em que ele analisa a relação entre o poema e a filosofia.

Mitema x matema

²⁰ O roteiro fantasístico mítico, cheio de elementos, poderia ser aproximado do roteiro romaneado que se escuta em análise em sua infinita variabilidade, diferenciado por Laplanche e Pontalis das fantasias primordiais.

²¹ Lacan afirma que as diferentes formações míticas do neurótico, além de aparecerem sob a forma de fantasias, também podem ser encontradas sob outras formas, nos sonhos por exemplo (LACAN, [1952], pg. 31).

O texto intitula-se *El recurso filosófico del poema*²² (Badiou, [1992]) tendo sido, inicialmente, uma contribuição de Badiou escrita para um colóquio sobre Heidegger. O autor parte da formulação heideggeriana de que há uma indistinção original entre o dizer dos poetas e o pensamento do filósofo para propor uma outra relação, ou “desrelação” entre poesia e filosofia (Badiou, [1992], pg. 84).

A afirmação de Heidegger, segundo Badiou, é que no início pré-socrático do pensamento era o poema que tinha em custódia o pensamento, como se vê no *Poema* de Parmênides ou nas sentenças de Heráclito. Porém, Badiou critica esse argumento, afirmando que a filosofia como tal só pôde existir quando se desgarrou de sua dependência do relato e da revelação, o que ainda não havia ocorrido em Parmênides. A filosofia começa com uma dessacralização: exige que “a autoridade da proferição *profunda* seja interrompida pela laicidade argumentativa” (*Ibid.*). É preciso, para haver filosofia, que a verdade esteja separada da autoridade sagrada da imagem ou do relato. E o apoio desta separação, segundo Badiou, é da ordem do *matema*, definido por ele como “as singularidades discursivas da matemática” (*Ibid.*). “O matema é aqui aquilo que, fazendo desaparecer o **Recitador**, suprimindo seu lugar de toda validação misteriosa, expõe a argumentação à prova de sua autonomia e, por conseguinte, ao exame crítico, ou dialógico, de sua pertinência” (*Id.*, pg. 85).

Badiou também diferencia o matema do *mitema*, termo que resgata de Lacoue-Labarthe²³ e que define como o “exercício sagrado da validação pelo relato” (*Ibid.*), afirmando que é o matema que surge na Grécia para interromper o mitema, inaugurando, assim, a filosofia.

Badiou segue sua análise da relação entre poesia e filosofia diferenciando três vínculos possíveis entre esses dois termos, de acordo com as ideias de Parmênides, Platão e Aristóteles (*Id.*, pg. 86). O primeiro vínculo, chamado parmenideano, afirma a *fusão* entre a autoridade subjetiva do poema e a validade dos enunciados filosóficos, em que a segunda está sempre subordinada à primeira; mesmo quando aparecem argumentações matemáticas, estas são secundárias à

²² A edição à qual tive acesso era de língua espanhola. Assim, todas as traduções referentes a este textos são livremente feitas por mim.

²³ Ao referir-se ao termo “mitema”, Badiou faz referência a Lacoue-Labarthe. Porém, vale lembrar que esse termo remete à obra de Claude Lévi-Strauss, que adaptou pela primeira vez aos mitos uma técnica de análise própria da lingüística estrutural: a divisão da língua em unidades de significado menores possíveis dentro de um sistema lingüístico (ex: fonemas, morfemas, sememas).

aura sagrada da enunciação. O segundo é o platônico, que organiza uma *distância* argumentativa entre poema e filosofia com o apoio da “univocidade literal da matemática” (*Ibid.*), para excluir da filosofia o recurso à poetização. E, por fim, o terceiro vínculo, dito aristotélico, promove a *inclusão* do poema na filosofia como uma disciplina regional; o poema torna-se objeto da filosofia, fundando assim a Estética.

Opondo-se decididamente às duas últimas concepções, Heidegger, segundo Badiou, restaura a autoridade sacra da proferição poética. No entanto, Badiou afirma que a dupla do dizer do poema e do pensar do filósofo, deixando de lado o matema, determina o fim da filosofia em prol do mito romântico da autenticidade (*Id.*, pg. 88).

Assim, temos os recursos necessários para separar, de um lado, o que Badiou chama de mitema: a autoridade sagrada do relato, a aura da imagem proferida, que ganha sua legitimidade no Recitador; e, do outro lado, o matema: interrupção dessa sacralização do relato a partir de proposições matemáticas demonstráveis. E, se seguirmos a orientação do autor, localizaremos a filosofia do lado do matema: “a filosofia quer e deve se estabelecer nesse ponto subtraído em que a linguagem se ordena no pensamento sem os prestígios e as suscitações miméticas da imagem, da ficção e do relato” (*Id.*, pg.90-91).

Vimos, anteriormente, que o que está na base do mito individual do neurótico é o relato, uma tentativa de exprimir através da fala o que é impossível de transmitir. A verdade que se tenta exprimir através do mito é subordinada à história que se conta dela. Para chegar à conclusão pela cena primária no caso do *Homem dos lobos*, por exemplo, foi preciso recolher os fragmentos da história do paciente, conferir datas e confirmar fatos para que se pudesse construir o mito da cena primária da observação do coito parental. Vemos bem como esse procedimento, se lido desta forma, privilegia o relato, a imagem e a ficção. E esse relato tem como personagem central a própria imagem do indivíduo fantasiador ou sonhador, enquanto que, como vimos com Laplanche e Pontalis e exploraremos mais com Lacan em 3.1, há outro aspecto da fantasia que se apresenta de forma dessubjetivada, de modo que não há um Recitador que valide sua argumentação através de seu relato. A partir disso, aproximamos o termo *mitema* do que descrevemos como mito, mais especificamente o mito individual do neurótico.

Do lado do matema, veremos em 3.1 um caminho da análise que procura interromper a proliferação de imagens e relatos à qual a escuta analítica poderia levar.

Poema

Voltando ao texto de Badiou, encontramos uma nova volta que o autor dá após afirmar a inauguração da filosofia pelo matema: o lugar do poema para a filosofia. Notamos que, quando se refere à autoridade sagrada do relato, que se via nas poetizações por exemplo de Parmênides, Badiou evita usar a palavra poema por si só, refere-se a isso como ficções, relatos, poetizações filosóficas. Entendemos, posteriormente, que isso deve se dar porque o autor reserva ao poema um lugar diferente em relação à filosofia, mas não ao poema como relato sagrado e, sim, o poema “liberado da poetização filosófica” (*Id.*, pg. 90). Que lugar tem este poema para a filosofia?

Um dos termos caros à filosofia de Badiou é o conceito de *acontecimento* [*événement*], definido por ele como um acaso, um incalculável que traz sempre consigo um vazio de sentido, uma carência de significações estabelecidas. Sobre isso, o autor explica que, por carecer de sentido, sua nomeação é sempre poética. E, justamente por isso, essa nomeação deve ficar a cargo dos poetas, restando aos filósofos a tarefa de relacionar, ou des-relacionar seu próprio campo com o da poesia (*Ibid.*).

Como afirma Badiou, “a verdade é distinta do sentido” (*Id.*, pg. 91). A filosofia não deve apenas interpretar o sentido de suas condições – a saber: o amor, a política, o poema e o matema – se não quiser confundir-se com a erotologia, a sociologia política, a estética ou a epistemologia. Na verdade, afirma o autor, a filosofia apenas começa quando este grupo de disciplinas listadas acima se mostra inconsistente, isto é, a verdade estaria no lugar exatamente do “furo no sentido” (*Ibid.*).

É claro que a filosofia utiliza também o relato, a fábula e o mito. São inúmeros os exemplos e Badiou lista alguns deles, como os personagens dos diálogos de Platão, o Zaratustra de Nietzsche, o mito da caverna em *A República* de Platão. Porém, essas ocorrências não constituem o princípio do pensamento filosófico, elas estão localizadas justamente nos pontos onde a verdade fura o

sentido e escapa à interpretação. Após a filosofia ter subtraído toda a aura de sentido dos procedimentos de verdade, há um momento em que ela cai no “vazio de toda apresentação possível”, a verdade aparece como um furo “sem bordas” (*Id.* 93). Vemos aqui as ressonâncias com o limite da interpretação que vimos tratando ao longo deste trabalho.

Esse momento de chegada a esse vazio traz o problema de sua transmissão e é aí que se localiza o poema:

O poema chega à filosofia em um de seus pontos, e esta localização não é nunca regulada por um princípio poético ou literário. Ela depende do momento em que o argumento dispõe o inapresentável e em que, por uma **torção**²⁴ que o argumento prescreve, a desnudez das operações do verdadeiro não é transmissível senão por um retorno, sempre imoderado, ao prazer do sentido, que é também e sempre um prazer dos sentidos (BADIOU, [1992], pg. 93-94).

Encontramos, na citação acima, outra vez a *torção*, que já havia aparecido no primeiro capítulo através de Regnault, como sendo o lugar da cena primária. Entendemos então que, isto a que Badiou se refere como poema é justamente aquilo que vem a responder pela transmissão do vazio de sentido, vazio este que pudemos localizar também no limite das interpretações, das lembranças e do relato do analisante. O poema, que retorna a partir de um movimento de torção para sair do lugar vazio encontrado, é bem diferente do que Badiou chamou de poetização filosófica, que aparece sob a forma de relatos, ficções, fábulas, enfim, mitemas. Estes últimos, ao contrário do primeiro, tentam preencher este vazio com o relato mítico.

Podemos fazer o esforço de ler também a cena primária freudiana como um conteúdo, descolado de seu sentido, que aparece como uma torção no lugar do vazio de representações. Tomamos aqui a decisão de seguir a via indicada por Badiou segundo a qual o recurso ao matema interrompe a proliferação dos mitemas de modo a permitir encontrar esse núcleo vazio em que uma fórmula, uma palavra, ou, por que não, uma cena, desprovidas de sentido, aparecerão como produto de uma torção.

* * *

²⁴ Grifo nosso.

O recurso ao mito como maneira de expressão de uma verdade impossível de ser transmitida faz parte da vivência do neurótico e, por isso mesmo, da experiência analítica. Porém, a tentativa de recobrir esse impossível de transmissão com um relato fantasístico cuja autoridade está em seu “Recitador” não apresenta em análise uma solução, uma vez que esse recobrimento nunca se dá por completo.

A ideia de Badiou é que a filosofia só passa a existir quando há uma interrupção dessa sacralização do relato, de seus prestígios e suscitações miméticas, a partir de proposições matemáticas demonstráveis, isto é, do matema. Isso porque, segundo Badiou, a filosofia deve diferenciar verdade e sentido, escapando da explicação pela via do sentido e aproximando-se da verdade como sendo aquilo que escapa ao sentido.

Também a psicanálise, em sua busca pela verdade, pode recorrer ao matema que, ao contrário do mito, não procura recobrir com uma significação o impossível de transmissão, mas sim discernir as coordenadas desse impossível, como veremos no próximo capítulo. Assim como Badiou afirma que, diante de um “acontecimento”, carente de significações estabelecidas, sua nomeação se dá pela via do poema, podemos imaginar que, chegado ao limite das interpretações, também é possível ao sujeito construir algo, desprovido de sentido, que se aproxime de sua verdade²⁵.

Seguir essa via nos leva diretamente a Lacan, e é isso o que veremos no próximo capítulo.

Conclusão

No primeiro capítulo, abordamos o conceito de construção, localizando seu lugar e suas características no trabalho psicanalítico. Foi uma tentativa de responder à pergunta “por que se constrói?”, ou, melhor dizendo, “diante de que se constrói?”. O segundo capítulo teve sua pergunta no título: “o que se constrói?”

²⁵ Estamos aqui fazendo uma aproximação rápida entre filosofia e psicanálise, que se encontram em registros diferentes. Porém, com isso não procuramos superpor as duas, e sim que uma sirva para outra como uma metáfora que nos ajude a avançar em nosso estudo.

Acompanhando Freud, seguimos a ideia de que o que se constrói em análise é uma cena. Esta cena estaria na origem das neuroses, como uma *causa* sem a qual não haveria neurose. Logo, uma disciplina que vise a analisar a neurose não pode se esquivar de seguir o caminho inverso, em direção a sua origem. As diversas interpretações levam cada vez mais perto desse núcleo que seria a origem da neurose. Porém, eis que se chega à conclusão de que essa cena não pode ser garantidamente lembrada; portanto, ela deve ser uma fantasia. Assim, afirmamos, ainda com Freud, que o que se constrói é uma fantasia. E as fantasias que dizem respeito às origens, à origem da neurose, são as fantasias primordiais. São elas as que são construídas em análise – construídas tanto pela teoria analítica como pelo sujeito em análise – ainda que sob a forma de uma cena. Temos, então, a cena primária, correspondente à fantasia primordial do coito parental.

Passamos, então, para um segundo tempo, o de finalmente abordar o caso do *Homem dos lobos*, outro texto da obra de Freud, anterior a *Construções em análise*, em que ele faz numerosas menções à ideia de construção. Todo ele é baseado numa construção – na construção da cena primária da observação do coito parental como uma resposta ao incompreensível da experiência da castração. Diante do limite das interpretações dos elementos singulares do sonho, constrói-se uma cena, declaradamente fantasiada, que marca a passagem da experiência da castração para o desenvolvimento neurótico posterior, inaugurado pelo sonho dos lobos.

Vimos, então, que a construção de uma cena, ou um relato, que pudesse expressar com palavras aquilo que é impossível de transmitir – nesse caso, a experiência da castração – é da ordem de uma resposta mítica. Lacan nos ajuda a localizar o lugar do mito em relação às fantasias neuróticas e, logo, para a psicanálise. Porém, acompanhando as ideias de Badiou, vimos que essa não é a única resposta diante deste impossível. Enquanto a via do mito oferece significações para o que carece de sentido, inclui um excesso irrepresentável em meio a uma epopéia, a via do matema ajuda a localizar, através de formulações matemáticas, o limite das significações. É aí que ele, Badiou, apresenta sua ideia da relação do poema com a filosofia, como aquilo que vem nomear, sem se deixar capturar pelo sentido, as experiências não transmissíveis pela fala.

Como dissemos, neste ponto se abre a via para a leitura de Lacan, a partir

da qual faremos uma análise do texto freudiano *Uma criança é espancada*, em que poderemos ver a redução da fantasia a sua fórmula mínima. Em seguida, aproximando-nos do ponto final deste trabalho, veremos o que está em jogo nessa formulação mínima da fantasia, a saber, a relação do sujeito com o objeto.

3

Redução da fantasia à relação sujeito <> objeto

Este capítulo tem como objetivo chegar à nossa hipótese, ponto central desta dissertação: a construção da fantasia é o trabalho, feito em análise, de localização do sujeito em relação ao objeto.

Para isso, partiremos da análise de uma fantasia apresentada por Freud, em que podemos observar este trabalho de redução até seu núcleo básico. Esse núcleo, veremos com Miller, funciona como um *axioma*, que rege a relação do sujeito com seu objeto. Ao chegar ao ponto de afirmar que a fantasia é um axioma que põe em relação estes dois termos, sujeito e objeto (é o que veremos com a fórmula lacaniana da fantasia: $\$ \langle \rangle a$), procuraremos demonstrar que ela tem na base de sua formação a relação primordial do sujeito com o desejo do Outro. Desse modo, poderemos articular o que afirmamos ser o mais nuclear e íntimo do sujeito, o pulsional, em sua relação com o Outro.

3.1

“Bate-se em uma criança”: a redução da fantasia

Todo o avanço na teoria analítica de Lacan, ao reduzir a fantasia a uma fórmula, deu-se a partir das indicações que, segundo o próprio Lacan, estão já bem claras em Freud. Prova disso é que uma das bases de Lacan para sua formulação da fantasia é o texto freudiano *Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais* (FREUD, [1919]), no qual já estavam dadas as condições da leitura da fantasia como uma fórmula reduzida. Em um de seus comentários sobre tal artigo, Lacan afirma que este texto é sinal de um passo adiante que Freud teria dado em seu próprio pensamento e em todo o desenvolvimento teórico do pensamento analítico que veio depois (LACAN, [1957-1958], pg. 241).

Acompanharemos a seguir o texto de Freud a partir da leitura dele feita por Lacan, usando como referência dois momentos do ensino deste último,

respectivamente no *Seminário 4, A relação de objeto* (Lacan, [1956-1957]) e, no ano posterior, no *Seminário 5, As formações do Inconsciente* (Lacan, [1957-1958]).

O texto freudiano se inicia com um esclarecimento: para além da surpreendente frequência com que sujeitos histéricos e neuróticos obsessivos apresentam a fantasia “bate-se em uma criança”²⁶, é provável que haja um número ainda maior de pessoas sem doença manifesta que também a apresentam (FREUD, [1919], pg.177). Isso já permite que a análise dessa fantasia sirva como referência para as fantasias de forma geral. Lacan observa o fato de que Freud se volta mais para essa frase, fruto da declaração dos pacientes a respeito de suas fantasias e da qual tira o título de seu artigo, do que para o rótulo clínico da perversão (LACAN, [1956-1957], pg.115).

Freud, por sua vez, afirma que tais fantasias surgem relacionadas com um sentimento de prazer que, muitas vezes, encontra seu ápice na satisfação masturbatória. Afirma também que a confissão dessa fantasia não se dá sem hesitação. A lembrança de sua primeira aparição é incerta e provoca inequívoca resistência, além de provocar vergonha e sentimento de culpa (FREUD, [1919], pg.177). Isso é um traço bastante notável para Lacan: a distância entre o uso que se faz dessas imagens fantasísticas, através da masturbação sem culpa, por um lado e, por outro, sua formulação falada, acompanhada de tanta resistência. “Esse comportamento do sujeito já é um sinal que marca um limite: isso não é da mesma ordem do jogar mentalmente com a fantasia, ou falar dela” (LACAN, [1956-1957], pg. 116). E a fantasia que abordamos aqui é, em seu aspecto falado, tal como aparece na análise.

Miller ([1983]) afirma que considerar a fantasia como algo que permite ao sujeito obter prazer é uma ideia freudiana. Já a hipótese de que a fantasia é como uma máquina que transforma gozo em prazer – já que o gozo se dirige ao desprazer, na direção da pulsão de morte – é lacaniana (MILLER, [1983], pg.20). Esta hipótese lacaniana baseia-se na investigação freudiana do texto *Além do princípio de prazer* (FREUD, [1920]). Além do prazer está o gozo, que aqui

²⁶ A tradução oficial à qual estamos nos referindo para as obras completas de Freud (ver nota 1) traduz a frase *Ein Kind wird geschlagen* como “Uma criança é espancada”, título do artigo. Porém, a tradução que consta no seminário de Lacan é “bate-se em uma criança”. Como estamos seguindo a leitura de Freud a partir das indicações de Lacan, manteremos a segunda tradução para nos referir à frase da fantasia e a primeira para nos referir ao título do artigo.

aparece em relação à pulsão de morte, e a fantasia aparece como meio de articulá-lo ao princípio do prazer. Miller exemplifica isso com o jogo do *fort-da*, que caracteriza como um “emblema de como a fantasia funciona como maquinação para obter prazer” (MILLER, *op. cit.*, pg.20). No *fort-da*, apresentado por Freud em *Além do princípio de prazer*, o sujeito domina a ausência da mãe e obtém prazer disso através do jogo. Nesse sentido, afirma Miller, a fantasia tem uma função parecida ao jogo, isto é, produzir prazer em situação de gozo ou angústia. Miller lembra ainda que, neste mesmo texto, Freud afirma que, se os adultos deixam de lado o jogo, é porque a fantasia substitui essa atividade lúdica infantil (Freud, referido por MILLER, *op. cit.*, pg. 20).

Aproveitaremos que, em uma citação acima, Lacan se refere a um “limite” para anunciar que trataremos essa resistência em se falar da fantasia relacionando-a com o limite que estamos estudando, o limite da interpretação. Como analisaremos mais adiante, utilizando um comentário de Miller, é tão difícil falar da fantasia porque ela ocupa, para o sujeito, um lugar próximo ao “furo” vazio a que se chega no limite das associações.

Segundo o texto de Freud *Uma criança é espancada*, essas fantasias de espancamento têm um desenvolvimento histórico complexo, sendo modificadas, ao longo do processo, em vários aspectos: modificam-se o autor da fantasia, o objeto, o conteúdo e o significado da fantasia (FREUD, [1919], pg.181). Ele organiza essas modificações em três etapas. Veremos a seguir cada uma delas, seguindo uma leitura lacaniana com algumas indicações de Miller.

“Meu pai bate numa criança que eu odeio”

A primeira etapa da fantasia se formula integralmente com o seguinte enunciado: “*Meu pai bate numa criança que eu odeio*” (FREUD, [1919], pg. 182). Assim, o autor da fantasia não é nem a criança espancada – a fantasia não é masoquista – e nem o espancador – tampouco é sádica. Essa fantasia aparece relacionada na história do sujeito com o surgimento de um irmão ou rival cuja presença ameaça a predileção da criança que cria a fantasia, especialmente a predileção por parte do pai²⁷.

²⁷ Essa preeminência do pai na fantasia é relacionada, tanto por Freud como por Lacan, ao fato de se tratar de fantasias de mulheres. Freud aclara que analisará o material das fantasias

Nessa primeira fase, existem três personagens: o agente da punição, a criança que se submete a ela e que o sujeito odeia, e o sujeito, que observa a criança odiada despencar da preferência parental. A fantasia encontra-se centrada na figura do fantasiador, sob os olhos de quem isso deve se passar para que ele saiba que é ele que tem o privilégio da preferência paterna. O segundo personagem, a criança espancada, ocupa o lugar de um objeto, instrumento da comunicação entre os dois sujeitos (LACAN, [1956-1957], pg. 118).

Lacan observa que a perspectiva histórica que se constata nessa fantasia é retroativa. É retroativamente que se apresenta na análise “a organização primordial mais profunda” e, a partir do trabalho analítico, a “situação primitiva dramática” se inscreve na palavra atual do sujeito e em seu “poder de simbolização presente” (*id.*,pg.117). Nessa primeira fase da fantasia, a “situação primitiva dramática” em jogo é o aparecimento desse rival, que se apresenta inicialmente como um trauma, isto é, impossível de ser simbolizado. Por isso se faz necessária a fantasia, isto é, a inscrição do encontro com o rival na palavra atual do sujeito, em seu “poder de simbolização presente”.

Aqui nos deparamos com a pergunta: por que esse encontro constitui um impasse para o sujeito? Para responder a isso, é preciso abrir um parêntesis para situar de uma maneira geral e simplificada algumas coordenadas da constituição do sujeito segundo a psicanálise lacaniana, que nos servirão para seguir adiante. Os pontos tratados aqui serão retomados ainda no item 3.3 e no capítulo 4.

Para que o humano possa se tornar sujeito, sujeito do desejo e também sujeito da fantasia, é preciso que tenha uma relação com o desejo do Outro, sendo esse Outro representado num primeiro momento pelas pessoas responsáveis pela sua introdução no mundo da linguagem. Na nossa realidade cultural atual, os nomes por excelência dessas funções de introdução na cultura são “mãe” e “pai”. Essa função, é claro, ultrapassa a satisfação das necessidades e implica em uma transmissão:

A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações

exclusivamente de mulheres. Porém, tanto ele como Lacan declaradamente deixam de lado nesse momento a análise desse aspecto específico.

das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo.

É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo (Lacan, [1969], pg. 369).

Isso implica que, para que haja um lugar para o sujeito como ser falante²⁸, é preciso que haja um “interesse particularizado” por ele, baseado em um “desejo que não seja anônimo”. Se entendemos que, para que haja desejo, é preciso que haja falta, isto é, que o Outro não esteja completo, que lhe falte algo, concluímos que, inicialmente, o lugar da criança é o de preencher essa falta, falta materna, se seguimos a indicação dada na citação acima. Porém, aí entra essa outra vertente do “desejo não anônimo” indicada por Lacan: o pai, cujo nome (Nome-do-Pai) encarna a lei no desejo. Esta lei é o que impede que a criança de fato venha a completar a falta materna, deixando, então, um espaço onde a criança encontra um lugar no desejo materno, mas sem obstruí-lo.

A lei paterna vai nomear a significação do desejo materno como *falo*²⁹. Eis o que constitui a entrada do humano no simbólico: o encontro com uma falta impossível de ser tamponada, mas que por isso mesmo permite a circulação de várias significações, inclusive a circulação da própria criança no lugar do falo.

Usamos aqui os termos “mãe” e “pai” para nos referirmos a essa entrada do sujeito no registro simbólico porque, segundo a indicação de Lacan acima, é preciso que essas funções sejam encarnadas para que haja um “desejo não anônimo”. Porém, é importante esclarecer que elas também designam funções do campo simbólico como tal. O Outro também é o nome desse campo dos significantes de uma forma geral – o campo simbólico. Como já foi dito acima, este campo é limitado, falta-lhe algo, pois ele não é possuidor de todos os significantes. Falta-lhe um significante último, que viesse a nomear o real, mas é

²⁸ “No efeito de linguagem, não se trata de nenhum ente. Trata-se apenas de um ser falante. No ponto de partida não estamos no nível do ente, mas no nível do ser” (LACAN, [1954-1955], pg. 144).

²⁹ Peço licença para acessar apenas pontualmente um conceito tão vasto e importante para a psicanálise como o falo. Especificamente, nos termos lacanianos da época deste comentário sobre o artigo freudiano, nos interessa aqui saber que falo é o significante que representa a própria significação do desejo da mãe, quando aparece para a criança sua falha em supri-lo todo. “O falo entra em jogo no sistema significante a partir do momento em que o sujeito tem que simbolizar, em oposição ao significante, o significado enquanto tal, quero dizer, a significação” (LACAN, [1957-1958], pg. 248). No capítulo 4 retomaremos mais detalhadamente como se dá essa significação do desejo materno como falo, ao abordarmos a metáfora paterna.

justamente isso que é impossível. O sujeito não é todo nomeado pelos significantes do Outro, há sempre um ponto de falta de significante.

Assim, ao mesmo tempo em que essa falta no Outro significa que, por isso, ele é desejante – há lugar para o sujeito no desejo da mãe – também significa que falta algo no campo do significante, que há um ponto de falta no Outro como lugar do significante que o impede de nomear o sujeito por completo (MILLER, [1983], pg.27).

A fantasia tem, segundo Miller, essas duas vertentes, em sua relação com o Outro faltoso: é uma resposta ao desejo do Outro, como exemplifica o jogo do *fort-da*³⁰ e também se vincula à falta no campo do significante. Por isso, devemos entender a reticência do sujeito em falar de sua fantasia, característica apontada por Freud, como uma demonstração de que ela se localiza neste ponto de falta no Outro como lugar do significante. “Se não há interpretação da fantasia fundamental, é justamente porque a mesma se localiza nessa falta do significante” (*id.*, pg. 28). Essa é outra maneira de retomar o limite da interpretação que pudemos localizar no primeiro capítulo.

Com essas indicações, podemos seguir com a análise da primeira etapa da fantasia apresentada por Freud. Havíamos parado na pergunta sobre por que o encontro com o rival constitui um impasse para o sujeito, a ponto de ser necessário que ele recorra à fantasia como forma de simbolização.

O sujeito atual em análise é capaz de simbolizar, através do primeiro enunciado fantasístico, sua situação primitiva dramática, isto é, o encontro com esse “obstáculo radical” que a criança rival representa quando aparece como uma imagem que parece preencher totalmente o desejo do Outro, e não como representante simbólico do seu desejo. Sobre isso, Lacan dá o exemplo descrito por Santo Agostinho da palidez mortal da criança lactante ao ver seu irmão de leite mamando do peito de sua mãe. Lacan frisa que aí há algo radical e mortífera para o sujeito (LACAN, [1957-1958], pg. 256).

É diante desse impasse, do encontro com a imagem desse outro rival ocupando o lugar onde o desejo do Outro deveria ser significado em termos

³⁰ No jogo do *fort-da*, a ausência do Outro, nesse caso a mãe, põe em evidência seu desejo, pois quando não está, se pode perguntar o que deseja, e o jogo se faz necessário como resposta (MILLER, [1983], pg. 20).

simbólicos – significação fálica – surge a necessidade de inscrevê-lo em um desenvolvimento simbólico, através dessa **solução** fantasística, como chama Lacan essa primeira etapa da fantasia (*id.*, pg. 249-250). Como vimos, isso seria inscrever a situação dramática primitiva na palavra atual do sujeito. E essa solução é exatamente a abolição do rival como sujeito: “*meu pai não o ama*” e, por não ser amado, não ter lugar no seu desejo, o rival não está na relação propriamente simbólica. “O sujeito é abolido no plano simbólico, por ser um nada absoluto ao qual é recusada qualquer consideração como sujeito” (*id.*, pg. 250). Essa solução, essa abolição do rival como sujeito, é chamada por Lacan de “ato simbólico” (*ibid.*), pois, segundo ele, o espancamento, o que apaga o sujeito, é algo significante.

Abolir através de uma fantasia simbólica este que ocupava o desejo do Outro faz com que a pergunta sobre o que o Outro deseja retorne, a báscula própria da significação do desejo retorna e permite que também o sujeito fantasiador possa ocupar esse lugar no desejo do Outro. Aqui entramos na segunda etapa da fantasia.

“*Eu sou espancado por meu pai*”

A segunda etapa é reduzida a dois personagens. Seu texto se torna “*eu sou espancado por meu pai*”. Aqui Freud explica que essa fantasia nunca teve existência real, não é lembrada, nunca chegou a tornar-se consciente. “É uma **construção**³¹ da análise, mas nem por isso é menos uma necessidade” (FREUD, [1919], pg. 183). Vemos aqui, no próprio Freud, um exemplo de construção de uma fantasia cujo autor é o analisante. A fantasia é construída em primeira pessoa, diferentemente dos exemplos que demos acima, no capítulo 1, de comunicações de construções por parte do analista ao analisante. Lacan explica que essa construção é “indispensável para compreender a motivação daquilo que se produz na história do sujeito” (LACAN, [1956-1957], pg. 118). Temos, então, uma construção feita pelo analisante sobre a qual se afirma de saída seu caráter de fantasia sem existência na realidade e também sua necessidade para o seguimento da análise da história do sujeito.

³¹ Grifo nosso.

Segundo Miller, a fantasia fundamental, que ele corresponde ao segundo tempo da fantasia “Bate-se em uma criança”³², nunca aparece na experiência, não só pela hesitação do paciente em comunicá-la, mas porque o lugar em que está localizada essa fantasia no sujeito justamente não faz parte da experiência. Segundo ele, é um efeito próprio da análise a decantação de todas as fantasias ricas em personagens, às quais se refere como “selva de fantasias” (MILLER, [1983], pg. 22). Esta decantação vai na direção de uma formalização, uma simplificação, uma singularização da fantasia, aproximando-se de fórmulas de simplicidade similares às oferecidas por Freud no texto *Uma criança é espancada* (*ibid.*), texto considerado por Miller como o “paradigma analítico da fantasia” (*id.*, pg. 18).

Nesse sentido, a fantasia fundamental³³ é o ponto limite da análise, correspondendo, ainda segundo Miller, ao recalque original, não no sentido de um conteúdo que não se pode dizer, mas sim porque sempre haverá um recalque a mais, já que sempre haverá um significante a mais que pode chegar (*id.*, pg. 23). Como vimos no primeiro capítulo a respeito da interpretação, há um limite na interpretação justamente porque não se chega ao significante último. Aí localiza-se o lugar da construção em análise.

É nessa etapa da fantasia, a construção propriamente dita, que reencontramos a ideia da convergência, discutida em 1.4, em torno da qual Lacan nos oferece o que bem poderia ser uma definição sua do conceito de construção: “O material analítico **converge**³⁴, portanto, para esse estado da fantasia, que tem de ser reconstruído uma vez que nunca aparece, segundo Freud, na lembrança” (LACAN, [1957-1958], pg. 246-247).

Não há possibilidade de passar do primeiro para o terceiro tempo da fantasia sem passar por essa construção no segundo tempo. Cada elemento interpretado na primeira etapa converge para a ideia de que o sujeito está às voltas

³² “Por fantasia fundamental me refiro ao que Freud acentua como segundo tempo da análise de “Bate-se em uma criança”, tempo a propósito do qual diz que nunca aparece na própria experiência como tal” (MILLER, [1983], pg. 21).

³³ Tanto Miller como Lacan usam a expressão *fantasia fundamental*, e não *fantasia primordial*. Escolhemos não superpô-las imediatamente. Poderíamos pensar que a fantasia primordial para Freud é aquilo que há de mais universal para o humano, enquanto a fantasia fundamental é descrita como o mais singular de cada sujeito. Porém, isso não as afasta, já que a fantasia singular do sujeito é justamente uma resposta criada singularmente para o vazio que já está colocado de estrutura para todos os seres falantes. Não existe, assim, singularidade fora da estrutura.

³⁴ Grifo nosso.

com a busca por seu lugar no desejo do Outro. Esta é a base da construção dessa fantasia, assim como a castração era a base da construção da cena primária do *Homem dos lobos*.

Segundo Lacan, este segundo tempo tem o sentido de uma relação privilegiada da menina com seu pai. “Freud admite, assim, que essa fantasia reconstruída pode indicar o retorno do desejo edípiano na menina, o de ser objeto do desejo do pai, com o que isso comporta de culpa, exigindo que ela seja espancada” (LACAN, [1957-1958], pg. 247). Na primeira fantasia, o espancamento aparecia em sua função de abolição do sujeito e, na segunda, aparece como marca de que o sujeito tem um lugar no desejo do agressor. Passa-se da mensagem “*o rival não existe, não é nada em absoluto*”, da primeira etapa, para “*tu existes, e és até amado*” da segunda (*id.* pg. 251). Assim, o sujeito é conduzido na fantasia ao lugar que correspondia ao rival onde “a mesma mensagem chegará a ele, com um sentido totalmente oposto” (*id.* pg. 256).

Vemos, então, que, na lógica da constituição do sujeito no desejo do Outro, o lugar onde se é abolido como sujeito é o mesmo onde o sujeito se constitui. Porém, essa segunda mensagem nunca chega ao sujeito, é preciso *construir* o lugar que o sujeito ocupa no desejo do Outro. Essa construção, explica Lacan, é a construção de uma **significação** do lugar que o sujeito ocupa no desejo do Outro: “A partir desse momento, a fantasia, em sua significação – refiro-me à fantasia em que o sujeito figura como criança espancada –, torna-se a relação com o Outro por quem se trata de ser amado, enquanto ele mesmo não é reconhecido como tal.” (LACAN, [1957-1958], pg. 255-256).

A primeira etapa da fantasia foi a **solução** fantasística para o impasse do encontro com o rival, que ameaçava o lugar do sujeito como desejado pelo Outro. A segunda representou a construção da **significação** desse lugar, significação simbólica. Já a terceira faz operar uma **redução** dessa fantasia, como veremos adiante.

“Bate-se em uma criança”

É na terceira etapa que a fantasia toma sua formulação final “*Bate-se em uma criança*”. A situação original passa por novas transformações. O sujeito volta a ser um espectador, mas o agressor já não é o pai, e sim seu equivalente, como

um professor por exemplo. Lacan propõe, a partir dessa alteração da fantasia, situar essa figura para “além do pai”, isto é, na categoria do Nome-do-Pai³⁵, distinguindo-a do pai na realidade.

Além disso, em vez de uma criança espancada, são muitas, mas nenhuma é individualmente familiar (FREUD, [1919], pg.183). Lacan afirma que essa multiplicação indefinida das crianças espancadas evidencia a relação com o outro, com a imagem do outro (representada por Lacan com *a* minúscula para diferenciá-la do Outro como lugar simbólico, representado com *A* maiúscula), dentre os quais o sujeito se torna indefinido. Isso significa que, como humanos, todos estão sob a lei à qual nos referimos acima, a lei do significante, veiculada pelo Nome-do-Pai: “a função da fantasia terminal é manifestar uma relação essencial do sujeito com o significante” (LACAN, [1957-1958], pg. 252). E o que diz essa lei senão que, sendo humanos, seres de linguagem, todos são castrados, isto é, que todos temos uma falta significante e por isso nos deparamos com o limite da simbolização?

Para explicar melhor essa etapa, Lacan recorre ao seu “Esquema L”, onde o eixo imaginário *a*–*a'*, marcado pela reciprocidade entre o eu e o outro, é atravessado pelo eixo simbólico *S*–*A* (Sujeito – Outro), isto é, pela incidência da palavra do Outro sobre o sujeito. Segundo Lacan, no caso dessa fantasia, a palavra do Outro, que determina as relações entre o eu e o outro, é a seguinte: “*meu pai, batendo numa criança que é a criança que eu odeio, me manifesta que me ama*”, ou, da mesma maneira, “*meu pai bate numa criança de medo que eu acredite que não seja o preferido*”. Esse é o texto que se encontra elidido na neurose e que é reencontrado na fantasia (LACAN, [1956-1957], pg. 120). A fantasia traz o testemunho da incidência dessa palavra do Outro, que indica, através das coordenadas construídas na segunda etapa, o lugar que o sujeito ocupa em seu desejo, a partir das quais ele poderá formar sua história, sua memória, sua estrutura.

Ao ser representado na fantasia como desejante, o Outro aparece como castrado, pois é preciso que a ele lhe falte algo para que deseje. E o lugar que

³⁵ Vimos acima algumas indicações a respeito do conceito de Nome-do-Pai, como sendo o “vetor de uma encarnação da Lei no desejo”. Agrego aqui mais uma referência à definição desse conceito, que Lacan oferece na lição de seu seminário em que comenta o artigo *Uma criança é espancada*, de Freud. Segundo Lacan, “no interior do sistema significante, o Nome-do-Pai tem a função de significar o conjunto do sistema significante, de autorizá-lo a existir, de fazer dele a lei” (LACAN, [1957-1958], pg. 248).

resta para o sujeito é o de ser objeto do desejo do Outro, como veremos melhor em 3.3. É isso o que a terceira etapa da fantasia revela: a posição do sujeito como objeto frente ao desejo do Outro. Por isso Lacan se refere a esta fase da fantasia como *dessubjetivada*:

Resta, com efeito, uma **dessubjetivação** radical de toda a estrutura, em cujo nível o sujeito ali está reduzido ao estado de espectador, ou simplesmente de um olho, isto é, daquilo que sempre caracteriza no limite, no ponto último de sua redução, toda espécie de **objeto**³⁶. É preciso, para vê-lo, nem sempre um sujeito, mas ao menos um olho, que pode não passar de uma tela sobre a qual o sujeito é instituído (LACAN, [1956-1957], pg. 120).

Apesar de na primeira etapa o autor da fantasia também ocupar o lugar de observador, ali ele tinha uma função subjetiva de receptor da mensagem enviada pelo pai através do instrumento que era a criança espancada: que o pai preferia, na verdade, o sujeito. Já na terceira etapa, o observador, como afirma Lacan, se reduz a um olho, um objeto. Não é preciso sujeito, apenas uma tela, nos diz Lacan acima.

Existe aí como que uma redução simbólica, que eliminou progressivamente toda a estrutura subjetiva da situação para deixar subsistir apenas um resíduo inteiramente dessubjetivado e, afinal de contas, enigmático, porque conserva toda a carga – mas a carga não revelada, inconstituída, não assumida pelo sujeito – daquilo que é, no nível do Outro, a estrutura articulada em que o sujeito está engajado (*ibid.*).

A história florida e cheia de significações reduz-se ao máximo, ao ponto de encontrarmos uma cena congelada, testemunho do encontro do sujeito, ainda em posição de objeto, com a palavra do Outro. Isso se demonstra pela instantaneidade à qual o fluxo da memória é reduzido diante dessa fantasia terminal. Lacan compara isso a uma sequência cinematográfica que, de repente, para num ponto, imobilizando seus personagens. Essa instantaneidade marca o momento em que a cena plena, repleta de significantes e que se articula de sujeito a sujeito é reduzida ao que se imobiliza na fantasia (*id.*, pg. 121), poderíamos dizer, à sua fórmula.

Tal seria o estatuto da cena primária, após essa volta que demos com a leitura de Lacan. Ela perde seu valor de mito como significação criada para o que

36

Grifos nossos.

não tem significação e se apresenta instantânea, marca da impossibilidade de reativar essa palavra inaugural do Outro, uma vez que não foi como sujeito que a recebeu e, sim, como objeto.

* * *

A fantasia “*bate-se em uma criança*”, apresentada por Freud em três etapas, mostra um esforço de redução daquilo que era uma encenação repleta de personagens e significações a uma frase, a uma fórmula dessubjetivada, na qual, segundo vimos com Lacan, se congela a relação do sujeito com o Outro, seu lugar como objeto do desejo do Outro, como veremos mais detidamente em 3.3.

A primeira etapa é considerada por Lacan como uma solução fantasística para o impasse do encontro com o rival, que ameaçava o lugar do sujeito no desejo do Outro. Ela marca a passagem de um tempo da fantasia povoada de imagens, quando uma em especial, a do rival, tamponava com sua presença o desejo do Outro (lugar este que deveria estar preenchido por uma significação – falo – que permitisse o funcionamento da cadeia simbólica, de modo que outros significantes, inclusive o próprio sujeito, pudessem vir a ocupá-lo) para sua inscrição no registro simbólico. Em outras palavras, podemos dizer que a primeira etapa da fantasia gera toda uma série de interpretações acerca da figura do pai, da imagem do rival e do próprio fantasiador como observador, interpretações essas que convergem em direção à pergunta sobre o desejo do Outro. A solução que se dá é, justamente, a abertura de um espaço para que o Outro possa aparecer como desejante, isto é, faltando-lhe algo.

Para o sujeito, deparar-se com o desejo do Outro é também deparar-se com a falta de significante último do campo simbólico, isto é, chegar ao ponto limite das interpretações. Vimos, ao longo deste trabalho, que este é o lugar da construção. E é isso o que vai aparecer na segunda etapa da fantasia, uma construção, uma vez que se refere a algo que nunca aparece como lembrança.

Tendo como base da construção da fantasia a ideia de que o sujeito está às voltas com a busca por seu lugar no desejo do Outro, cada elemento interpretado na primeira etapa converge para isso. Como essa segunda etapa da fantasia, que responderia a essa pergunta sobre o lugar do sujeito no desejo do Outro, nunca chega ao sujeito, é preciso *construir* sua **significação**.

Na terceira etapa, a fantasia adquire sua formulação final, revelando a posição do sujeito como objeto, quando reduz o papel do sujeito na fantasia a um olho, segundo Lacan. Por isso Lacan se refere a esta fase da fantasia como *dessubjetivada*. As significações, então, reduzem-se e encontra-se uma cena congelada, demonstrada pela instantaneidade da fantasia terminal, isto é, pelo momento em que a cena repleta de significantes se imobiliza em uma fórmula. A cena a que a fantasia “*bate-se em uma criança*” remete não oferece uma significação para o que não tem significação, mas dá as coordenadas do modo como o sujeito se constituiu no desejo do Outro, ou seja, como um sujeito ele próprio desejante.

Esta é a base da fantasia na qual toda a subjetividade se fundamenta. É isso o que veremos a seguir, com Miller.

3.2

A fantasia funciona como um axioma

Miller ([1983]) analisa a fantasia em três dimensões, a partir das referências de Lacan.

Em primeiro lugar, está a “dimensão imaginária” (MILLER, [1983], pg 29), que corresponde à produção de imagens do mundo e de personagens ao redor do sujeito, com os quais ele se relaciona em uma relação dual, a-a', a relação do indivíduo com suas imagens de outros, representados com letra minúscula para diferenciá-los do Outro como lugar simbólico. Pelos plurais usados acima para referir-se a “imagens” e “outros” já podemos imaginar que essa dimensão da fantasia é marcada pela profusão e riqueza de cenários, personagens e situações.

Em segundo lugar, temos a “dimensão simbólica” (*id.*, pg. 29-30). Aqui se observa que a história que se conta da fantasia obedece a certas regras, certas leis de construção, as leis da língua. Seguindo essa indicação, notamos que “*Bate-se em uma criança*” é uma fantasia cujos três tempos são marcados por variações gramaticais. É preciso que a “selva de fantasias”, marcada por uma profusão de imagens, se decante um pouco para obter a frase da fantasia em suas variações gramaticais.

Para Miller, a “dimensão real” da fantasia, a terceira dimensão, é o que a define como um resíduo impossível de mudar (*id.*, pg. 30). É nesse sentido real que se pode falar de instantaneidade da fantasia, como vimos no final do item 3.1.

Este instante da fantasia, segundo Miller, é o instante que fixa o sujeito em um lugar peculiar, como se pode ler na fórmula $\$ \langle \rangle a$ ³⁷, fórmula com a qual Lacan define a fantasia. O sujeito do significante como tal não tem lugar. Como o significante está sempre em movimento na cadeia, a definição do sujeito também é movediça, pode aparecer aqui ou ali, sendo sua localização sempre equívoca. Na fantasia, contrariamente, “há um lugar para o sujeito. Um lugar fixo... peculiar... escondido... que pode parecer ridículo. (...) Mas cada um tem o seu” (*id.*, pg. 33).

A fórmula $\$ \langle \rangle a$ vai além da fantasia como uma frase em suas variações gramaticais. Ela define a fantasia como a relação do sujeito com um objeto. “É a escritura da fixação do sujeito por um objeto especial” (*id.*, pg. 34).

Miller valoriza muito uma frase de Freud no texto *Uma criança é espancada* que, segundo ele, representa a intuição freudiana desse lugar próprio da fantasia: “Ele [o analista] é obrigado a admitir para si próprio que, em grande medida, essas fantasias subsistem à parte do resto do conteúdo de uma neurose e não encontram lugar adequado na sua estrutura” (FREUD, [1919], pg. 181). Essa falta de lugar na estrutura das neuroses, ou essa posição “à parte”, é o que marca o aspecto real da fantasia, aquilo que não obedece às leis significantes e que marca o limite delas.

Axioma

O desafio da análise é como articular as dimensões simbólica e real, isto é, seu aspecto de frase, com seu aspecto de resíduo. Miller propõe que a definição de Lacan de que a fantasia é um *axioma* permite essa articulação, pois o axioma é uma frase que faz parte do sistema simbólico, mas que, ao mesmo tempo, está no lugar de algo que não muda; faz parte do sistema, mas separado dele (MILLER, [1983], pg. 42).

Num sistema lógico, que é um sistema significante por excelência, os axiomas são certas fórmulas imutáveis. Isso se dá porque eles estão no

³⁷ A fórmula $\$ \langle \rangle a$ é trazida por Lacan pela primeira vez no *Seminário 5*. Porém, abordaremos essa fórmula no item 3.3 usando como referência o *Seminário 10*.

fundamento de um sistema lógico, são seu ponto de partida, apesar de separados do sistema. Por isso não se deixam modificar pelas leis de transformação do resto do sistema. Miller propõe que leiamos a frase de Freud, destacada acima, sobre a separação entre a fantasia e o resto da neurose, da seguinte maneira: a fantasia se liga à estrutura neurótica como o axioma se liga ao sistema lógico, como seu fundamento imutável (*ibid.*). Daí a referência à fantasia axiomática como fantasia fundamental.

Em lógica, um axioma é algo posto no princípio. São postulados que não se podem discutir, pois é a partir deles que todas as verdades, falsidades e verificações vão se produzir; mas antes deles mesmos não há nada. São o ponto de partida e também o ponto limite de um sistema lógico. São uma “criação significativa pura” (*id.*, pg. 54). O axioma, segundo Miller, tem uma significação absoluta, descolada do resto do sistema.

Tomando a afirmação de Lacan de que a fantasia tem uma significação de verdade, Miller afirma que é preciso entendê-la como uma significação de verdade lógica, quer dizer, que, para o sujeito, uma frase única tem em sua fantasia uma significação absoluta, significação de um começo absoluto. Essa significação, é claro, se diferencia da busca infinita de sentidos – significação que sempre levaria a outra significação. Estes sentidos podem ser dados posteriormente.

'Bate-se em uma criança' não diz: 'bate-se em uma criança e eu gosto', ou: 'bate-se em uma criança e me dá medo'. Nesse sentido poderia ser a frase inicial de uma infinidade de romances e dar lugar a um desenvolvimento imaginário que não pode se saber de imediato. Porém, como tal, em si, a frase não diz mais que : 'bate-se em uma criança' (MILLER, [1983], pg. 54-55).

É justamente por vincular dois elementos de dimensões diferentes – sujeito do significante, simbólico, e fixidez em um objeto, real – que a fórmula $S \langle \rangle a$ é paradoxal. Por um lado, o sujeito é efeito da cadeia significante e, por isso, mantém uma mobilidade infinita, sem se fixar em lugar nenhum. O sujeito do significante nunca está presente porque se constitui antes ou depois, tal é seu destino no significante. Por outro lado, a questão torna-se diferente na fantasia, em que há um lugar para o sujeito. A fantasia vem lembrar que o sujeito se apresenta na experiência analítica com uma inércia, com uma resistência proveniente de sua estreita vinculação com o objeto.

Para além de todas as resistências com que a análise se encontra, há uma “resistência fundamental” (*id.*, pg. 49), que aponta não para o difícil de dizer dos recalques secundários, mas para a impossibilidade de dizer da fantasia fundamental. Sobre essa resistência, Miller cita Lacan quando este último se refere a ela como “forma de coerência própria da construção neurótica”. O aspecto real da fantasia, isso que determina sua inércia, aquilo que não muda, é também o que garante a “consistência estrutural da neurose”, afirma Miller (*ibid.*). A fantasia fundamental funciona, então, como “a matriz das formas de coerência de uma construção neurótica” (*ibid.*). Assim, ainda que os sintomas desapareçam como efeito de uma análise, há algo que permanece, que garante à neurose essa coerência estrutural: “É que se obtém, através de uma análise, uma estrutura neurótica de coerência mais pura, e sem prejuízo de que todos os sintomas, é claro, tenham se dissipado” (*ibid.*).

Travessia

Justamente porque a fantasia fundamental é responsável pela “consistência estrutural da neurose” e porque há uma “resistência fundamental” em tocá-la, é que Lacan fala em “travessia” da fantasia (LACAN, [1964], pg. 258), e não desaparecimento da fantasia, como se poderia falar do sintoma, o que é destacado por Miller.

A análise pode ser interrompida quando há um alívio dos sintomas, no sentido terapêutico, porque isso também é um efeito da análise, ainda que não visado diretamente. Porém, o fim de análise formulado por Lacan vai além da finalidade terapêutica, chegando ao desvelamento e à travessia da fantasia fundamental.

O final de análise em termos de atravessamento da fantasia, segundo Miller, traz justamente a questão de como se pode transformar a relação do sujeito com essa significação axiomática absoluta que é a fantasia. Como resultado, produz-se certa distância entre o sujeito e o axioma que o fixa, de modo que ele não seja mais tapeado por sua fantasia. “Que significa a travessia da fantasia? (...) Trata-se não do desaparecimento da fantasia, mas de não ser enganado pela própria. É verdade que isto é essencial para a análise. É essencial que se tenha a possibilidade de tomar certa distância com respeito a sua própria fantasia”

(MILLER, [1983], pg. 69).

A culminação da análise precisa produzir uma vacilação desse vínculo entre sujeito e objeto próprio da fantasia (*id.*, pg. 52). Isso não quer dizer que o sujeito no fim de análise não tenha fantasia, mas, sim, que obtenha um ponto de vista sobre seu próprio comportamento no mundo e sobre sua própria maneira de responder ao desejo do Outro (*id.*, pg. 66).

A expressão “atravessamento da fantasia”, ou “travessia da fantasia” foi valorizada por Miller a partir de uma passagem do *Seminário 11* de Lacan, em que este afirma que viver até o fim a experiência analítica significa haver atravessado a fantasia e tornado-a pulsão.

É para além da função do *a* que a curva se fecha, lá onde ela jamais é dita, concernente à saída da análise. A saber, depois da distinção do sujeito em relação ao *a*, a experiência da fantasia fundamental se torna a pulsão. O que se torna então aquele que passou pela experiência dessa relação, opaca na origem, à pulsão? Isto é o mais-além da análise, e jamais foi abordado. Isto só é, até o presente, abordável no nível do analista, na medida em que seria exigido dele ter precisamente **atravessado**³⁸ em sua totalidade o ciclo da experiência analítica (LACAN, [1964], pg. 258).

Na citação acima podemos ler a radicalidade dessa travessia, de modo que Lacan a restringe à experiência no nível do analista. Na verdade, a formulação lacaniana do final de análise corresponde à passagem do analisante a analista. Se uma análise chega ao seu fim, há a produção um novo sujeito, e isso tem efeitos no desejo, que passa a estar descolado da fantasia. Tal é o desejo do analista, que não corresponde ao desejo de querer o bem do paciente.

Em *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*, Lacan aborda esse tema da passagem de analista a analisante. Nesse escrito, ele se refere ao fim de análise em termos de “destituição subjetiva”, afirmando que o fim da relação transferencial faz o analisante “decair de sua fantasia e o destitui como sujeito” (LACAN, [1967b], pg. 257). Podemos entender essa destituição subjetiva como a queda dos significantes advindos do Outro, que representavam o sujeito. O Outro, incapaz de oferecer o significante último de identificação do sujeito, aparece no fim de análise como essencialmente faltante. Neste ponto, destituído como sujeito, o que aparece é sua posição de objeto do Outro. “Em análise, o sujeito a princípio tem que ser instituído, assim como o sintoma tem que emergir e

³⁸ Grifo nosso.

a fantasia deve ser construída. No final, o sujeito tem que ocasionar sua própria destituição, e sua castração deriva realmente do fato de que o Outro é barrado” (DUNAND, 1997, pg. 271).

Assim o trabalho de construção da fantasia feito em análise vai delineando, através das coordenadas **ficcionais** da história do sujeito, a relação axiomática do sujeito com – e como – objeto. O atravessamento da fantasia seria ir além dessas ficções para verificar que, por trás da ficção fundamental, que determina a relação do sujeito com o objeto não há nada, isto é, há a falta significante como tal. “Com a fantasia se trata, na verdade, e sobretudo, de ir ver o que está por detrás. Coisa difícil porque, para dizê-lo rapidamente, detrás não há nada” (MILLER, [1983], pg. 15).

Essa noção radical de travessia da fantasia como final de análise traz a pergunta se essa formulação do fim seria generalizável para todos. Lacan critica a diferença que se faz entre análise didática e análise leiga. Segundo ele, “não há senão uma psicanálise, a psicanálise didática – o que quer dizer uma psicanálise que tenha fechado esse cerco até seu termo” (LACAN, [1964], pg. 258). Isto é, toda análise levada ao seu fim terá produzido um analista, pelos motivos que vimos acima. Porém, numa análise com crianças, por exemplo, poderíamos nos perguntar se convém atravessar as ficções que foram produzidas para dar um lugar fantasístico ao objeto, já que, muitas vezes, o que está em jogo com as crianças é que elas próprias deixem de ocupar com seu corpo o lugar de objeto. Abordaremos esse tema no capítulo 4, a título de discussão.

Por agora, nos aproximamos do final deste trabalho, em que procuraremos discernir as coordenadas dessa relação de objeto entre o sujeito e o Outro.

* * *

Considerando a divisão que Miller faz da fantasia em três dimensões, a partir das referências de Lacan, impõe-se o desafio de articular a dimensão simbólica – seu aspecto de frase com suas variações gramaticais – com a dimensão real – seu aspecto de resíduo impossível de mudar, instantâneo.

A resposta que Miller oferece, a partir de Lacan, é que a definição da fantasia como um **axioma** permite essa articulação. O axioma pode responder a essa articulação entre simbólico e real porque é o que ocupa o lugar de

fundamento de um sistema lógico, seu ponto de partida e de limite, é uma frase que faz parte do sistema, mas mantém um lugar separado dele.

A fórmula da fantasia ($\$ \langle \rangle a$), lida como um axioma, é o que permite articular esses dois registros. Por isso mesmo, ela apresenta-se paradoxal, já que conjuga esses dois elementos: sujeito e objeto. De um lado, está o sujeito que é efeito da cadeia significante, móvel, que não se fixa em lugar nenhum. De outro, está o objeto real e inerte, que fixa o sujeito em um lugar peculiar.

Essa fórmula fundamental que fixa o sujeito em uma relação com um objeto é, segundo Miller, o que garante a coerência de uma neurose. Ainda que os sintomas desapareçam, essa coerência estrutural da fantasia permanece. A análise não pode almejar a mudar ou apagar esse axioma que sustenta o sujeito. Por isso, o final de análise aponta não para o fim da fantasia, mas para uma nova relação com esta.

O final de análise lido como uma travessia da fantasia, expressão utilizada por Lacan no *Seminário II*, se refere a isso: como transformar a relação do sujeito com essa significação axiomática absoluta? Porém, podemos nos perguntar se essa leitura do final de análise vale para todas as análises, em especial a de crianças, como veremos no capítulo 4.

A seguir, daremos continuidade a nossa investigação, colocando uma lupa sobre a fórmula $\$ \langle \rangle a$, de modo que possamos analisar com mais proximidade o que está em jogo nessa relação do sujeito com o objeto. Para isso, devemos partir da ideia de que a constituição do desejo do sujeito se dá a partir de sua relação com o desejo do Outro. Assim, poderemos chegar à ideia de que o objeto da fantasia do sujeito, de seu desejo, corresponde ao objeto que o próprio sujeito foi para o Outro. Isto é a construção da fantasia, tema desta dissertação.

3.3

O objeto na fantasia

Incluir o objeto na conceitualização da fantasia é defini-la como a articulação entre sujeito e objeto. Buscaremos demonstrar que a construção da fantasia é a construção feita pelo sujeito de seu lugar de objeto do desejo do

Outro, o que lhe permite relacionar-se com o objeto em jogo em seu próprio desejo.

Lacan introduz, pela primeira vez, o matema da fantasia – $\$ \langle \rangle a$ – em seu *Seminário 5, As formações do inconsciente*. Porém, neste momento, o “a” representado na fórmula dizia respeito ao objeto imaginário, à imagem do outro. Mais tarde, no *Seminário 10, A angústia*, esse “a” é conceitualizado em sua faceta real, e a leitura dessa fórmula sofre modificações. Nosso foco aqui, ao tomar a fórmula da fantasia para afirmar que esta trata da construção da relação entre sujeito e objeto, será o objeto *a* tal como foi teorizado a partir do *Seminário 10*.

O desejo do homem é o desejo do Outro

Como Lacan afirma logo na introdução do *Seminário 10*, a estrutura da angústia é a mesma estrutura da fantasia (LACAN, [1962-1963], pg. 12). Isso justifica que abordemos a fantasia através da estrutura da angústia.

Segundo Lacan, há uma relação essencial da angústia com o desejo do Outro. Para demonstrá-lo, utiliza um apólogo no qual, vestido com a máscara de um animal, ele se vê frente a outro animal gigante. Por não saber qual máscara ele próprio levava, a angústia surgia por imaginar que o outro animal pudesse tomá-lo por sua presa. Essa metáfora corresponde à pergunta que o sujeito faz frente ao Outro: *Che vuoi?*, ou *Que quieres?*, pergunta esta que Lacan considera a chave daquilo que a doutrina freudiana introduz sobre a subjetividade (*id.*, pg. 14). Por não saber que objeto se é para o Outro, a angústia surge como resposta frente ao sinal do seu desejo.

Esse é o momento em que o sujeito se vê dividido. Segundo Lacan, “quando vocês já não sabem o que fazer de si mesmos, procuram alguma coisa em que se escorar. É justamente da experiência da barra que se trata” (*id.*, pg. 19-20), e assim introduz o sujeito barrado, $\$$, dividido frente ao desejo do Outro.

Lacan faz referência à fórmula hegeliana “o desejo do homem é o desejo do Outro”, mas dá sua própria interpretação. Explica que é no plano do que falta ao Outro, sem que este saiba, que o sujeito está preocupado, não havendo outra via para encontrar o que falta ao sujeito quanto ao objeto de seu desejo.

É por isso que, para mim, não só não há acesso a meu desejo, como

sequer há uma sustentação possível de meu desejo que tenha referência a um objeto qualquer, a não ser acolando-o, atando-o a isto, o \$, que expressa a dependência necessária do sujeito em relação ao Outro como tal. (LACAN, [1962-1963], pg. 33).

E esta é a função da fantasia enquanto “suporte do desejo” (*id.*, pg. 32): sustentar o desejo do sujeito na medida em que faz referência ao seu lugar como objeto do desejo do Outro. Não podemos perder de vista aqui que o Outro ao qual Lacan se refere, com letra maiúscula, difere do outro, como um semelhante: é o Outro como lugar do significante, como vimos. É um semelhante entre outros, mas com essa função particular de introdução do sujeito no mundo do significante.

Acompanharemos o esquema abaixo que Lacan faz dessa relação do sujeito com o Outro, que é um esquema da operação matemática da divisão.

$$\begin{array}{c|c} A & S \\ \$ & A \\ a & \end{array}$$

(LACAN, [1962-1963], pg. 36)

Começamos situando o Outro com um A maiúsculo, o Outro originário como lugar do significante. Do outro lado está o sujeito ainda não existente, isto é, que ainda será determinado pelo significante. Ao encontrar-se com o significante, que vem do Outro, e constituir-se como sujeito, temos então um sujeito barrado pelo significante, \$, que é o quociente do encontro do sujeito com o Outro. Esse encontro também põe a barra sobre o Outro, pois, quando aparece como desejante, o Outro também está caracterizado por sua falta, isto é, não possui o significante último que viria a representar o sujeito. Por fim, temos o resto da operação, que aqui se situa como o *a*, aquilo que falta ao Outro, o objeto de seu desejo. Vemos abaixo que \$ e *a* estão do lado do Outro, pois a fantasia ($\$ \langle \rangle a$), apoio do desejo, está do lado do Outro, ela é a conexão com o Outro; enquanto do outro lado tem-se o inconsciente, segundo Lacan o Outro barrado, na medida em que não é alcançável pelo sujeito.

Seguindo a lógica hegeliana, o sujeito precisa do desejo do Outro para ser reconhecido por ele. Porém, ao exigir ser reconhecido, só pode ser reconhecido

como objeto. Obtendo o que queria, ser objeto do reconhecimento, o sujeito se encontra com a impossibilidade de suportar-se como objeto. Então não há saída, a não ser pela violência, afirma Lacan (*id.*, pg. 33).

Já a leitura lacaniana prevê uma **mediação** entre o desejo do Outro e seu objeto, pois designa para a relação com o desejo do Outro uma “imagem suporte desse desejo”, $i(a)$, sobre a qual afirma que “aqui, é a fantasia” (*id.*, pg. 34).

Temos, então, dois tipos de identificações possíveis para o sujeito em sua tentativa de reconhecimento pelo Outro. Começando da segunda, temos a identificação com $i(a)$, uma imagem; a primeira, mais misteriosa, é a identificação com o objeto de desejo enquanto tal, a (*id.*, pg. 46).

Segundo Lacan, estes dois pilares, $i(a)$ e a , são o suporte da função do desejo. “Se o desejo existe e sustenta o homem em sua existência de homem, é na medida em que a relação ($\$ \langle a \rangle$) é acessível por algum desvio, em que certos artificios nos dão acesso à relação imaginária constituída pela fantasia” (*id.*, pg. 51). Isto nos indica que a relação com a , objeto do desejo na fantasia, não é acessível diretamente pelo sujeito. O homem só tem a imagem virtual de seu objeto, e quanto mais se aproxima dela, mais se afasta do objeto real.

Fantasia: defesa contra a angústia

Para entender melhor isso, abordaremos o esquema óptico, que Lacan resgata neste seminário.

Lacan introduz, em seu *Seminário I: os escritos técnicos de Freud*, um elaborado esquema, baseado em um experimento realizado pelo físico Henri Bouasse (LACAN, [1953-1954], pg. 168). Nele, através da combinação de espelhos curvo e plano, somos levados a ver dois objetos separados, um vaso e um ramo de flores, de modo que pareça que o vaso contém as flores. Lacan utiliza esse experimento para elaborar a constituição do sujeito, a partir da dialética do narcisismo freudiana. No esquema, as flores representam o corpo real, que só é visto pelo sujeito $\$$, quando este se encontra numa posição específica, através de sua imagem virtual. O vaso é o envoltório imaginário que funciona como suporte do corpo real. O espelho plano, designado pela letra A, representa o Outro, campo simbólico por meio do qual o sujeito encontra sua própria imagem.

Este esquema é retomado por Lacan em diversos momentos de seu ensino.

No *Seminário 10*, há algumas mudanças em seu uso. O corpo pulsional, representado por a , não se inscreve como imagem no campo do Outro. Seu correspondente, do lado direito, aparece como um furo, uma ausência, algo que não se projeta na imagem especular, representado por $(-phi)$.

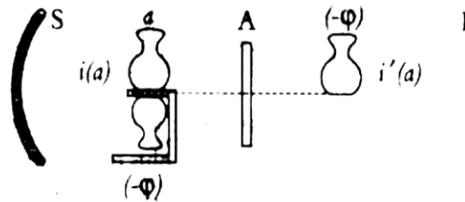


Schéma simplifié

Figura 1: Lacan, 1962/2004, p. 50.

(LACAN, [1962-1963], pg. 49)

Na constituição do sujeito, nem tudo o que é investido libidinalmente passa pela imagem especular, nem tudo passa para o campo do Outro. Há sempre algo que falta e, no esquema acima, isto é representado pelo falo $(-phi)$: “em tudo o que é demarcação imaginária, o falo virá, a partir daí, sob a forma de uma falta” (*ibid.*). Vimos isso rapidamente em 3.1, quando definimos o falo como a significação do desejo, isto é, aquilo que falta.

Assim, a imagem $i'(a)$ que aparece no Outro, do lado direito do esquema, é caracterizada por uma falta. Essa é a imagem que orienta o desejo, e aqui vemos que este é posto essencialmente em relação com uma ausência $(-phi)$. Essa ausência, por sua vez, refere-se a uma presença que estaria em outra parte, do lado esquerdo do esquema, e que governa a ausência em questão, mas sendo inapreensível pelo sujeito. Aqui estamos falando do objeto a em sua função na fantasia (*id.*, pg. 55). Em outras palavras, a presença do objeto a como suporte do desejo na fantasia é inalcançável pelo sujeito e, por isso, só pode aparecer sob a forma de uma falta $(-phi)$.

A dialética do desejo é marcada, assim, pela busca do homem por aquilo que imagina ser o objeto suporte de seu desejo, $i'(a)$, mas este se refere a outro objeto, a , perto demais do sujeito para que ele possa vê-lo. Esse é o desvio, a mediação à qual se refere Lacan quando inclui a fantasia na relação entre o desejo do homem e o desejo do Outro.

Esta mediação se faz necessária porque Lacan situa o surgimento da angústia quando algo, qualquer coisa, aparece no lugar de $(-phi)$, que deveria estar

vazio, isto é, quando “a falta vem a faltar” (*id.*, pg. 52). Este lugar de (-*phi*) corresponde, no lado esquerdo, ao objeto *a*. Retomando a referência ao *fort-da* freudiano de *Além do princípio do prazer*, Lacan explica que não é a alternância da presença-ausência da mãe o que provoca a angústia da criança, pois a possibilidade da ausência é o que dá segurança à presença.

O que há de mais angustiante para a criança é, justamente, quando a relação com base na qual essa possibilidade [da ausência] se insitui, pela falta que a transforma em desejo, é perturbada, e ela fica perturbada ao máximo quando não há possibilidade de falta, quando tem está o tempo todo nas costas dela, em especial a lhe limpar a bunda, modelo da demanda, da demanda que não pode falhar (Lacan, [1962-1963], pg. 64).

Com essa afirmação, entendemos melhor o primeiro tempo da fantasia “*bate-se em uma criança*”. A criança é tomada de angústia quando aparece a imagem do rival ali onde deveria haver a falta materna, onde a resposta sobre o desejo do Outro deveria ser uma falta, isto é, o falo (-*phi*). É aí que se faz necessária, justamente, a fantasia “*meu pai bate numa criança que eu odeio*”, que, abolindo o rival, recoloca a ausência em seu devido lugar para apaziguar a angústia.

Situamos assim a emergência da angústia: quando aparece algo no lugar que deveria estar vazio, isto é, quando se revela a presença (*a*) pela qual está determinada a ausência (-*phi*). O lugar da falta aparece como se estivesse preenchido, de modo que não haveria então lugar para o desejo, já que para que haja desejo é preciso que haja falta. Vemos, então, que o lugar da emergência da angústia é exatamente o mesmo lugar onde o sujeito encontra garantido seu desejo, sua condição de sujeito desejante: (-*phi*).

Segundo Lacan, este lugar é a “casa do homem”³⁹, no sentido em que o homem encontra sua casa em um ponto situado no Outro, para além da imagem de que somos feitos (*id.*, pg. 58). Esse ponto situado no Outro é, como vimos, seu ponto de falta, que permite que o sujeito tenha um lugar em seu desejo. Se a falta está garantida, há lugar **simbólico** para o sujeito, lugar este que ele ocupa sem preencher. Justamente, é nesse ponto, em que a falta deveria ser garantida, que

³⁹ Lacan utiliza aqui ao termo “casa” referindo-se ao fenômeno do *Unheimlichkeit* freudiano, o estranho familiar, em que a estranheza de *Unheim* é o que se encontra no ponto do *Heim*, familiar. *Heim* em alemão tem o sentido de “casa”, e por isso Lacan designa *Heim* como (-*phi*), a “casa do homem”, lugar onde, justamente, podem aparecer a estranheza e a angústia (LACAN, [1962-1963], pg. 57-58).

aparece a angústia, caso algo venha a aparecer aí.

A coincidência desses dois lugares – o lugar da falta em que se constitui o sujeito e o lugar da angústia quando se revela a presença à qual corresponde a ausência – determina que o que aparece em (-*phi*), quando algo aparece ali referido ao objeto *a*, só pode ser a presença do sujeito em sua própria posição de objeto do Outro. É isso o que está velado sob (-*phi*), mas que está o tempo todo determinado pela presença de *a* (do lado esquerdo do esquema especular).

Nesse ponto *Heim* [casa], não se manifesta simplesmente aquilo que vocês sempre souberam, que o desejo se revela como desejo do Outro – aqui desejo *no* Outro –, mas também que **meu desejo, diria eu, entra na toca em que é esperado desde a eternidade, sob a forma do objeto que sou**⁴⁰, na medida em que ele me exila de minha subjetividade, resolvendo por si todos os significantes a que ela está ligada (LACAN, [1962-1963], pg. 58-59).

Assim, afirma Lacan, o sujeito só tem acesso ao seu desejo quando se substitui a esse objeto (*id.*, pg. 59). Porém isso só é possível através da fantasia, pois o lugar de objeto *a* que o neurótico ocupa em sua fantasia é um *a* postiço, “cai-lhe quase tão mal quanto polainas num coelho” (*id.*, pg. 60). “O objeto *a* que funciona em sua fantasia e que lhes serve [aos neuróticos] de defesa contra a angústia é também, contrariando todas as aparências, a isca com que eles fisgam o Outro” (*id.*, pg. 61). Ocupando o lugar de isca, de *a* postiço, na fantasia, o sujeito fisga o Outro, garantindo seu lugar no campo simbólico, mas ao mesmo tempo defende-se de se identificar com o objeto *a* enquanto tal, o que seria insuportável para ele.

Assim, **o que garante que o sujeito se substitua – como *a* postiço – ao objeto que é para o Outro, permitindo o acesso ao seu desejo, é a fantasia.** Esta serve como uma defesa contra a angústia, para recobri-la, na medida em que constrói uma ficção que dá lugar ao objeto, de modo que o sujeito não apareça ele próprio como objeto.

* * *

Procuramos definir a fantasia como a articulação entre sujeito e objeto, sendo a fantasia a construção feita pelo sujeito de seu lugar de objeto do desejo do

⁴⁰ Grifo nosso.

Outro.

Partindo da afirmação de Lacan de que a fantasia tem a mesma estrutura da angústia, localizamos algumas coordenadas da angústia oferecidas por Lacan em seu *Seminário 10* para chegar à definição da fantasia que buscamos. Vimos que a angústia surge como resposta frente ao sinal do desejo do Outro, por não saber que objeto se é para o Outro.

Lacan utiliza a fórmula hegeliana “o desejo do homem é o desejo do Outro”, mas nela inclui uma mediação entre o desejo do Outro e seu objeto, que ele faz corresponder à função da fantasia. Por um lado, teríamos a identificação do sujeito com a imagem – mediada pela fantasia – do objeto de desejo do Outro; e, por outro, teríamos a identificação com o objeto *a* como tal.

Como vimos, Lacan situa o surgimento da angústia quando algo, qualquer coisa, aparece no lugar de (-*phi*), que deveria estar vazio, isto é, quando a falta falta. Por isso a mediação se faz necessária, para garantir que o espaço vazio necessário ao desejo não seja preenchido totalmente, o que levaria à angústia.

Quando o lugar da falta aparece como se estivesse preenchido, não haveria então lugar para o desejo. Isso determina a coincidência entre o lugar da falta onde se constitui o sujeito e o lugar da angústia. Assim, o que aparece nesse lugar (-*phi*), provocando angústia, é justamente o objeto que o sujeito é para o Outro.

Para aceder ao seu desejo, é preciso que o sujeito se substitua ao objeto que é para o Outro. Isso se dá através da fantasia, que traz à *cena* o sujeito ocupando um lugar de objeto *a* posticho, como objeto de desejo do Outro, mas que não o preenche totalmente.

Conclusão

No terceiro capítulo, fizemos um percurso através do qual chegamos a entender como se dá a construção da fantasia numa leitura lacaniana. Havíamos chegado, no final do segundo capítulo, a diferenciar duas leituras possíveis da construção da fantasia: o mito e o matema, distintos, mas não excludentes.

A partir daí, acompanhamos o que seria o processo de redução da fantasia em análise, que é transmitida no ensino de Lacan através da “matematização” da

fantasia a uma fórmula. Procuramos demonstrar esse processo através da análise da fantasia “*bate-se em uma criança*”, apresentada por Freud. O percurso pelas três etapas dessa fantasia foi no sentido de uma redução daquilo que era uma encenação repleta de personagens e significações a uma frase, a uma fórmula dessubjetivada, na qual se congela a relação do sujeito com o Outro. As interpretações ao redor de cada etapa da fantasia, convergentes, se depositam para delinear uma frase final.

Através das indicações de Miller, vimos que essa frase final da fantasia, sua fórmula, tem a função de um axioma para a estrutura neurótica, algo que está no fundamento da neurose, que dá a ela sua consistência, mas que, ao mesmo tempo, está separado dela. O axioma da neurose, isto é, a fantasia fundamental, é o que fixa o sujeito em uma relação essencial com um objeto. Esta relação do sujeito com o objeto, por estar na base da constituição do sujeito, não pode ser removida. Por isso, Lacan propõe para o final de análise não um apagamento da fantasia, mas seu atravessamento, que criaria uma nova forma de relação do sujeito com o axioma que o rege.

Por fim, para chegar à afirmação de que o axioma da fantasia fixa a relação entre sujeito e objeto, foi preciso localizar o que determina essa relação, o que está em sua base. Foi assim que chegamos à relação do sujeito com o desejo do Outro.

A partir da fórmula hegeliana “o desejo do homem é o desejo do Outro”, vimos que, para ser reconhecido pelo Outro, o sujeito deve se identificar com a imagem – mediada pela fantasia – do objeto de desejo do Outro. Caso contrário, sem essa mediação, encontraria a angústia, sinal de que no lugar de *(-phi)*, que deveria se manter vazio, apareceu uma presença – objeto *a* – a que o *(-phi)* corresponde. Sendo o lugar da aparição da angústia o mesmo da constituição do sujeito no desejo do Outro, vemos que o que aparece é a posição do sujeito como objeto do Outro. Assim, para ter acesso ao seu desejo, é preciso que o sujeito tenha passado pela angústia, experimentada por ter sido objeto do Outro, mas que isso seja mediado pela fantasia, que garante, através da ficção construída, que o objeto que o sujeito ocupa para o Outro em sua fantasia seja posição, não a preencha de todo.

Voltamos então aos três tempos da fantasia “*bate-se em uma criança*”, para relacioná-los com o que estudamos depois.

Em primeiro lugar, supõe-se uma experiência de angústia do sujeito frente ao preenchimento, pelo rival, do lugar no desejo do Outro que deveria estar vazio. A resposta fantasística nesse momento – o espancamento – dá as coordenadas do acesso ao desejo do Outro, já que o lugar em que se é abolido como sujeito, isto é, em que se aparece como objeto, é o mesmo lugar da constituição do sujeito no desejo do Outro.

Assim, a construção do segundo tempo da fantasia, onde é o próprio sujeito quem é espancado, vem definir a relação do sujeito como objeto do Outro, a partir da pista do espancamento. O sujeito ganha assim uma localização fixa, em relação ao objeto que é para o Outro, que funciona como um axioma: “eu sou aquele que é espancado pelo Outro”. Este axioma do segundo tempo da fantasia, apesar de inacessível ao sujeito por estar fora do sistema lógico, e por isso tem que ser construído, determina o modo de gozo do sujeito e, por isso, todas as relações de objeto do sujeito. Este é o tempo da construção em análise propriamente dito, quando a construção da ficção “*eu sou espancado por meu pai*” dá um lugar ao sujeito como objeto *a* posição, ainda mediado pela imagem *i(a)* que faz parte do campo simbólico.

Por fim, a terceira etapa da fantasia constitui a dessubjetivação como tal. O sujeito aparece como um objeto: um olho apenas, como vimos. Chegar a ver-se como um olho, um objeto, implica haver atravessado todas as ficções que a fantasia oferece ao sujeito para mediar sua relação com o Outro. Poderíamos dizer que essa cena, instantânea, marca o que resta da fantasia após sua travessia, destituindo o sujeito de sua condição de sujeito. A partir daí, uma nova relação com a fantasia e com o objeto seria criada, na passagem de analisante a analista.

Porém, para fins desse estudo, não chegamos a desenvolver as consequências dessa travessia, pois apenas a diferenciamos do que seria a construção da fantasia, chegando à ideia de que a construção é diferente da travessia, mas é uma pré-condição desta. Ficamos ainda com a pergunta se, em psicanálise com crianças, tema motor dessa investigação, podemos falar em travessia da fantasia.

O motor deste trabalho surgiu com uma indagação sobre o final de análise das crianças e a construção da fantasia. Porém, para chegar a ela, tivemos que percorrer um longo caminho que passou pela definição do conceito de construção e do que ela produz ao longo do percurso de uma análise. Chegamos a dizer que a

construção da fantasia é o trabalho que se faz em análise de localização do sujeito como objeto do desejo do Outro. E essa localização é ficcional, prévia ao atravessamento das ficções.

Após ter chegado neste ponto final de nosso trabalho, traremos ainda, sob a forma de uma discussão, o questionamento acerca de se poderíamos afirmar que a construção da fantasia, correspondente ao segundo tempo da fantasia “*bate-se em uma criança*”, também poderia ser considerado um final de análise com crianças, uma vez que constrói uma ficção que dá lugar ao objeto, impedindo que o próprio sujeito se veja como objeto do Outro.

4

A construção da fantasia na psicanálise com crianças: dar lugar ao objeto

Desde o final da graduação, minha prática clínica foi, aos poucos, se direcionando ao trabalho com crianças, sem, contudo, ter havido uma exclusão do atendimento de adultos. Atualmente, esta prática com crianças se concentra principalmente em duas instituições, como foi dito na introdução desta dissertação.

A partir dessas experiências clínicas, algumas perguntas e hipóteses sobre a especificidade do trabalho com crianças, especialmente aquelas em torno da construção da fantasia, se impuseram. Essas questões se organizam a partir de duas evidências. A primeira delas é a de que uma análise com crianças, mesmo levada a seu fim, não prevê um atravessamento da fantasia, tal como Miller o teorizou a partir das indicações de Lacan. O fim da análise nesses termos não só não pode ser pensado para a psicanálise com crianças, como é, na verdade, uma teorização própria da passagem de analisante a analista, de modo que tampouco é a regra geral para o final de análise de qualquer adulto. Essa evidência leva a uma primeira pergunta: o que está em jogo no final da análise com crianças, se não é o atravessamento da fantasia? E, após todas as páginas precedentes sobre a construção da fantasia, podemos supor que esta tem algo a ver com esta questão.

A segunda evidência clínica é consequência de um fenômeno bastante discutido em diversos âmbitos. As organizações sociais que tinham como base as figuras de autoridade aparecem cada vez mais raramente na atualidade. Essas mudanças histórico-sociais geram efeitos nos sujeitos contemporâneos, pois é fato que, na clínica atual, não podemos mais sempre contar com a organização neurótica baseada na figura de autoridade que, no vocabulário psicanalítico, leva o nome de “pai”.

Laurent ([1999]) afirma que Lacan interroga, a partir do reexame do Édipo freudiano, se é possível dizer que o pai de uma criança é ainda um pai no sentido freudiano (LAURENT, [1999], pg. 36). Esse “sentido freudiano do pai” refere-se principalmente ao mito do pai da horda, descrito por Freud em *Totem e Tabu* (FREUD, [1913-1914]), segundo o qual o pai simbólico – morto – regula a

organização dos irmãos, garantindo a distribuição de gozo de maneira conveniente para que haja sociedade. Nesse sentido, o pai freudiano, segundo Laurent, tem ainda um “estatuto trágico”, que não pode mais ser assegurado hoje em dia, em um mundo transformado pela ciência e pelo discurso do capitalismo (LAURENT, *op. Cit.*, pg. 36). O pai atual é, então, descrito bem diferentemente:

É um pai que nos resulta conhecido: o estatuto do pai moderno é o do pai humilhado, o pai de família como trabalhador enquanto traz seu salário para casa e a quem cada vez mais se pede unicamente que seja um trabalhador aplicado, a partir de uma distribuição geral da responsabilidade de forma democrática, definida pela lei, mas em forma nada trágica, até o ponto de que se tem um bom seguro contratado, pode desaparecer: as crianças serão educadas etc. O que mais se pode pedir? (LAURENT, [1999], *ibid.*).

Porém, mesmo partindo dessa descrição um tanto quanto pessimista, a revisão que, segundo Laurent, Lacan faz do Édipo freudiano, não vai no sentido de criar estratégias de resgate do estatuto trágico do pai. Pelo contrário, o avanço e as voltas que Lacan dá sobre sua própria teoria, como veremos, permitem que a psicanálise em geral e, nesse caso, especialmente a psicanálise com crianças, não dependa da fé no “bom papel que podem assumir os pais” (*Id.*, pg. 42), permitindo à psicanálise o acolhimento dos sujeitos que a procuram sem que isso signifique formatá-los a um esquema previamente determinado.

A partir de um célebre texto de Lacan – *Nota sobre a criança* ([1969]) – abordaremos a seguir um aspecto importante da diferença como os sujeitos se apresentam na atualidade, segundo minha própria experiência permite afirmar: cada vez mais as crianças aparecem nos consultórios muito próximos a uma posição de objeto da fantasia materna, o que não é exclusivo de crianças autistas e psicóticas. Veremos a seguir o que entendemos por objeto da fantasia materna.

Em seguida, procuraremos assim justificar a pertinência de dar atenção à abordagem clínica necessária para essas crianças. Por fim, tentaremos demonstrar como a construção da fantasia, vista como um trabalho em análise que se faz tendo em conta o objeto *a*, ou seja, como um trabalho de localização do sujeito como objeto do desejo do Outro, nos permite teorizar a análise com crianças e seu

fim, sem contar com o resgate do “bom papel” do pai.

4.1 A criança como sintoma

Em *Nota sobre a criança*, Lacan distingue duas posições que a criança pode ocupar sintomaticamente. A primeira, que ele considera mais complexa, porém mais acessível às intervenções, é a posição de *representante* da verdade do casal parental, do que existe de sintomático na estrutura familiar (LACAN, [1969], pg. 369). A palavra “representante” aponta para uma metáfora, isto é, para um significante que surge no lugar de outro significante, substituindo-o (LACAN, [1957-1958], pg. 180). Desse modo, a criança não está localizada diretamente como um corpo real, mas sim como presença no discurso dos pais, onde intervém tanto o desejo da mãe como a lei paterna (Nome-do-Pai), como vimos em 3.1 acerca de uma indicação de Lacan precisamente do mesmo texto em questão.

Laurent ([1999]) frisa que, em *Nota sobre a criança*, podemos ler que, quando a criança se coloca em posição de sintoma, não é em posição de sintoma da mãe e, sim, sintoma do desejo da mãe articulado ao Nome-do-Pai (LAURENT, [1999], pg. 16). E, para isso, ele afirma, é preciso desenvolver a fórmula completa da metáfora paterna, tal como Lacan a escreveu.

$$\begin{array}{l} \underline{NP} . \underline{DM} = NP (1) \\ \underline{DM} \quad x \quad \quad \quad (\text{falo}) \end{array}$$

Ao formular os papéis em jogo no complexo de Édipo em termos de metáfora, Lacan localiza a função do pai (NP = Nome-do-Pai) como sendo um significante que substitui outro significante. Este primeiro significante introduzido na simbolização é a mãe, mais especificamente o desejo materno (DM), na medida em que falta algo à mãe. A mãe, através de seu desejo, já está vinculada ao terceiro termo da fórmula, *x*, incógnita que designa o significado do desejo materno. De acordo com o mecanismo da metáfora, o pai vem a ocupar o lugar da mãe, já vinculado com o *x* do significado:

Pai . MãeMãe x

(LACAN, [1957-1958], pg. 180)

A partir daí, se coloca o x da questão: qual é o significado do desejo da mãe, o que esta quer? “Eu bem que gostaria que fosse a mim que ela quer, mas está muito claro que não é só a mim que ela quer. Há outra coisa que mexe coma ela – é o x , o significado. E o significado das idas e vindas da mãe é o falo” (*id.*, pg. 181).

Se o significado do desejo da mãe é o falo, é possível que a criança se identifique com esse objeto imaginário. Segundo Lacan, essa é a via da perversão, o que implica numa relação dual com a mãe e que supõe as chamadas fixações. A via imaginária não é a via normal, afirma Lacan (*ibid.*).

A via simbólica, diferentemente, é a via da metáfora. Há uma relação da criança com o falo que dá significado ao desejo da mãe, mas apenas através do pai, que substitui o significante materno na metáfora. “O elemento significante intermediário cai, e o S [que na metáfora paterna está representado por NP] se apodera, pela via metafórica, do objeto de desejo da mãe, que então se apresenta sob a forma de falo” (*ibid.*).

Essa operação simbólica, segundo Laurent ([1999], pg. 16), é o que dá à criança o lugar de representante do sintoma do casal parental, pois envolve tanto a posição da mãe quanto do pai. Essa identificação da criança com aquilo que vem responder ao desejo da mãe, o falo, só se dá na medida em que se articula com a posição do pai, pois é ele quem oferecerá esse significado, na medida em que aparece como possuidor do falo. “A criança só se identifica ao tomar do pai a identificação fundamental pela qual assume o desejo da mãe” (*id.*, pg. 28). Através dessa operação, o sintoma da criança dá uma significação ao x que responderia ao desejo da mãe. Em outras palavras, a criança, frente à presença do Outro desejante, tem em seu sintoma um efeito de significação, que vem responder à falta de significante no Outro.

Laurent distingue em Lacan uma teoria fálica da posição da criança e a crítica que este fez dela posteriormente, que veremos no próximo item. É a teoria fálica que nos permite entender essa primeira posição sintomática da criança, como representante da verdade familiar. Nesta teoria, como vimos, a metáfora paterna é o instrumento com o qual se precisa a definição da criança, seu lugar,

nos termos de sua significação fálica. Em sua relação com a mãe, a criança não encontra resolução para o x que ela é, sua definição, a não ser pelo operador do pai, isto é, pela relação entre o pai e a mãe (*ibid.*).

Aqui, o fim de análise com crianças é deduzível a partir da posição da criança como falo: “O que é analisar uma criança? A partir desta posição clássica é assegurar-se que tem uma versão do falo, isto é, assegurar-se que a criança não é o falo, mas mantém uma relação com ele, por haver sido. É preciso assegurar-se, por um lado, que tenha sido e, por outro, que já não é” (LAURENT, [1999], pg. 30).

Para que haja essa versão do falo, vimos que se faz necessária a presença de um operador que intervenha, um operador que produza um corte na posição de falo imaginário à qual a criança está submetida. Este operador, que já vimos ser o pai, aparece como quem tem a resposta sobre o desejo da mãe e retira a criança do lugar de ser quem responde com seu corpo a esse desejo, oferecendo em troca uma versão do falo, da qual a criança poderá fazer uso.

A partir disso, seria possível dizer que tudo depende da crença da criança em seu pai. Lacan assinalou, segundo Laurent, que “a melhor definição de uma psicoterapia é fazer alguém crer que crê em seu pai” (Lacan, citado por LAURENT, *id.*, pg. 27). A análise de uma criança seria, sob o ponto de vista da teoria fálica, situar para ela o lugar do pai Ideal, isto é, o mestre do desejo, aquele que foi dono de seu desejo, que soube se haver na relação com a falta, isto é, com o falo (*id.*, pg. 31).

Vemos que, nesse primeiro caso, estamos no campo da metáfora, da substituição de significantes, da significação e do discurso. Isto é, a maquinaria simbólica já está em jogo. Por isso mesmo, Lacan afirma que esta posição da criança é mais acessível às intervenções do analista, apesar de mais complexa, pois aqui a questão é como incidir no simbólico através do simbólico, isto é, como intervir de modo que a identificação da criança com este lugar possa se afrouxar, se equivocar.

Segundo Miller, quando o sintoma da criança provém de uma articulação do casal parental, já está, por extensão, plenamente articulado em uma série de substituições e, por conseguinte, as intervenções do analista podem alargar o circuito, fazendo com que essas substituições se desenvolvam (MILLER, 1998, pg. 8). Seria, então, o caso de arejar a relação da criança com os significantes que

a identificam, de modo que ela possa circular por eles, mas sem cristalizar-se.

A partir do que vimos em 1.3 sobre a distinção entre interpretação e construção, podemos dizer que a técnica analítica que corresponde ao desenvolvimento das substituições, ao encadeamento das significações, é a interpretação. A construção, por outro lado, se faz necessária para localizar o limite das interpretações. Poderíamos dizer, então, que as diversas interpretações visando à posição da criança como sintoma do casal parental teriam como efeito alargar o circuito das substituições que colam a criança a uma significação resultante da metáfora paterna. Isso já bastaria, em muitos casos, para que a criança pudesse tomar uma distância de seus próprios sintomas, os que a levaram à análise, de modo a passar a prescindir do tratamento analítico.

Como vimos no capítulo 3, a fantasia, que liga a criança à imagem que pode ter da significação do desejo da mãe, com a mediação do Nome-do-Pai, está colocada como um axioma que rege o sintoma da criança. No caso de uma criança identificada com o sintoma do casal parental, a construção da fantasia incidiria tornando visível o caráter ficcional dessa fantasia, tendo como referência o que vimos em 1.2, na discussão sobre a verdade da construção, para abrir um espaço nessa identificação às vezes excessivamente fixa. Porém, partimos da suposição que uma análise de uma criança não chegará a mover sua relação com esse axioma.

A construção da fantasia está presente, sim, numa análise como essa, dando lugar àquilo que orienta as diversas interpretações. Porém, é na segunda posição sintomática da criança que veremos com mais força a importância da construção da fantasia na psicanálise com crianças, pois já não contaremos com a maquinaria simbólica em funcionamento à maneira da metáfora, não podemos apostar com a mesma segurança na mediação paterna.

4.2

A criança como objeto

Na segunda posição sintomática da criança abordada em *Nota sobre a criança*, ela é implicada diretamente como correlata da fantasia da mãe. Não há

mediação entre o desejo materno e a criança, mediação esta normalmente assegurada pela função do pai, o que deixa a criança exposta às capturas fantasísticas (LACAN, [1969], pg. 369). Nas palavras de Lacan, “a criança realiza a presença do que Jacques Lacan designa como objeto *a* na fantasia” (*id.*, pg. 370).

Desse modo, a criança se substitui a esse objeto, saturando a falta materna, que pode aparecer em diferentes modalidades, de acordo com a estrutura da mãe. A criança oferece à mãe, numa relação dual, seu próprio ser, sua existência como objeto para tamponar a falta materna, como se ela fosse um objeto real, o que, quase num circuito fechado, impede o acesso da mãe à sua própria verdade, a verdade de seu desejo (*ibid.*).

Encontramos aqui a descrição do que seria a forma de identificação mais misteriosa apontada em 3.3, a identificação com o objeto *a* enquanto tal. E, como vimos, uma vez que algo vem a ocupar o lugar que deveria estar vazio, isto é, o lugar da falta na estrutura, é aí que aparece a angústia.

Há leituras dessa distinção que Lacan faz das duas posições da criança que fazem corresponder a primeira posição à estrutura neurótica da criança, enquanto a segunda corresponderia à estrutura psicótica⁴¹. Não assumiremos essa leitura, pois Lacan não dá indicações diretas disso em seu escrito, além de que nos serve melhor pensar, para os casos atuais em que essas fronteiras entre as estruturas encontram-se cada vez mais permeáveis, que as diferentes posições podem ser assumidas nas diferentes estruturas.

Para fins deste estudo, tomaremos como base a estrutura neurótica, pois assumimos a construção da fantasia como construção da mediação necessária entre a criança e o desejo materno. A fantasia é a modalidade de mediação principal que encontramos na neurose. De uma maneira geral, nas outras estruturas também se trata de construir uma mediação, mas ela pode aparecer sob as mais diferentes formas: sob a forma de um delírio, de um objeto do mundo etc. Porém, se tomamos como foco a fantasia, pressupomos que estamos no campo da neurose, ainda que consideremos a permeabilidade das estruturas, como foi dito acima.

Diferentemente do primeiro caso, o sintoma da criança que ocupa o lugar

⁴¹ Para a diferença entre neurose e psicose, que não desdobraremos aqui, cf. MALEVAL, J-C. **Locuras históricas y psicosis disociativas**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

de objeto da fantasia materna se apresenta como um real indiferente ao esforço de mobilizá-lo mediante o simbólico, já que não existe a articulação simbólica presente no caso anterior (MILLER, 1998, pg. 8).

Vamos nos concentrar nesta segunda posição da criança, que não se apóia decisivamente na significação fálica garantida pelo Nome-do-Pai, pois, a partir dela, veremos com mais clareza o que queremos abordar: a função da construção da fantasia como maneira de dar um lugar simbólico ao objeto, de modo que a criança não preencha com seu ser esse lugar, gerando angústia.

Crítica de Lacan à teoria fálica

Laurent afirma que a partir dos “anos *pequeno a*”, isto é, da teorização desse conceito que se inaugura com o *Seminário 10*, a crítica da teoria fálica torna-se tanto mais forte para Lacan quanto mais o objeto *a* toma importância (LAURENT, [1999], pg.31). Além do texto *Nota sobre a criança*, Laurent localiza em dois outros textos de Lacan desses anos que seguiram o *Seminário 10* sua crítica à posição fálica da criança e ao Édipo freudiano. Um deles é a *Alocução sobre as psicoses da criança* (LACAN, [1967]) e o outro é a *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (LACAN, [1957b]). Abordaremos aqui apenas o primeiro.

Em *Alocução sobre as psicoses da criança*, Lacan faz referência às *Antimemórias* de André Malraux, que estavam na ordem do dia em 1967. O que Lacan destaca desse livro é que o autor o abre “com a confiança, de estranha ressonância, com que dele se despediu um religioso: 'Acabei acreditando, veja só, neste declínio de minha vida', disse-lhe ele, 'que não existe gente grande’” (LACAN, [1967], pg. 367). E Lacan afirma ainda que essa evidência de que não existe gente grande – que ele destaca com o termo “criança generalizada” (*ibid.*) – assinala a entrada do mundo no caminho da segregação.

Será que a ausência da figura do pai Ideal, daquele que é mestre de seu desejo e que, por isso, pode regular a distribuição de gozo, implica um destino nefasto, diante do qual não há nada o que fazer? Essa não é a resposta que dá Lacan. O que ele frisa com o termo “criança generalizada” é que não será possível mais contar com essa autoridade paterna para separar a criança do adulto. A abordagem terá que ser outra.

Segundo Laurent, *gente grande* seria um sujeito que poderia se responsabilizar por seu gozo:

Não se trata do pai ideal como mestre do gozo, como mestre do desejo, mas daquele que foi até o fundo de um desejo e encontrou seus **restos**⁴². A partir daqui Lacan vai definir o pai não tanto em termos de relação ao falo, mas com relação ao objeto *a*. (LAURENT, *op. cit.*, pg. 37).

Essa nova definição do pai também tem consequências na constituição do sujeito. Para entrar no mundo, inclusive no mundo simbólico, o que está em jogo não é mais ter sido o falo da mãe, ter possuído o brilho fálico da identificação com a significação fálica, como vimos em 4.1. Em vez da posição de falo, o que determina a entrada do sujeito no mundo é sua posição de objeto *a*, resto do desejo que o fez nascer.

Quando a criança chega ao mundo, ela se localiza numa posição objetual e há um percurso necessário para que se torne sujeito, um percurso que inclui um recobrimento desse objeto pelos diversos significantes que irão designá-lo. Porém, não importa quanto significantes surjam com suas significações, sempre haverá um ponto do sujeito não recoberto por eles, o ponto da falta significante, o resto perdido, impossível de significar. Não se pode dizer tudo sobre o sujeito, e é isso que o torna sujeito. Esse resto irreduzível à significação e à simbolização é uma das definições do objeto *a*, paradoxal, já que não faz parte do Outro, mas ao mesmo tempo depende dele (VIEIRA, 2007, pg. 265)⁴³.

A passagem que a crítica da teoria fálica permite é que, em vez de abordar esse ponto de falta significante dando-lhe uma significação – sendo o falo o significante do desejo – esse ponto passa a ser definido a partir do resto.

Laurent cita uma frase de Lacan no Seminário 17 que explica essa passagem da criança como falo à criança como resto: “O objeto *a* é o que são todos vocês, na medida em que estão aqui enfileirados – todos aborto do que foi, para aqueles que os engendraram, causa do desejo” (LACAN, [1969-1970], pg. 170).

Vemos aqui que ter passado pela posição de objeto, resto do desejo do casal

⁴² Grifo nosso.

⁴³ “Lacan reconheceu o objeto próprio da psicanálise. Denominou-o 'objeto a' e destacou o quanto ele costuma residir (...) naquilo que se apresenta 'em cena' como dela excluído – tudo o que é resto, sobra, lixo” (VIEIRA, 2008). Para um estudo minucioso do objeto *a* como resto, cf. VIEIRA, M-A. **Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

que o engendrou, é algo generalizável à constituição subjetiva. Vemos entrar em jogo, outra vez, o casal parental, mas sem que o pai tenha a função de mediador simbólico, que vimos em 4.1, e sim de alguém que se faça responsável por seu desejo. “O pai torna-se então aquele que quer não prometer o falo, mas se enfrentar com a parte perdida do vivente. O que faz que o pai se redefina não é a mortificação fálica, mas a vertente 'parte perdida'” (LAURENT, *op. cit.*, pg. 37).

Final de análise de crianças como construção da fantasia: uma versão do objeto a

Toda essa mudança de perspectiva também tem consequências na formulação do horizonte de conclusão da análise com crianças. Diante da ausência de significante no Outro, da “parte perdida” não recoberta pela significação fálica, Laurent afirma que o que responde é a fantasia (*id.*, pg.38), o que está de acordo com o que vimos, ao longo deste trabalho, sobre o lugar da fantasia.

Laurent ainda dá um passo a mais nesse texto, mas que não poderemos acompanhar em todas as suas consequências, e por isso teremos que abordá-lo superficialmente. É que esse ponto de falta significante no Outro é a pergunta sobre a sexualidade feminina, o que Laurent designa como “uma questão preliminar a todo tratamento possível das crianças” (*id.*,pg.39), fazendo referência ao escrito de Lacan sobre a psicose.

A pergunta sobre o desejo materno, como vimos com a metáfora paterna, ganha a resposta da significação fálica. Porém, a pergunta sobre o desejo da mulher, que Freud formulou com sua célebre frase “O que quer uma mulher?”, não encontra significação que a recubra. Desse modo, a criança se situa frente à mãe com sua fantasia, que servirá como uma resposta construída para a pergunta “o que quer uma mulher?” (*id.*, pg. 38). Caso contrário, a própria criança poderia encarnar a parte perdida da mãe, que é também uma mulher e, como tal, sem acesso à resposta a essa pergunta. Esse seria o caso da criança que ocupa o lugar de objeto na fantasia materna, tamponando a pergunta da mãe sobre seu próprio desejo como mulher.

Se assumimos o deslocamento na teoria lacaniana da criança como falo para a criança como objeto, como vimos acima, vemos que o *adulto, gente grande* – para não confundir com a palavra “pai” da metáfora paterna – pode oferecer ao

sujeito justamente o resto do desejo que o engendrou, como base da construção de sua fantasia. Essa é a pista oferecida para a criança sobre o desejo da mulher e será a base do que ela terá que construir.

A definição que Laurent dá do final de análise no caso da criança em posição de objeto é essa: será preciso construir uma versão do objeto *a* (*id.*, pg. 40). “(...) É preciso que o sujeito tenha construído suficientemente a fantasia que o anima, com a verdade do objeto de que disponha, segundo a idade que tenha” (*id.*, pg. 41). Construir a fantasia que dê conta de uma versão do objeto *a*, segundo Laurent, é se assegurar de que o corpo da criança não vai responder ao objeto de gozo da mãe. E como se faz isso?

A resposta de Laurent é que isso se faz através da construção de ficções reguladoras. Isso permite que essa regulação, antes feita pelo pai, que impedia que a mãe tomasse a criança para preencher seu desejo, seja feita por um axioma irreduzível, a fantasia, tal como vimos em 3.2. Esse axioma fantasístico, fundamento irreduzível, funciona como um separador entre o corpo da criança e o desejo materno, pois dá um lugar ao objeto do desejo da mãe fora do corpo da criança, fazendo parte de uma ficção, que já faz operar o simbólico.

É preciso então nos assegurar de que a criança tenha localizado este gozo em uma construção fantasística, já que, depois de tudo, nunca chegamos a tocar a fantasia no sentido mais profundo, mais fundamental; apenas chegamos a tocar versões da fantasia. Assegurar-se de alguma coisa deste tipo, de uma ficção que permita à criança responder à pergunta sobre o gozo da mãe, sobre o gozo de uma mulher, sem considerar por isso que tudo deva apontar à identificação edípica (LAURENT, [1999], pg. 42).

Essas ficções reguladoras que funcionam como separadoras entre a criança e o desejo da mãe são construções fantasísticas, como afirma Laurent. Isto é, diante do impossível de significar e de interpretar, que é a pergunta sobre o gozo da mãe como mulher, faz-se necessária uma construção, fruto da convergência dos diversos pontos de impossível que uma análise localizou. A partir dessa construção, fixa-se um lugar para o sujeito em relação ao objeto na fantasia. Lançando mão dessa fantasia, a criança se livra de ocupar o lugar do objeto da fantasia materna, pois encontra seu próprio lugar como sujeito. Segundo Laurent, isso parece bastar para assegurar-se de que a criança atingiu uma conclusão de sua análise, não se fazendo necessário o terceiro tempo, o do atravessamento da fantasia, como vimos no capítulo 3.

Vemos, então, que, para entender melhor a ideia de Laurent sobre a construção fantasística de ficções reguladoras como um horizonte para a conclusão da análise de uma criança, foi preciso atravessar todo o percurso teórico pelo qual passamos, em que delineamos os conceitos de construção e de fantasia, assim como marcamos o ponto em que se faz necessária essa regulação, no ponto de impossível para o sujeito.

* * *

Este quarto capítulo teve como objetivo apresentar as questões que foram os motores do presente trabalho de investigação. A partir de minha própria experiência clínica, pude formular algumas questões em torno da construção da fantasia na psicanálise com crianças. Por um lado, a prática mostrava que as elaborações teóricas da psicanálise lacaniana, em termos de atravessamento da fantasia, não podiam ser aplicadas à psicanálise com crianças, o que fez surgir para mim a questão sobre o final de análise das crianças. Por outro lado, o grande número de casos de crianças que, ainda que não fossem psicóticas, pareciam ocupar um lugar na família que correspondia mais à posição de objeto da fantasia materna, sem mediação paterna, apontava para a necessidade de uma orientação clínica que não dependesse apenas da lógica edipiana.

O que Laurent nomeia de “teoria fálica”, presente na obra de Lacan, aproxima-se da primeira posição da criança descrita por Lacan em *Nota sobre a criança*: é a posição de *representante* da verdade do casal parental. Neste caso, entram em jogo tanto o desejo da mãe como a lei paterna, de acordo com a fórmula da metáfora paterna.

Aqui, o fim de análise com crianças é deduzível a partir da posição da criança como falo, ou seja, é preciso que a criança tenha uma *versão do falo*. Para isso, faz-se necessária a presença do pai como um operador que produza um corte entre o desejo materno e a criança em posição de falo. Por isso, poderíamos dizer que a análise de uma criança seria, sob o ponto de vista da teoria fálica, situar o lugar do pai Ideal, isto é, do mestre do desejo.

Aí encontramos um impasse nos casos em que não se pode contar com este papel dos pais na atualidade. Isso nos levou a valorizar a segunda posição sintomática da criança abordada em *Nota sobre a criança*. Neste caso, não há

decisivamente a mediação paterna entre o desejo materno e a criança, o que resulta em que a criança *realiza* a presença do objeto *a* na fantasia materna. Esta é a descrição do que seria a forma de identificação com o objeto *a* enquanto tal. Como vimos, nesta situação aparece a angústia, como sendo algo que vem a ocupar o lugar que deveria estar vazio, o lugar da falta na estrutura.

Para pensar sobre esse segundo caso, recorreremos ao que Laurent designa como a crítica de Lacan a sua teoria fálica, a partir dos “anos *pequeno a*”. Quando não se pode mais contar com o pai Ideal para separar a criança do adulto, na época da “criança generalizada”, podemos caracterizar o que seria *gente grande* como um sujeito que poderia se responsabilizar por seu gozo. O pai não é mais aquele que garante que o sujeito foi, embora não seja mais, o falo da mãe; mas sim aquele que, responsabilizando-se por seu gozo, permite que a criança enfrente a parte perdida que ela foi do desejo que a engendrou.

Isso traz consequências para a formulação do final de análise com crianças. Em vez da construção de uma versão do falo, da significação fálica como resposta ao desejo materno, intermediada pelo pai, é preciso construir uma resposta para a pergunta “O que quer uma mulher?”, questão que representa justamente a falta de significante no Outro. E o que responde a isso é a fantasia. Através da fantasia, a criança procura responder à pergunta “o que quer uma mulher?” que se apresenta para ela diante de sua mãe.

Sob esse ponto de vista, o final de análise com crianças implica na construção de uma versão do objeto *a*, que assegure que o corpo da criança não vai responder ao objeto de gozo da mãe. Isso se faz através da construção de ficções reguladoras. A regulação que impede que a mãe tome a criança como objeto para preencher seu desejo passa a ser feita pelo axioma irreduzível da fantasia. O axioma da fantasia, determinando um lugar para o objeto, impede que seja a própria criança que ocupe o lugar de objeto da fantasia materna. Desse modo, também a criança se constitui como um sujeito desejante, separada do objeto que foi, e passa a ir buscá-lo no mundo.

Conclusão

Chegamos ao final deste percurso, sobre o qual podemos dizer que pudemos circunscrever alguns conceitos, assim como vislumbrar alguns outros nos quais não pudemos nos aprofundar, dados os limites de tempo e tamanho previstos para uma dissertação de mestrado.

Ao estabelecer a tarefa de investigar a construção da fantasia, o primeiro trabalho pelo qual tivemos que passar foi em torno do conceito de construção em psicanálise, tema pouco abordado por Freud e Lacan, ao longo de suas obras. Para chegar a uma definição desse conceito, usamos como base o principal texto freudiano sobre o assunto – *Construções em análise* ([1937]) – , abordando-o através de uma leitura lacaniana, principalmente a partir da leitura de Miller (1996). A ideia de fundo na leitura do texto freudiano foi que a construção diz respeito a um trabalho que se faz em análise, ao deparar-se com o limite das interpretações, isto é, com o furo na história do sujeito, com o que não pode mais ser acessado pelo significante.

A partir dessa afirmação de base, pudemos delinear o que determina esse limite, a saber, a impossibilidade de se ter acesso ao significante último, que viria a nomear a experiência que o sujeito tem do real. O conceito de construção vem mostrar que a lembrança última, a suposta chave do recalque originário, é inacessível para o sujeito, ou melhor, não existe. Ao longo deste trabalho, esse real impossível de ser nomeado foi referido à castração, ao desejo do Outro e até à pergunta sobre o que quer uma mulher. Todas essas são formas de marcar um ponto para além do qual não há nada mais a ser dito, a ser encontrado.

Porém, a psicanálise não se detém nesse ponto de vazio, uma vez que entendemos o inconsciente não como um depositário de memórias a serem encontradas, mas sim como um campo estruturado pela linguagem. A convergência entre lembrança e construção, apontada por Freud no texto ao qual nos referimos, atesta essa segunda forma de abordagem do inconsciente. A partir dela, recordar e construir coincidem, no inconsciente, como atos de palavra. Há algo novo que se produz em uma análise, e para isso precisamos contar com a construção.

Foi neste ponto, ainda no primeiro capítulo, que recorremos à ideia de torção, presente no texto de Regnault (2001). Entendemos que, para acompanhar essa ideia em todas as suas consequências, teria sido necessário empreender um percurso mais detalhado em torno da obra de Lacan, especialmente no que diz respeito à topologia. Porém, esse não era nosso objetivo, e dedicar-nos a isso teria significado desviar de nosso tema em demasia. Ainda assim, é preciso marcar, a título de consideração final, que apenas tocamos a ideia de que a construção opera com um movimento de torção para produzir algo que responde pelo real do sujeito, por sua relação essencial com o objeto, ainda que não seja aquilo que se imaginava haver ido buscar. O tema da torção reapareceu em outros momentos ao longo da dissertação, mas dedicar-nos a ele corresponderia a uma diferente investigação.

A partir do segundo capítulo, começamos a abordar o segundo termo de nosso tema: a fantasia. Nosso ponto de partida foi uma investigação sobre a “cena” em Freud, uma vez que ele correspondeu a construção, ao longo de sua obra, à construção da cena primária. Como sabemos, há um debate desde cedo nos textos de Freud sobre a realidade das cenas que ele localiza na origem das neuroses. Porém, é também muito cedo, antes da psicanálise propriamente dita – que nasce, a rigor, com *A interpretação dos sonhos* –, que Freud determina a origem fantasística dessas cenas, em uma carta a Fliess, como vimos no capítulo 2. **As cenas são, então, construídas a partir da fantasia do sujeito, de sua realidade psíquica.** Isso fica patente na discussão final que empreende sobre o caso do *Homem dos Lobos*, também abordado neste trabalho.

Assim, conjugamos nossos dois termos – construção e fantasia – e chegamos a Lacan, que foi quem deu importância à expressão “construção da fantasia”, não explorada por Freud. A maneira como Lacan transmite essa ideia, assim como muitas outras ao longo de seu ensino, é através da matematização. Oferece-nos uma fórmula que corresponde à fantasia: $S \langle \rangle a$. Apesar de poder ser lida de maneiras um pouco diferentes de acordo com o momento de sua transmissão, **a fórmula $S \langle \rangle a$ designa, sempre, a relação do sujeito com o**

objeto. Ela é fruto de um trabalho de redução que se faz em análise, redução que segue a lógica da convergência que vimos no primeiro capítulo, e que leva a construir, em seu núcleo, a relação essencial do sujeito com o objeto.

Temos, então: construção, fantasia e relação entre sujeito e objeto ($\$ \langle \rangle a$). O quarto termo ao qual chegamos, que foi necessário para enlaçar os demais, foi o desejo do Outro, mais especificamente, como o sujeito se constitui como objeto do desejo do Outro, e o que isso implica.

Vimos que é preciso que ao Outro falte algo para que ele seja desejante e, assim, para que haja um lugar para o sujeito advir no mundo simbólico. Por isso mesmo, esse lugar da falta deve permanecer vazio. Quando algo surge parecendo preencher esse furo, esse é o momento da angústia. A angústia se dá porque, justamente, quando aparece algo nesse lugar (*-phi*), o que se encontra é a própria imagem do sujeito em posição de objeto do Outro. Ora, se não ter lugar no desejo do Outro impede a entrada no simbólico, e ver-se como objeto do desejo do Outro é insuportável, a fantasia se torna necessária como resposta a esse paradoxo. A partir da construção que pode ir de um relato a uma cena e, por fim, a um axioma, o mais reduzido possível, cria-se um lugar para o sujeito, que ocupa na fantasia a posição de objeto *a* “posição”. Assim, ele tem acesso a um lugar simbólico no desejo do Outro, o que determina suas próprias relações objetais, ao mesmo tempo em que se defende da angústia de identificar-se com o objeto *a* como tal.

Apenas depois de haver chegado a esse ponto de nossa investigação é que foi possível apresentar as questões às quais havia me referido na introdução, as questões propulsoras desse trabalho. O quarto capítulo foi elaborado como um “extra”, ou melhor, um “resto” que, como vimos, é o que sustenta o desejo. O objeto de meu interesse inicial restou, assim, apenas tendo sido apresentado. As questões que envolvem a construção da fantasia na psicanálise com crianças, especialmente as perguntas sobre sua incidência na conclusão do trabalho analítico, constituíram uma elaboração que seguiu o estilo “cenas dos próximos capítulos”. Isto é, trazem o voto de que possam retornar em estudos posteriores.

Referências Bibliográficas

AMP – ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE. **Os poderes da palavra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

ASSOUN, P.-L. [1988]. **Freud e Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BADIOU, A. (1992). *El recurso filosófico del poema*. In: **Condiciones**. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, S.A. de C.V., 2002.

DUNAND, A. O término de análise II. In: **Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FREUD, S. (1892-99). *Fragmentos de la correspondencia con Fliess*. In: **Obras completas**, volumen 1. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1900). *La interpretación de los sueños – primera parte*. In: **Obras completas**, volumen 4. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1900b). *La interpretación de los sueños – segunda parte*. In: **Obras completas**, volumen 5. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

_____. (1901). *Sobre el sueño*. In: **Obras completas**, volumen 5. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

_____. (1905). *Fragmento de análisis de un caso de histeria*. In: **Obras completas**, volumen 7. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1905b). *Tres ensayos de teoría sexual*. In: **Obras completas**, volumen 7. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1908). *Sobre las teorías sexuales infantiles*. In: **Obras completas**, volumen 9. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1909). *A propósito de un caso de neurosis obsesiva*. In: **Obras completas**, volumen 10. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1911). *Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico*. In: **Obras completas**, volumen 12. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1914). *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico*. In: **Obras completas**, volumen 14. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1915). *Un caso de paranoia que contradice la teoría psicoanalítica*. In: **Obras completas**, volumen 14. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1917). *Conferencias de introducción al psicoanálisis, 23ª conferencia: Los caminos de la formación de síntoma*. In: **Obras completas**, volumen 16. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

_____. (1918). *De la historia de una neurosis infantil*. In: **Obras completas**, volumen 17. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1920). *Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina*. In: **Obras completas**, volumen 18. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1937). *Construcciones en análisis*. In: **Obras completas**, volumen 23. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1939). *Moisés y la religión monoteísta*. In: **Obras completas**, volumen 23. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

IANINNI, G. **Retórica do inefável x prática do semi-dizer**. Revista Filos. Aurora, v. 23, n. 33, p. 425-440. Curitiba: PUC-PR, jul./dez. 2011.

_____. **Estilo e verdade em Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

LACAN, J. (1952). **O mito individual do neurótico ou Poesia e verdade na neurose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. (1954-1955). **O seminário**, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1985.

_____. (1962-1963). **O seminário**, Livro 10: A angústia. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

_____. (1964). **O Seminário**, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1998.

_____. (1966). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1967). *Alocução sobre as psicoses da criança*. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1967b). *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1969). *Nota sobre a criança*. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1969-1970). **O seminário**, Livro 17: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1992.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. (1985). **Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., segunda edição, 1990.

_____. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAURENT, É. (1999). **Hay un fin de análisis para los niños**. Buenos Aires: Colección Diva, marzo de 2003.

MILLER, J.-A. **Marginália de “Construções em análise”**. In: Opção Lacaniana n. 17. São Paulo: novembro 1996.

MILLER, J.-A. **A criança entre a mulher e a mãe**. In: Opção Lacaniana, n. 21. São Paulo: Eólia, abril 1998.

REGNAULT, F. Análise e síntese em Freud. In: **Em torno do vazio: a arte à luz da psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

VIEIRA, M.-A. **A psicanálise do lixo**. In: Opção lacaniana, vol. 50. São Paulo: EBP, dez. 2007.

VIEIRA, M.-A. **Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.